



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19

20 **118ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do**  
21 **Meio Ambiente, Conama.**

22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41

Brasília/DF.  
27 de Maio de 2015.

*(Transcrição ipisis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

42 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,  
43 nós vamos dar início aos trabalhos enquanto o quórum não se concretiza. Vamos  
44 começar. Bom, estou declarando aberta a nossa 118ª Reunião Ordinária do  
45 Conama, nós vamos proceder as nossas primeiras iniciativas da discussão  
46 enquanto a Ministra não chega, quando ela chegar, como fizemos em outras  
47 ocasiões, nós interrompemos o que estivermos fazendo para ouvirmos as palavras  
48 da Ministra. Bom, nós vamos começar pela aprovação da *Ipsis Verbis* ata da 117ª  
49 Reunião. Alguém teria alguma objeção em relação ao texto da ata que vocês  
50 receberam? Por favor, aqueles que concordam com a aprovação da ata fiquem  
51 como estão, os que forem contrários se manifestem, por gentileza. Os que se  
52 abstêm que se manifestem, por favor. Então, considerada aprovada a data 117ª  
53 Reunião. Nós vamos começar com a Tribuna livre com algumas inovações. Nós  
54 começamos a reuniões preparatórias sobre a Tribuna Livre e nós temos um  
55 problema de Regimento que a tribuna livre prevê 15 minutos, e na verdade nós  
56 não estamos conseguimos respeitar esse prazo. Eu vou fazer um apelo a todos  
57 para restringirem suas exposições a um mínimo de 3 minutos. Se isso não ocorrer  
58 a Secretaria vai propor na próxima reunião do Conama a inversão da pauta, de  
59 modo que a tribuna livre seja o final da reunião do Conama. Então, eu peço que  
60 todos sejam objetivos, 3 minutos no máximo para cada intervenção. Estão  
61 inscritos aqui Ronaldo Vasconcelos, Marcelo, Lisiane, Tadeu, Pedro Wilson,  
62 Renato e Francisco. Peço que sejam o mais objetivo possível, não estou  
63 brincando, se nós extrapolarmos e capotarmos, na próxima reunião nós vamos  
64 propor que a tribuna livre seja a última atividade do Conama. Obrigado. Ronaldo,  
65 por favor.

66

67

68 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (ONG Ponto Terra)** – Bom dia a  
69 todas, bom dia a todos. Serei breve. Na última reunião do Conama, eu ocupei  
70 esse mesmo microfone preocupado, e até indignado com a situação dos Sisema,  
71 Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, que eu conheço  
72 há muitos anos e outros aqui também conhecem. Os funcionários de maneira  
73 correta estavam em greve, chamada de maneira, dentro do eufemismo, chamada  
74 de operação padrão, e agora eu quero comunicar a esse plenário a satisfação que  
75 o Governo de Minas Gerais, o atual Governo de Minas Gerais, e outras hora  
76 operações que dependem de Colegiado já estão em pleno funcionamento, não  
77 faço, porque eu não sou de nenhum dos dois, com mais de trinta anos de  
78 atividade política, mas é que bom que se registro te a verdade dos fatos, França,  
79 de mais de um ano talvez pudesse contar não livro, pelo servidor público, ou  
80 talvez a maior greve já existente ente e permanente em determinado local,  
81 funcionário fico devidamente mais de um ano em operação em todo o sistema  
82 estadual de meio ambiente de Minas Gerais, do Governo passado que é bom que  
83 se registro te esse fato, então eu estou tranquilo agora e quer comunicar a esse  
84 plenário. E por fim parabenizar a nova presidente do Ibama, Marilene Ramos, eu  
85 não conheço, não sei o partido dela, sei da sua história ambiental, sei da sua  
86 formação em Engenharia Ambiental, sei do seu conhecimento da área, sei de toda  
87 a sua competência, embora não seja do seu ciclo de amizade. Eu quero desejar a

88ela muitas felicidades, e que ela consiga dinamizar o Ibama da mesma maneira,  
89prezada Adriana, prezado Francisco que coordena esse trabalho, que a Ministra  
90falou na reunião, o Ibama que custa a esse País um bilhão e trezentos milhões,  
91que dê resposta à população, em alguns aspectos sem querer entrar em detalhe  
92agora e para cumprir o tempo, principalmente na questão que alguns podem achar  
93menos, mas importantíssima do ponto de vista da economia, da gastronomia e  
94também ambiental. A questão dos animais silvestres, é preciso abrir a cabeça dos  
95técnicos do Ibama que lidam com essa questão, até porque dentro dos técnicos do  
96Ibama têm posições diferentes. Quem formou em Universidade Federal de Lavras,  
97quem formou Universidade Federal de Minas Gerais, das melhores desse País,  
98quem formou na Universidade Federal de Viçosa tem a mesma competência,  
99esteja servindo o serviço público, ou seja, lá de cá, defendendo as ONGs e  
100defendendo também os proprietários rurais. Faço esses parabéns à senhora  
101Marlene e peço a ela para que tenha um carinho com a questão dos animais  
102silvestres, e avance nesse ponto, ela tem três anos e meio e tomara que avance  
103mais que os administradores passados por quem eu tenho até respeito e  
104admiração, mas não posso elogiá-los no tocante a esse assunto de animais  
105silvestres. Obrigado.

106

107

108**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,  
109Ronaldo. A Marilene está chegando de viagem, ela deve inclusive dar uma  
110passada aqui para saudar os membros do Conama. Muito obrigado. É bom ter  
111boas notícias de Minas Gerais de vez em quando. Bom, o segundo Marcelo.

112

113

114**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Bom dia a todos e todas.  
115Trago aqui duas questões importantes em relação à expectativa de grandes obras  
116e intervenções de grandes impactos sociais, econômicos e ambientais. A primeira  
117delas, teremos agora no final desse mês e começo do outro as audiências  
118públicas no Estado de São Paulo para transposição das águas do Paraíba do Sul,  
119para o Sistema Catarreira, e faço aqui uma crítica explícita e faço com maior  
120tranquilidade porque eu receitarei essa mesma crítica três vezes na plenária do  
121Consema, no Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, e não fui  
122atendido na questão da necessidade da discussão e apresentação prévia à  
123sociedade Vale Paraibana, sobre a segurança hídrica dos Municípios a jusantes  
124dessa captação. Essa discussão não foi feita, não foi apresentada, e o que se  
125propõe é a retirada das águas do Paraíba do Sul para atendimento do sistema  
126emergencial para o Cantareira, sem que o abastecimento de água para a  
127população, que reside no Vale do Paraíba, esteja garantida ou minimamente  
128apresentada qual é a estratégia de enfrentamento de uma crise que já vive  
129Municípios em colapso de abastecimento de água, vão ter que ceder parte dessa  
130água para atendimento à situação emergencial de São Paulo. A outra questão é  
131com o anúncio da ferrovia transcontinental, gostaria de solicitar a casa uma  
132apresentação desse projeto para discussão não só quanto a sua viabilidade  
133econômica, que é o que vem sendo discutido no Ministério do Planejamento, mas

134por óbvio, com à sua viabilidade e avaliação ambiental preliminar. É uma obra que  
135se anuncia com expectativa de enormes impactos numa região de alta  
136significância ambiental, e nós temos já observado nas várias obras lineares que  
137temos acompanhado, e aí eu faço referência novamente ao exemplo no Vale do  
138Paraíba, em que a duplicação de uma rodovia em uma região já antropizada  
139causou severos impactos sociais nas comunidades que atravessou. Falo da  
140duplicação da Tamoios, no Município de Paraibuna, em que nos dias de hoje, nos  
141dias de hoje, um Município de 15.000 habitantes recebeu 4 a 5.000 funcionários e  
142explodiu problemas com gravidez na adolescência, alcoolismo, violência na  
143cidade, sem que tenha sido minimamente previsto, acordado e estabelecido  
144medidas de contingenciamento e mitigação para esses graves impactos sociais.  
145Então, uma obra que terá curso na Amazônia, acredito que temos sim que discutir  
146isso na amplitude requerida com relação a todos os impactos previstos. Por isso  
147eu faço essa solicitação à casa de uma apresentação prévia dessa proposta de  
148projeto. Obrigado.

149

150

151**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado  
152Marcelo.

153

154

155**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Bom dia a todos. Só lembrar a todos e a  
156todas que hoje é o Dia da Mata Atlântica, novamente reunidos aqui em plenário. E  
157eu vou fazer uma breve leitura dos objetivos definidos por uma rede de ONGs da  
158Mata Atlântica que congrega 285 organizações da sociedade civil, que atuam  
159dentro desse bioma, que foi feita em Taperoá, a carta de Taperoá, depois vai ficar  
160disponível para apreciação no site do Conama. Então, considerando o valor desse  
161bioma para a conservação da biodiversidade e economia nacional, a Rede de  
162ONGs da Mata Atlântica recomenda que a sociedade e o Estado Brasileiro  
163construam e adotem um planejamento de longo prazo estabelecendo horizontes e  
164metas a serem aferidas e mensuradas a cada ano, quinquênios e décadas, de  
165forma a: 1) selecionar regiões prioritárias para conservação dos remanescentes de  
166vegetação e para estabelecimento de novas unidades de conservação, visando  
167reverter o atual quadro de fragilidades do bioma e os riscos à própria  
168sustentabilidade da sociedade brasileira. Aqui eu faço uma intervenção, porque na  
169outra reunião do Conama eu solicitei a adequação dos mapas dos biomas, ou a  
170retirada dele e não consegui retorno ainda. E também sobre o Fundo da Mata  
171Atlântica que é o próximo item; 2) efetuar ações intensivas para restauração da  
172Mata Atlântica, até se alcance uma área de ao menos 30% da sua extensão  
173geográfica original, utilizando-se para atingir essa meta os seguintes instrumentos  
174e estratégias: registro até maio de 2016 de 100% das propriedades rurais do  
175bioma no Cadastro Ambiental Rural; estabelecer em 2015 o Programa de  
176Regularização Ambiental para que até 2018 seja recuperado no mínimo 4 milhões  
177de hectares de vegetação nativa, dos quais 1 milhão de hectares em área de  
178preservação permanente, desmatados ilegalmente em propriedades rurais;  
179aumentar os incentivos financeiros do Estado para execução de estudos e

180 pesquisas direcionadas e identificação de novas técnicas de restauração florestal;  
181 adoção de planos de ação para restauração em caráter regionalizado, que inclu  
182 programas de fomento a registros das árvores, matrizes e produção de sementes,  
183 envolvimento de produtos rurais, e dos Municípios em todas as etapas de sua  
184 execução; 3), fortalecer programas de desenvolvimento sustentável em escala  
185 regional e local, que incluam explicitamente a Mata Atlântica de estratégias de  
186 empreendedorismo, emprego e renda, a exemplo dos Planos Municipais de Mata  
187 Atlântica, que devem ter suporte através da imediata regulamentação do Fundo  
188 Nacional da Mata Atlântica. Essa Mata Atlântica é crucial por que há anos que eu  
189 estou aqui no Conama, há anos eu fico pedindo para implementação desse fundo  
190 que que foi criado na lei de 2006. A exemplo, criado não, implementado, criado ele  
191 foi, falta a implementação desde 2006. A exemplo de atividades como ecoturismo,  
192 pesca artesanal, sistemas agroflorestais, serviços ambientais do meio rural e  
193 inovações técnicas para agricultores familiares orgânicos, comunidades  
194 tradicionais, e assentamento de Reforma Agrária especialmente em áreas  
195 próximas da unidade de conservação e de proteção integral. Então,  
196 resumidamente é isso que a Rede de ONGs da Mata Atlântica tem a dizer, são  
197 quase 300 organizações que pedem, um apelo veemente nessa carta para que  
198 novamente se implemente o Fundo Nacional de Mata Atlântica para que os  
199 municípios possam fazer seus planos com algum retorno para a real efetividade  
200 dos planos. E também a questão dos mapas que é prioritário também. Obrigada.

201

202

203 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.  
204 Lisiane. Nós vamos interromper a Tribuna Livre para ouvir as palavras... Ministra é  
205 porque nós temos ainda 12 pessoas inscritas para falar. Então, eu vou passar a  
206 palavra para a Ministra dar a sua mensagem na abertura do Conama e depois  
207 retornamos.

208

209

210 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –  
211 Bom dia a todos. Eu vou fazer essa abertura e saio em seguida porque tenho que  
212 pegar um avião para o Rio de Janeiro. O Presidente da Abema está aqui? Não  
213 chegou ainda? Não virá? E a Doutora Isaura Fraga, do Rio está aqui? Isaura,  
214 assim que eu terminar você me corta, você queria falar comigo, mas eu vou ter  
215 que viajar. Então, vamos lá. Meu grau de informalidade, ontem eu saí do Ministério  
216 quase meia noite, então estou aqui meio... Bom, bom dia a todos. Obviamente é  
217 uma reunião que trará alguns aspectos, olhando a pauta, eu acho que tem três  
218 temas que eu destacaria como extremamente relevantes, além obviamente do  
219 relatório do monitoramento da 362, que vai ser apresentado aqui sobre a questão  
220 de óleo lubrificante. Enfim, Zilda você vai apresentar relatório de monitoramento e  
221 discussão da implementação da Resolução, e tem duas propostas de Resoluções  
222 sobre o controle de utilização de recuperação de produtos e processos para  
223 recuperação de ambientes hídricos e também a questão da reclassificação de  
224 resíduos de tintas que é uma proposta de Resolução, diria eu, bastante polêmica  
225 do ponto de vista de idas e vindas e efetivamente ser apreciada por esse Plenário.

226 Todo o processo foi conduzido pelo Ministério de consultas, e obviamente além do  
227 Conama, eu espero, que o debate seja bem sucedido, e que possamos aprovar as  
228 Resoluções. Essa é uma expectativa do Ministério do Meio Ambiente. Mas eu vou  
229 me prender ao que a pauta traz aqui em relação a três temas, que têm muito a ver  
230 com aquilo que eu sempre tenho dito aqui do fortalecimento desse Conselho e do  
231 ponto de vista de acompanhamento de políticas públicas. Então, temos um  
232 primeiro debate, eu sei que é desdobrado da reunião da reunião passada sobre  
233 mudança do clima, o processo de preparação para conferência das partes, em  
234 Paris, que vai acontecer de novembro para dezembro desse ano e eu teria aqui o  
235 Doutor Adriano, que é um dos principais negociadores brasileiros. Então, ele  
236 obviamente tem condições de falar do processo, essa semana, aliás, a semana  
237 que vem começou o processo, o processo bom de negociação do texto e a própria  
238 recomendação do Presidente Hollande, na semana passada em Berlim, que não  
239 dá para ter um texto de 80 páginas de negociação. Então, se pede que haja um  
240 enxugamento do texto de negociação com vistas à conferência. Eu acho o que  
241 Adriano vai ter condições de explicar, cuidar do processo, e também como que o  
242 Brasil vem dialogando e vem construindo sua posição frente a essa Conferência.  
243 Depois teremos o Henry, cadê o Henry? Está aqui? Não chegou ainda? Está lá.  
244 Que uma exposição sobre o marco regulatório, está aqui com a Secretária de  
245 Biodiversidade, a Ana Cristina, de acesso a patrimônio genético, e obviamente os  
246 desdobramentos disso no processo de regulamentação, como a Presidenta  
247 determinou que seja feito nos próximos dias. E por fim teremos o relatório de  
248 gestão de florestas públicas, feito pelo Serviço Florestal, que dá uma visão clara  
249 sobre as mudanças do processo de concessão de florestas públicas, os avanços  
250 feitos nos editais e o que nós lançamos há cerca de um mês atrás, assinatura de  
251 um edital com o de rastreabilidade da madeira que é explorada sob forma de  
252 concessão federal. Então, todas as madeiras são 'chipadas' um novo tipo de  
253 exigência, ou de pactuação que foi feita no edital, foi um edital extremamente  
254 disputado, de concessão, e aí o presidente do serviço Florestal vai estar aqui para  
255 explicar como é a avaliação da gestão de florestas e sugiro que vocês também  
256 perguntem a ele sobre o andamento do Inventário Nacional de Florestas, que o  
257 Ministério está fazendo e também o andamento do Cadastro Ambiental Rural, ele  
258 poderá dar aqui informações mais atualizadas, uma vez que quando nós o  
259 processo do Cadastro Ambiental Rural, o primeiro ano, que tivemos que prorrogar,  
260 nós tivemos cerca de 53% da área passível de registro, ou de cadastro, e desses  
261 são 192, 196 milhões de hectares na base do cadastro no dia 30 de abril e para  
262 vocês terem ideia do que significa isso termos de áreas, com riqueza da  
263 biodiversidade, nós identificamos 38 milhões de hectares que não eram visíveis do  
264 ponto de vista de vegetação nativa em propriedades rurais, dos quais cerca de 16  
265 milhões sob algum regime de proteção, ou seja, APP e reserva legal, e 22 milhões  
266 de hectares sem nenhum regime de proteção. Ou seja, isso é a magnitude do que  
267 os proprietários rurais, aqueles que fizeram o cadastro, têm sob domínio das suas  
268 propriedades e que conservam o meio ambiente. Isso não era visível para  
269 ninguém. Obviamente o cadastro continua sendo implementado, os números hoje  
270 são muito maiores, mas é preciso ter um esforço muito grande por parte dos  
271 Secretários de Estado de Meio Ambiente, junto com os Secretários de Agricultura

272dos Estados para conclusão do cadastro, sob pena de nós de fato perdermos o  
273prazo que não pode ser perdido. O que eu quero destacar também do ponto de  
274vista do Governo Federal em relação ao cadastro, o Ministério do  
275Desenvolvimento Agrário tinha obrigação de fazer o Cadastro em assentamentos  
276rurais, e o Governo Federal cumpriu o prazo em um ano, 7.600 assentamentos  
277rurais nesse País foram cadastrados. O Incra cumpriu o prazo. Isso mostra que há  
278um esforço, uma proposta realmente de convergência em torno de buscar a  
279regularização e também em torno de buscar os novos caminhos para a questão de  
280reflorestamento, de restauração florestal, aliás, está Consulta Pública o Plano  
281Nacional de Restauração e Recuperação da Vegetação Nativa, o Planaveg, que o  
282Ministério do Meio Ambiente concebeu em parceria com algumas instituições, e o  
283objetivo é discutir a restauração e a recuperação de 12 milhões de hectares.  
284Então, isso está em consulta. Obviamente, Henry, eu peço que na sua disposição  
285sobre acesso mostre o que foi atendido de vetos, o que foi atendido de  
286regulamentação etc., um pouco tirando as dúvidas das pessoas em relação à  
287questão do processo da lei. O Gaetani tem todas as condições aqui de conduzir  
288com todos os esclarecimentos que esse Plenário desejar. Essa semana é uma  
289semana que passou muito importante, foi uma semana que pelo clima marcou o  
290diálogo em San Petersburg, em Berlim, e um claro compromisso de se ter de fato  
291um acordo de clima em Paris, uma reunião de alto nível com a presença da  
292Chanceler Alemã, Ângela Merkel e o Presidente Hollande, Presidente da COP, e  
293uma discussão entre quarenta países de quais os possíveis caminhos que nós  
294podemos adotar para a construção do acordo. A minha avaliação pessoal é que  
295há uma grande disposição política de ter um acordo de clima no mundo, e a  
296própria proposta dos franceses é que isso, na realidade, aconteça em todas as  
297reuniões importantes que forem sendo discutidas do ponto de vista de G20, Brics,  
298então, tudo que esteja de fato sendo debatido no mundo nesse ano tenha a pauta  
299de clima. E assim está sendo feito, reuniões do MEFIs, reuniões nos Estados  
300Unidos dos grupos econômicos, todos estão discutindo um arranjo para a  
301mudança do clima. Então, eu acho que é um tema do ponto de vista político desse  
302ano, e o Brasil é o País que mais reduz emissões no planeta. Então,  
303diferentemente do que algumas pessoas insistem em falar, isso é reconhecido  
304internacionalmente, o Brasil é um País que tem comportamento de País  
305desenvolvido, frente à Convenção do Clima, porque é o País que de fato reduz  
306emissões, nenhum País do mundo reduz as emissões que o Brasil tem feito nos  
307últimos anos. Isso é importante para uma ambição que virá pós 2020, uma  
308ambição que está em discussão com a sociedade brasileira, está em discussão  
309com vários grupos e dentro do Governo, quais são as melhores rotas, quais são  
310as melhores trajetórias que devem ser adotadas em face de um País que poderá  
311sim ser o País que alcançará no menor espaço de tempo a chamada economia de  
312baixo carbono, ou modelo de desenvolvimento fundamentado na economia de  
313baixo carbono. Isso não é trivial, isso não é fácil ser feito, as discussões que o  
314Ministério do Meio Ambiente está fazendo via desmatamento e líquido zero são  
315muito interessantes do ponto de vista de que sequer há consenso sobre o  
316entendimento do que é desmatamento e líquido zero, e mesmo nos modelos que  
317são apresentados, os modelos matemáticos, os modelos econométricos, não têm

318 toda a robustez necessária para afirmar que se faz um desmatamento líquido zero  
319 na Amazônia em 2025, 2030, 2035, 2040. E nós estamos discutindo com todos os  
320 grupos. Agora, o que é importante é que há um compromisso, um entendimento  
321 de que é importante ter essa leitura política no Brasil, e o Brasil trilhar pós 2020 o  
322 caminho sim de desmatamento líquido zero na Amazônia. Isso vai exigir muito,  
323 não é trivial, as pessoas falam e sequer sabem muitas vezes o que estão falando,  
324 e é importante que os modelos matemáticos, os modelos econométricos que  
325 fundamentam a posição ou que fundamentarão a posição do Brasil, seja sólido  
326 porque esses números são auditados pela Conferência de Clima, pela Convenção  
327 de Clima. Então, não adianta jogar para a plateia, isso que eu estou tentando  
328 dizer, não adianta me apresentar um modelo em que para reduzir emissões eu  
329 tenha que retribuir 50% de consumo de carne no planeta. Isso é uma coisa que  
330 pode ser até desejável para alguns segmentos, mas não é tangível do ponto de  
331 vista econômico. Então, os dados precisam ser robustos, visa vis as realidades  
332 nacionais. Então, há uma grande discussão dos modelos globais versus os  
333 modelos aplicados às realidades nacionais e esse debate é um debate  
334 extremamente rico, um debate complexo, não é trivial a ser feito, e que exige  
335 engajamento de especialistas. Então, o Ministério está fazendo consultas, como o  
336 Ministério da Agricultura, está discutindo a agricultura de baixo carbono e como o  
337 Ministério de Minas e Energia está discutindo a matriz energética brasileira visa vis  
338 a segurança energética, visa vis os desafios que nós temos de ter uma matriz  
339 elétrica que tenha 85% hoje de renovável, que é o que Alemanha quer chegar em  
340 2050, e o que nós ambicionamos nos próximos anos do ponto de vista de matriz  
341 elétrica e matriz energética. São desafios imensos, desafios que têm a ver com  
342 geração de emprego, com custo, a questão da segurança energética, a questão  
343 da redução das assimetrias regionais em desenvolvimento, e são debates  
344 importantes, inclusive do ponto de vista das trajetórias tecnológicas. Ontem  
345 mesmo teve aqui em Brasília uma Reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças do  
346 Clima, lá no Palácio do Planalto, no anexo do Palácio do Planalto, que debateu  
347 exatamente cenários e trouxe propostas em relação a vários segmentos  
348 econômicos com alguns critérios, geração de emprego, segurança energética,  
349 segurança alimentar, o papel do Brasil na produção de alimentos, não  
350 desmatamento e em função disso um debate importante feito com cientistas e com  
351 especialistas a respeito de possíveis cenários que o Brasil possa trilhar em relação  
352 a 2020/2030, 2030 em diante. Esse debate é um debate complexo, não é trivial,  
353 eu vejo às vezes as pessoas falando, as pessoas muitas vezes não sabem  
354 diferença entre picos de emissão e limites máximos de emissão e limites mínimos  
355 de emissão. As pessoas não sabem, muitas vezes o que significa falar de  
356 renovável, e declarar não fóssil. Então é importante, que se vocês se familiarizam,  
357 eu espero que o Adriano vai mostrar, imagino, as ambições dos países  
358 apresentados, e eu pedi a ele que também fizesse uma apresentação e explicasse  
359 onde que estão alguns truques, onde é que as pessoas na verdade falam e que às  
360 vezes a imprensa que não é especialista divulga e é importante divulgar, mas sem  
361 a riqueza do detalhe do processo de negociação. O que muda, o que temos é  
362 alguns países, inclusive em condição de ampliar a emissão. Países desenvolvidos.  
363 E talvez seja importante você também explicar a proposta do Brasil de ciclos

364convergentes, qual é a estratégia política de manter diferenciação, por outro lado  
365que é uma coisa importante para todos os países em desenvolvimento, economias  
366emergentes, mas também assegurar com isso uma trajetória objetiva, de fato  
367comprometida de redução emissão de carbono em todo o planeta, ou de CO<sub>2</sub> ou  
368equivalente em todo planeta. Então, é um debate que não é trivial, tem muita  
369gente falando curiosidades, e eu acho importante que esse Conselho seja  
370informado tanto disso quanto de acesso a recursos genéticos, o que foi atendido,  
371como são os desdobramentos e etc. E sobre a questão das florestas, eu acho que  
372o Serviço Florestal terá condições de fazê-los. Com detalhe sobre a questão da  
373concessão, eu acho que o Brasil tem um grande desafio sobre concessões,  
374particularmente nas florestas nacionais, e nas florestas estaduais. E nós temos  
375Estados hoje cancelando por lei as florestas estaduais declaradas. Então, é  
376importante que as pessoas depois convivam, possam conviver com a realidade de  
377comprar madeira, por exemplo, de origem legal. Então, têm Estados desafetando  
378floresta estadual, e eu não vejo nenhum movimento do Brasil reclamando isso, da  
379sociedade, dos atores políticos, ninguém questiona isso. Então, é um esforço  
380muito grande de viabilizar a concessão florestal, a origem certificada de madeira,  
381viabilizar do ponto de vista ambiental, social e econômico, modelos de  
382desenvolvimento que possibilitem isso para substituir a madeira ilegal, e tem por  
383outro lado gente cancelando, desafetando florestas estaduais, por exemplo, que  
384dizem respeito a respeito à concessão florestal. Então, é importante que esse  
385debate aconteça aqui, aliás, sugeriria que o Conama fizesse um debate sobre  
386concessões florestais no País, a trajetória da madeira do ponto de vista, a madeira  
387plantada, nativa, e olhar efetivamente o que está acontecendo. Porque eu não sei  
388que foi colocada aqui uma imagem, o pessoal do Conama, o Luciano trouxe do  
389Ibama para mim? Ele trouxe: está aqui o negócio do desmatamento? Faz um  
390favor, acha o Luciano da fiscalização...? Chama o Luciano, da fiscalização, eu  
391quero as imagens projetadas aqui, porque como foi uma semana importante do  
392ponto de vista da biodiversidade, não só pela sanção da lei. Não só do ponto de  
393vista da lei, mas o próprio engajamento da Presidente da República, um salto  
394qualitativo em relação à biotecnologia, enfim, o próprio Prêmio Nacional da  
395Biodiversidade que aconteceu sexta-feira. Então, e nós vamos começar a semana  
396que vem a Semana do Meio Ambiente, são 15 dias de muita visibilidade. Eu vou  
397projetar aqui o que ainda acontece no Brasil em relação à biodiversidade, e que eu  
398pedi que a fiscalização do Ibama colocasse, só não entendi porque não está aqui,  
399são imagens de operações recentes de fiscalização. A Secretária do Mato Grosso  
400está aqui? A adjunta. O Estado do Mato Grosso tem sido um parceiro, tem se  
401engajado progressivamente no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia  
402junto com o Ibama, mudou um pouco o *modus operandis* de tratar a questão da  
403fiscalização, mas eu vou fazer um apelo público aqui, aliás reiterar um apelo que  
404eu já fiz, não é possível que o Brasil ainda adote a prática de correntão, isso  
405depende único e exclusivamente dos governadores estaduais, não é possível que  
406tenhamos que conviver com o desmatamento ilegal na Amazônia, e no Cerrado  
407Brasileiro, com a prática de correntão. O Ibama apreendeu mais de 80 tratores nos  
408últimos meses, só nessa última operação foram 30 tratores. Os correntões são  
409aqueles correntões de navios, você coloca de um lado e de outro e sai arrancando

410 tudo que tem pela frente com o desmatamento ilegal. Eu faço um apelo, depende  
411 de um Decreto do Governador, o único Estado da Amazônia que proibiu isso foi o  
412 Pará. Então, é muito difícil fazer a fiscalização quando nós mesmos não fechamos  
413 as portas para aquilo que poderia ser evitado, além do desmatamento toda a  
414 degradação que é feita no meio ambiente. Então, são imagens absolutamente  
415 chocantes, que existem há 30 anos nesse País. Eu reitero o apelo, eu faço um  
416 apelo aqui aos Secretários do Meio Ambiente da Amazônia, que, por favor, peçam  
417 aos seus Governadores, proponham aos seus governadores Decretos para o fim  
418 do correntão. Ou então nós vamos continuar fazendo cena, são correntes, são os  
419 correntões, são correntes de navios, aquilo que você faz âncora de navios, se  
420 vocês virem isso ao vivo e em cores vocês vão entender o que eu estou falando. E  
421 é inaceitável que o Brasil tenha isso, e é inaceitável que nós entremos numa  
422 semana de meio ambiente e continuemos tendo isso, e que saíamos da semana  
423 da biodiversidade e continua tendo isso. E eu vou lá todo ano, já fui no Mato  
424 Grosso, até fotografia eu tenho do ex-governador com o correntão e pedi a ele, ele  
425 falou que ia fazer, e não fez. Então eu peço encarecidamente, gente, é  
426 inacreditável o estrago que é feito do ponto de vista da biodiversidade nesse País,  
427 e do ponto de vista daquilo que tenha a boa prática, de supressão e vegetação  
428 versus a má prática de quem provoca o desmatamento. O único Estado que  
429 proibiu é o Pará. E o segundo aspecto, eu pedi aqui para passarem para vocês,  
430 não sei porque não veio, está no gerúndio, está vindo. Eu já estou aqui. São  
431 imagens muito chocantes, eu obviamente não acho que o Conama tenha que ver  
432 as imagens, eu vi as imagens, eu acho, assim, que é outra coisa inaceitável do  
433 ponto de vista da biodiversidade no Brasil e em qualquer situação, que é uma  
434 imagem que está circulando na internet, nós já estamos investigando, de uma  
435 matança deliberada de onça dentro do rio, e que o Ibama e o Instituto Chico  
436 Mendes e a Polícia Federal, estamos investigando. Nós temos que fazer uma  
437 campanha pela fauna nesse país, os maus fatos, isso é de uma perversidade,  
438 quem já viu esse vídeo, o Ministério Público, todo mundo pedindo, não é só pelo  
439 crime, é pela situação inaceitável de uma perseguição deliberada de dois animais,  
440 de onça preta dentro de um rio, atravessando o rio nadando e sendo cercados por  
441 pessoas que perversamente querem matar deliberadamente com pauladas os  
442 animais. As cenas são chocantes, e não dá para a sociedade brasileira tolerar que  
443 isso aconteça, isso não pode achar que estamos cuidando de bichinhos, nós  
444 estamos cuidando de comportamento da sociedade, uma sociedade que é  
445 conivente, tolerante com isso não é uma sociedade sustentável, uma sociedade  
446 que possa se balizar por valores éticos. Porque é de uma agressão, os animais  
447 estão dentro de uma reserva. Então, é uma coisa deliberada, é perversidade, é  
448 maldade, e acho que esse Conselho deve no mínimo fazer uma moção, no  
449 mínimo, e no mínimo nós devemos fazer uma grande campanha nacional em  
450 relação à proteção da fauna nesse país, não é pela proteção só à beleza da fauna  
451 não, é para evitar esse tipo de comportamento que está acontecendo no Brasil. E  
452 isso é um exemplo, como tem os caçadores ilegais, as fazendas que promovem  
453 as caças, e lembrem senhores, os Estados pela Lei Complementar 140 são  
454 responsáveis agora pela gestão de fauna. Então, é preciso mudar a postura em  
455 relação à denúncia, indignação e cobrança de fato de atitudes, que nós estamos

456falando de proteção de meio ambiente. Então, é fácil ficar falando que temos que  
457usar uma sacola plástica biodegradável e nós estamos vendo naquilo que é no  
458âmbito das nossas competências dizer efetivamente, menos mobilizar a sociedade  
459para se indignar. A indignação passa sim por um comportamento mínimo ético,  
460inclusive em relação ao meio ambiente. Principalmente em relação ao meio  
461ambiente porque estamos discutindo qualidade de vida. Então, eu acho que esse  
462Conselho tem que fazer sim, eu proponho a vocês e quero que vocês avaliam em  
463debatam, um grande debate sobre proteção de fauna nesse País sobre o que nós  
464queremos de fauna desse País, porque não adianta só fiscalizar não, tem que  
465punir e tem que punir, mas nós temos que ter uma visão de que fauna é  
466patrimônio nacional. Todo mundo se orgulha da imagem da onça linda, quero ver  
467se nós não podemos realmente nos indignar frente às imagens que eu vou pedir  
468para passar só o início, porque elas são realmente muito chocantes. E que eu  
469acho que é inaceitável no Brasil. Então, eu acho que nós temos ganhos de  
470redução de desmatamento, clima, protagonismo, acesso à biodiversidade, lei, tudo  
471mudando, mas ainda temos comportamentos nesse País que são inaceitáveis do  
472ponto de vista da ética ambiental, e do ponto de vista da cidadania que todo  
473mundo disputa nesse País para ser um País mais justo, um País mais inclusivo,  
474um País mais sustentável. Eles vão passar agora, eu não quero que passe o vídeo  
475todo, está o vídeo completo da onça? Ele é muito chocante, quem quiser ver  
476depois, eu não vou ver de novo, eu fiquei indignada, mas passa a imagem do  
477correntão que está acontecendo no Mato Grosso, aconteceu agora. É importante o  
478Ibama atuando, tem novas operações acontecendo, a fiscalização  
479independentemente do ajuste fiscal do Governo, da fiscalização, não está atingida  
480por isso, agora não é possível que nós queiramos comemorar a semana mundial  
481do meio ambiente com esse tipo de coisa acontecendo no Brasil. Não dá mais.  
482Então, o meu apelo é um apelo que possamos de fato, via Conama, e via  
483sociedade, fazer um novo movimento em relação à fauna e em relação às práticas  
484degradantes, insustentáveis de desmatamento legal ou ilegal nesse País, não é  
485possível. E aí com a mobilização dos governadores da Amazônia em torno do fim  
486do correntão. Eu faço um apelo a este Plenário que vocês mobilizem. Olha aí, não  
487sei se as pessoas estão vendo o que é a prática, isso é o desmatamento essa  
488semana no Mato Grosso. Ok? Então, não dá para trabalharmos mais com isso,  
489olha isso, e não é possível, olha como que é que feita a remoção do  
490desmatamento ilegal, se nós achamos que dá para tolerar isso, como Conselho  
491Nacional de Meio Ambiente e como Secretários de Meio Ambiente desse País, por  
492favor, senhores, vocês me avisem porque não é o Ministério, não é a política  
493ambiental que eu quero conduzir, nesse País. Isso está acontecendo essa  
494semana, o Ibama pegou isso agora, há uma mobilização, eu peço, reitero que o  
495Conama faça uma mobilização de fato em relação ao banimento, o fim do  
496correntão no Brasil. Isso tem que ser mínimo, ou então não adianta ficar falando  
497que queremos reduzir desmatamento ilegal, tem que acabar também com práticas  
498ilegais, insustentáveis, isso aqui tudo é criminoso.

499

500

501O **SR. LUCIANO EVARISTO (DIPRO/IBAMA)** – Esse aqui Ministra é um  
502desmatamento efetuado com um laudo de um engenheiro baseado no Decreto do  
503Estado do Mato Grosso que exige de autorização a limpeza das áreas. E nós  
504apreendemos laudo, autuamos o engenheiro e encaminhamos a queixa-crime à  
505Polícia Federal e ao Crea.

506

507

508**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –  
509Eu estou fazendo esse apelo aqui porque não adianta só o regulamento federal,  
510está aí a lei de crimes, ou seja, coisas que poderiam ser evitadas, e são as  
511indústrias de consultorias, as coisas que são montadas para, na realidade,  
512viabilizar o crime ambiental, muitas vezes, outras vezes não. Então, um olhar  
513cuidadoso sobre aperfeiçoamento de norma é sempre desejável, mas tem que  
514entender sim quais são as implicações dessas normas, e obviamente pactuar  
515como é que isso possa ser feito sem impedir o desenvolvimento da agricultura do  
516País, ou o contrário, mas o agricultor sério não pactua com isso, o produtor rural  
517sério, que gera riqueza para esse País não pactua com esse tipo de coisa. Então,  
518é um apelo que eu faço, e acho que essa proposta tem que vir dos Secretários de  
519Meio Ambiente da Amazônia, não é uma coisa que... O Governo Federal, eu não  
520posso proibir por Decreto Presidencial o correntão, isso não pode pelas  
521explicações da Advocacia Geral da União, não. Então, é inacreditável.

522

523

524**O SR. LUCIANO EVARISTO (DIPRO/IBAMA)** – Aqui tem exemplo de ameaças  
525na rede à atuação do Ibama de derrubar o helicóptero do Ibama.

526

527

528**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –  
529Nós vivemos esse tipo de realidade, eles se comunicam, tudo isso é grampeado,  
530tudo isso é investigado, vê como o meu pessoal é cercado, leva bala, tiroteio, etc.  
531Então, é óbvio que o desmatamento ilegal é um combate ao crime organizado,  
532como a polícia Rodoviária já falou, mas não é possível que nós não possamos  
533melhorar as regras para limitar a ação desses ilegais e podermos ser mais  
534incisivos nas ações de fiscalização.

535

536

537**O SR. LUCIANO EVARISTO (DIPRO/IBAMA)** – Aqui Ministra o resultado até  
538agora parcial da guerra contra o desmatamento, 132 tratores apreendidos, tirados  
539de circulação, 159 caminhões apreendidos, quase 500 motosserras tiradas de  
540circulação. Dois bilhões e cem mil em multas até agora.

541

542

543**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –  
544Isso nós estamos em um patamar de 4.800 quilômetros quadrados de  
545desmatamento, que é a taxa atual. Então assim, é preciso que vocês se engajem,  
546pelo menos fortalecendo aquilo que a fiscalização, o aparato legal para a

547fiscalização poder agir com mais eficiência e com mais eficácia. Sobre a onça está  
548aí o vídeo, eu não vou autorizar passar todo o vídeo, realmente é muito chocante,  
549mas a parte inicial, só para vocês terem uma ideia do grau de perversidade do que  
550foi feito. Não consegue passar? Por que? Não é compatível. Então, tenta depois,  
551quem quiser ver depois a imagem, o Ibama mostra, mas eu acho que o Conama,  
552eu como presidente desse Conselho convoco a vocês a fazerem uma grande  
553campanha de fauna nesse País, é inacreditável e tem que ser a partir disso aqui,  
554da indignação do Conselho, tenta colocar numa extensão que seja compatível ou  
555trocar o computador para ser compatível.

556

557

558**O SR. LUCIANO EVARISTO (DIPRO/IBAMA)** – Se tiver internet aí é só pegar o  
559Youtube aí.

560

561

562**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –  
563Ontem não estava mais no Youtube, eu tentei entrar e não estava.

564

565

566**O SR. LUCIANO EVARISTO (DIPRO/IBAMA)** – Só lembrar que esse caso já  
567está, o Ibama junto com a Polícia Federal estamos...

568

569

570**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –  
571Isso está sendo apurado, nós não podemos dar detalhes por causa das  
572apurações, mas efetivamente não é isso, eu acho que esse é um comportamento  
573que o Brasil não pode de maneira alguma tolerar, da mesma maneira que não se  
574tolera violência urbana, não pode tolerar esse tipo de coisa com relação à fauna  
575brasileira. Então, eu acho que vai seguir tribuna livre, em seguida não sei se vai  
576ter inversão de pauta para votar as Resoluções e os debates, mas eu sugiro e  
577solicito aos senhores muita atenção no que foi dito sobre a questão do clima, na  
578questão de acesso a recursos genéticos, nós teremos um processo importante até  
579Paris, e pós Paris, e teremos um processo importante nos próximos 180 de  
580regulamentação, eventualmente de contribuições do próprio Conselho para essa  
581regulamentação. Está bom? Eu com isso peço licença, desejo a todos uma boa  
582reunião, mas eu seguirei agora para o Rio que eu tenho agora que fazer a  
583entrevista com mais de 20 veículos internacionais sobre a lei de acesso, e em  
584seguida gravo um programa de televisão e volto. Então, eu peço desculpas, mas  
585eu estou sem agenda para ficar aqui em Brasília. E passo ao Secretário-Executivo  
586que conduzirá a reunião sem terceirização. Está bom? Obrigada a todos e um  
587bom dia.

588

589

590(*Palmas!*).

591

592

593 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,  
594 Ministra. Bom pessoal, antes de darmos sequência ao trabalho, eu queria apenas  
595 que o Cláudio Maretti, nosso novo presidente do ICMBio se identificasse. A  
596 Marilene está com o Ministro agora, mas ela volta depois. E a Ana Cristina a  
597 nossa nova Secretária de Biodiversidade e Florestas, também se identificasse,  
598 fazem parte da nova equipe de dirigentes do Ministério, vocês vão tê-los aqui com  
599 regularidade nas nossas próximas reuniões e estamos à disposição também para  
600 contatar com vocês sempre que se fizer necessário. Agora, Tadeu, por favor.  
601 Vamos dar sequência à nossa tribuna livre.

602

603

604 **O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. Tadeu  
605 Santos, represento a Região Sul. Secretário, a primeira colocação que  
606 gostaríamos de fazer é em relação à realização do PNEA, que desde 2011, 2010,  
607 nós estamos tentando fazer esse encontro das entidades ambientalistas, e no ano  
608 passado o projeto foi apresentado, mas na última hora houve uma certa  
609 desistência. Então, que fique registrado, apesar do ano estar... Ontem eu  
610 encontrei a Doutora Regina rapidamente no corredor, ela falou da dificuldade do  
611 País e tal, mas nós vamos insistir, é um direito quase adquirido da sociedade civil,  
612 principalmente da bancada ambientalista em realizar esse encontro. A Ministra  
613 falou muito sobre a questão do... E o Adriano vai comentar sobre a questão de  
614 mudanças climáticas, mas é sempre voltado para a Amazônia, sendo que no Sul  
615 do País existem termelétricas a carvão que não são monitoradas por nenhum  
616 órgão oficial, a Tractebel que é maior termelétrica da América Latina, quem  
617 monitora a emissão de CO<sub>2</sub> é a própria usina. Isso é um absurdo, é um crime tão  
618 grave quanto o desmatamento, porque a extração do carvão compromete toda a  
619 biodiversidade, e depois a queima também é outro grande impacto ambiental. Nós  
620 temos pedido para que o Ministério encaminhe uma discussão a respeito da matriz  
621 energética, claro que com embasamento do Ministério de Minas e Energia, e não  
622 está acontecendo isso. Nós ficamos sabendo, inclusive agora de um critério do  
623 Ministério de Minas e Energia sobre o grau de eficiência das termoelétricas, grau  
624 de capacidade, e as termoelétricas foram consideradas, zero, principalmente a  
625 carvão. Bom, para concluir, na Conferência Nacional de Resíduos Sólidos nós  
626 fizemos dois encaminhamentos, que um seria de uma vaga aqui no Conama, que  
627 é por indicação da Presidência da República, foi sugerido que os catadores  
628 fizessem uma moção, essa moção foi aprovada lá na conferência, e eles já têm  
629 um assento no Conama, inclusive eu e o Bruno fomos os que participamos da  
630 conversa com o pessoal. Por outro lado, Secretário, nós também fizemos proposta  
631 sobre a questão de intensificar a questão sobre a questão da lei 12.305,  
632 principalmente da logística reversa, apesar de eu participar de uma reunião onde  
633 tem o maior impacto ambiental, que é a questão do carvão mineral e agrotóxico,  
634 mas estamos chegando à conclusão de que a questão do lixo é o maior impacto  
635 ambiental porque o lixo hoje é uma questão comportamental da população  
636 brasileira, cultural, as prefeituras ficaram de acabar com os lixões e não  
637 acabaram, e não vão acabar nunca, porque elas preferem fazer pontes e asfaltos.  
638 Então, é preciso que o Estado promova, conceda um certo incentivo, uma

639desoneração às empresas que coletam o lixo, e fazem reciclagem, não a  
640empresa, apenas empresa, mas cooperativas, isso é uma maneira de incentivar  
641esse setor que recolhe o lixo e ainda paga impostos para reciclar. Então, quer  
642dizer, é preciso incentivar para que haja uma redução no impacto do lixo, eu falo  
643lixo em geral. A proposta já foi apresentada, eu apresentei um documento para a  
644Adriana, mas vou refazer a documentação com mais fundamentação, para que,  
645como da outra vez nós falamos da questão da energia, que seja promovido um  
646seminário com a assessoria da Zilda, e do Wanderley, da CNI, não sei se está  
647hoje aí, eu já falei com ele também, que eles têm um trabalho muito bom  
648elaborado pelo IPEA, e tem uma PEC no Senado que trata sobre essa questão da  
649desoneração sobre esses produtos. É isso.

650

651

652**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito  
653obrigado Tadeu. Pedro Wilson.

654

655

656**O SR. PEDRO WILSON GUIMARÃES (Anamma Nacional)** – Bom dia Secretário,  
657Adriana, nossa Secretária do Conselho, saudando todos os companheiros homens  
658e mulheres que lutam pelo desenvolvimento sustentável. Quero saudar todos aqui  
659da Mata Atlântica, hoje é o dia da Mata Atlântica, mas todo dia é dia da Mata  
660Atlântica, como dia 05 é dia do meio ambiente, todo dia... E dia 17 é o dia da  
661floresta. Essas datas são significativas porque quando nós colocamos data é que  
662a situação está ruim, é igual o aniversário nosso, quando estamos em situação  
663difícil nós forçamos o aniversário para ganhar presentes. Então, eu quero saudar  
664também aqui a realização, nesse momento está sendo realizada a 15ª Assembleia  
665Geral da Sema, que são Associações de Departamentos de Empresas  
666Municipais de Saneamento, que está numa luta no Ministério das Cidades da  
667questão básica do saneamento, drenagem, e nós sabemos a importância que tem  
668a questão de lixo, ou o saneamento como lixo no Brasil. Nós temos o tratamento  
669da água quase chegando a 100%, e enquanto a questão do esgoto representa 30,  
67040% da cidade, ou seja, nós estamos com uma defasagem, é um dos elementos  
671que mais poluem a cidade é o esgoto urbano. E convido então, em Poços de  
672Caldas, de anteontem até dia 29, a Sema, e que forma com a Anamma, a Abes,  
673a CNM, ABM, a Frente Nacional, a BRELP, e o Movimento Nacional de Catadores,  
674entidades que estão lutando por uma participação maior na logística reversa, na  
675questão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Quer dizer, as coisas às vezes  
676ficam no nível Federal, ficam no nível Estadual, mas se realizam no Municipal,  
677pelo menos o Município tem o direito de ser ouvido das ações que acontecem,  
678seja de logística reversa, seja de coleta seletiva. Mas eu quero convidar a todos  
679você homens e mulheres aqui presentes aqui, no Conama, é a terceira vez que  
680eu participo como Conselheiro, que nós vamos realizar na cidade de Campinas,  
681São Paulo, sob o patrocínio da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de  
682Campinas, nós vamos realizar o nosso 24ª Encontro Nacional da Anamma, e que  
683vai eleger também a nova Diretoria de 2015 a 2017. Estão todos convidados, nós  
684vamos usar aí os sistemas aí de e-mail do Conama, para mandar o convite

685também oficial. É importante para nós, muitas entidades da sociedade civil e tudo  
686mais. Então, eu quero convidar a todos, para a nossa Assembleia Geral. E  
687também, Senhor Presidente dessa sessão, fazer um apelo aqui de que nós  
688convidarmos numa próxima reunião do Conama uma exposição da ONU ou do  
689Pnuma aqui no Brasil, ou do Ministro Figueiredo que participou representando o  
690Brasil, ou da própria Ministra, ou da Secretária, de alguém para expor em que  
691situação se encontra o relatório da Rio+20 e a questão básica se os objetivos do  
692desenvolvimento sustentável que vão substituir os objetivos do milênio, vocês  
693lembram que vence o milênio, venceria o ano passado, foi prorrogado esse ano, a  
694partir do ano que vem... E nós precisamos desses elementos que nós aprovamos  
695na Rio+20. Aí eu faço um apelo que nós possamos, segundo a Doutora Adriana  
696Mandarino está no site do Conama, mas de convidar alguém para dar o informe  
697de como está indo. E quero também, nessa oportunidade, agradecer a Anamma,  
698todos os dirigentes municipais de meio ambiente do Brasil, como Presidente da  
699Anamma, que estou aqui representando, que é a minha última participação como  
700conselheiro do Conama. Nós continuamos a luta na sociedade, mas quero  
701agradecer colaboração do Ministério, a colaboração de todos os companheiros, a  
702esse momento rico que é esse parlamento do meio ambiente no Brasil. Mas por  
703último, gostei da fala do nosso companheiro anterior, me disponho a redigir com o  
704outro, mas que o Conama aqui reunido, possa votar uma moção de solidariedade  
705ou de repúdio, depende do termo. Tem um Decreto legislativo sendo articulado no  
706Congresso Nacional para retirar, que é a questão da terra indígena passe a ser  
707decidida pelo Congresso. Nós sabemos, com todo o respeito, eu participei do  
708Congresso, o colega aí extraordinário lá de Minas, que ajudou muito lá no meio  
709ambiente, se nós deixarmos passar esse Decreto, certamente o Brasil vai ficar nas  
710manchetes todo dia, toda hora. Já está nas manchetes. Mas, por outro lado, esse  
711Decreto Legislativo, Fruto da bancada ruralista presente no Congresso, que  
712apresentou que quem vai retirar o estudo antropológico, retirar o estudo social,  
713histórico, de passar tudo para o Congresso, nada contra o Congresso, mas que  
714nós dentro de áreas objetivas como a Funai e outros Conselhos, imagina o que vai  
715ser então, a ocupação da terra indígena ou a demarcação que é urgente. Isso não  
716só aí nessa esteira, para concluir, que depois também pode gerar na terra  
717quilombola ou nas águas da marinha, quer dizer, todo mundo que tem uma área  
718aberta possível. Muito obrigado, Doutor Gaetani, a toda a equipe, a Ministra, e o  
719desejo de que o Conama cada vez mais reforce a luta pelo meio ambiente no  
720Brasil. Muito obrigado.

721

722

723(*Palmas!*).

724

725

726**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito  
727obrigado. Renato Lima. Se ele aparecer nós reapresentamos ele depois.  
728Francisco Soares.

729

730

731 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bom dia a todos. Pois  
732 bem, Secretário, praticamente o tema que eu quero levantar é uma questão  
733 simplesmente da pauta do Conama que é muito esvaziada diante do atual  
734 Regimento que está tendo muita dificuldade a sociedade, como tem para os  
735 Conselheiros, para apresentar, por exemplo, uma proposta uma recomendação,  
736 uma moção. Então, todas essas três propostas que duas delas têm moções, seria  
737 recomendada à Ministra, para que ela tome as devidas providências com relação  
738 a andamento do processo. Dessa forma eu gostaria de dizer, que uma seria  
739 alteração do Regimento Interno do Conama, que exige muitas coisas que seria  
740 com base no art. 81, e que praticamente deu um nó, ficou quase impossível de se  
741 mexer no Regimento e a pauta vai continuar esvaziada, os conselheiros estão  
742 tendo dificuldade de enviar uma proposta, uma moção ao Plenário do Conama. A  
743 outra é com relação à Política Nacional de Recursos Hídricos, que meu Estado,  
744 por exemplo, A Bacia do Rio Parnaíba, a Lei d Recursos Hídricos a 94333/97 já  
745 atingiu a maioria, 10 anos, e até hoje a Bacia do Rio Parnaíba, por ser um rio  
746 federal, não foi instalada na região, adiante de tamanha crise hídrica no Brasil, e o  
747 Nordeste já chegou, nós já estamos usando, daqui um dia nós no necrotério atrás  
748 de água porque nós já estamos em um volume bom. Dessa forma a Política de  
749 Recursos Hídricos tem uma proposta de moção que administra que eu sei que tem  
750 a lei de recursos hídricos e a lei do Conama, que criou o Conselho de Recursos  
751 Hídricos, o Conselho do Conama, mas nós estamos propondo à Ministra para que  
752 a Ministra crie um Grupo de Trabalho no setor jurídico para ver a possibilidade da  
753 fusão dez duas leis e voltar ser um selo só, o Conselho do Meio Ambiente dos  
754 Recursos Hídricos, como era no passado, porque nós não podemos separar a  
755 água da floresta nem a floresta da água, sem água não tem floresta, sem floresta  
756 não tem água, e sem água não tem energia. E outra seria com relação também à  
757 Ministra, o senhor pode ver o encaminhamento, a proposta de moção porque  
758 adiante da crise de água, da crise de energia, os apagões estão tomando conta do  
759 País. No meu Estado falta luz quase todo dia, em toda cidade, em todos os  
760 bairros, e nós não vemos alternativa, embora energia solar, energia eólica sejam  
761 um grande potencial do Nordeste, nós temos crise hídrica e nós gostaríamos de  
762 conhecer, a Ministra pedir ao Ministério de Minas Energia, a elétrica nuclear, a  
763 térmica nuclear como que está o programa de energia no Brasil, para que  
764 possamos ver quais as alternativas que estão andando nesse País. Eu vou passar  
765 ao Secretário, algumas delas já conta, com 8 assinaturas conforme o Regimento,  
766 mas a questão da alteração da 81, nós vamos ter dificuldade porque o art. 81 deu  
767 um nó cego, nós não vamos conseguir mudar se a Ministra não tomar iniciativa e  
768 colocar para corrigir esse Regimento, democratizar, que era muito mais  
769 democratizado.

770

771

772 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito  
773 obrigado, Francisco.

774

775

776 **SR. JOÃO BAPTISTA MONSÃ (Ademasp)** – Bom dia à mesa, Bom dia ao  
777 pleno horário, meu nome é João batista sou vice-presidente da Ademasp e  
778 suplente do Doutor Paulo Nogueira Neto neste Conselho. E como informação para  
779 os mais jovens aí, o Doutor Paulo foi o primeiro Secretário Nacional do Meio  
780 Ambiente e fundador também do Conama. A minha intenção, de é informar ao  
781 plenário que na sexta-feira, dia 22 passado agora o Doutor Paulo foi alvo da  
782 concessão do Prêmio Nacional de Biodiversidade, e essa distinção eu sou  
783 mensageiro de um agradecimento do Doutor Paulo à Ministra Izabella pela  
784 concessão dessa honraria. Era só para dar essa notícia. Muito obrigado.

785

786

787 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito  
788 obrigado, Monsã. Pessoal, vamos então dar início às nossas exposições. A  
789 primeira é do Doutor Adriano de Oliveira que ai falar sobre mudança climática e as  
790 discussões relacionadas à Paris. Adriano a bola está com você.

791

792

793 **SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA (SMCQ/MMA)** – Obrigado  
794 Secretário. Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Secretário Gaetani, a  
795 Adriana, demais autoridades, conselheiros, demais colegas. Eu tenho aqui um  
796 material, Secretário, bastante extenso, eu preferi pecar pelo excesso, não vou  
797 abordar toda a apresentação, todos os slides que eu tenho aqui, mas fica à  
798 disposição do Conselho para ter acesso ao material mais detalhado, eu até peço  
799 também, Secretário, que o senhor me controle no tempo porque, como a Ministra  
800 mostrou e mencionou aqui no início dos trabalhos, o tema de mudança de clima é  
801 um tema complexo, não é trivial, e a depender daqui do interesse dos conselheiros  
802 e dos demais colegas, aí nós aprofundamos mais ou menos e eu peço o seu  
803 controle. Bom, a Ministra Izabella deu já o plano político de fundo da importância  
804 da Conferência de Paris, e eu acho que é importante frisar que País vai determinar  
805 o caminho do desenvolvimento, não só do Brasil, mas no mundo, nos próximos  
806 15, 30 anos, porque nós estamos discutindo o pós 2020. Para falar de Paris nós  
807 temos que falar de como a negociação se encontra hoje em termos de dois trilhos,  
808 nós temos dois trilhos sendo negociados, e Paris vai ser o final de um caminho  
809 que começou na Conferência das Partes de Durban, onde a Ministra Izabella teve  
810 um papel importante, como chefe da delegação brasileira, eu mencionei isso na  
811 última reunião, de ter sido a primeira Ministra de Meio Ambiente, de País em  
812 desenvolvimento a dizer em discurso oficial, e depois isso percolou na  
813 negociação, de que o Brasil estaria preparado para assumir um compromisso  
814 juridicamente vinculante, ou seja, que nós estaríamos prontos para assumir metas  
815 quantitativas na fase do regime de mudança do clima. E naquele momento, na  
816 COP da África do Sul se determinou que até 2015, então, nós estamos chegando  
817 no final agora do ano, em dezembro, com a COP de Paris, o mundo adotaria um  
818 acordo para o pós 2020, em termos de mudança do clima. Então, nós temos no  
819 chamado *Work String 1*, chamaria de trilho 1 de negociação, a discussão sobre o  
820 acordo de 2015, que poderá ser um novo protocolo, um instrumento legal, ou um  
821 resultado acordado com força legal, e isso é linguagem da negociação, mas

822estamos falando do acordo, a formalidade legal de Paris a ser adotada em 2015, e  
823sempre importante, será um acordo adotado em 2015 para ser implementado a  
824partir de 2020. O segundo trilho, como nós estamos tratando de um acordo que  
825vai tratar o pós 2020, havia a necessidade de se considerar o que o mundo vai  
826fazer entre 2015 e 2020. Então, nós sempre temos o ponto importante de frisar  
827aqui que o trilho 2 não é um trilho de negociação, mas os países vão apresentar o  
828que eles vêm fazendo no período 2015 a 2000, e aí vou entrar aqui em detalhe na  
829sequência do que o Brasil já atingiu, reforçando o que a Ministra Izabella já nos  
830apresentou aqui no início. Rapidamente sobre o trilho 1 não tem como nós  
831falarmos de Paris sem mencionar a COP de Lima, que foi a COP passada, a COP  
83220, no Peru, e a Ministra Izabella já mencionou, nós temos para a COP de Paris  
833um rascunho dos elementos do acordo de 2015, a decisão de Lima deu  
834direcionamento do que seriam as contribuições nacionalmente determinadas, essa  
835é a palavra da negociação para os esforços que os países farão em termos de  
836mitigação e adaptação. Então, aqui já começa a jargão, fazendo o jargão da  
837Convenção, as contribuições nacionalmente determinadas chamadas de INDC,  
838vocês vão ouvir falar muito e já devem ter ouvido falar muito das INDCs a serem  
839apresentadas em Paris, e era um documento que saiu de Lima com mais ou  
840menos, um pouco mais de 30 páginas, e na primeira reunião que houve esse ano,  
841no mês de fevereiro em Genebra, de negociação, esse texto pulou para mais de  
84280 páginas, o que é impossível se pensar num acordo em Paris agora no final do  
843ano, um acordo que tem 80 páginas. O Brasil tem sido defensor de que seja um  
844acordo enxuto, nós temos trabalhado, a ideia é de que seja algo que dê a direção  
845e que ele seja implementado e regulamentado ao longo do tempo, como foi o  
846Protocolo de Kyoto. Questão importantíssima que a Ministra pontua aqui, o  
847princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse um princípio  
848basilar da Convenção, na COP de Lima esse princípio apareceu na decisão e  
849esse princípio não aparecia explicitamente em decisões de COP desde a COP de  
850Cancun, em 2010, e dessa vez apareceu, mas com uma palavrinha na sequência,  
851os países vão ter que respeitar os princípios de responsabilidades comuns, porém  
852diferenciadas, à luz das circunstâncias nacionais. E aí a Ministra pediu para falar  
853aqui aí dos truques que os países apresentam, essa foi uma linguagem  
854basicamente negociada entre Estados Unidos e China, para que o princípio de  
855responsabilidades comuns, porém diferenciadas entrassem no texto. O importante  
856aqui, eu vou mostrar na sequência, é que o Brasil vem considerando o princípio de  
857responsabilidades comuns, porém diferenciadas, como não poderia deixar de ser  
858diferente, um princípio importante da Convenção e uma decisão não suplanta à  
859Convenção como um todo, mas o Brasil tem uma proposta de diferenciação que  
860pode ajudar como uma proposta de caminho do meio entre a polarização que nós  
861temos hoje em termos de diferenciação entre os países na Convenção. Então, nós  
862temos um acordo que tratará de mitigação, adaptação, os meios de  
863implementação, nós estamos falando de transferência de tecnologia, recursos  
864financeiros, capacitação, e a COP de Lima trouxe uma referência à necessidade  
865de que as contribuições a serem apresentadas para o acordo de Paris, sejam  
866contribuições que contemplem algo a mais, uma progressão em relação ao que foi  
867apresentado, e o Brasil vem construindo a sua posição nesse sentido. Importante:

868o que temos na negociação do trilha 1 é de que o limite para os países  
869apresentarem quais serão as suas contribuições para o novo acordo é 1º de  
870outubro de 2015, na decisão de Lima e na decisão de Varsóvia, a COP anterior,  
871havia um chamamento para os países que tivessem condição de fazê-lo, de que  
872fizesse apresentação dessas contribuições no primeiro trimestre desse ano de  
8732015, mas eram para aqueles que estavam em condições de fazê-lo. Vou mostrar  
874para vocês, nós temos hoje 10 países que apresentaram até agora. Então, o Brasil  
875vem trabalhando com o prazo de 1º de outubro, mas fazendo um esforço grande  
876para antecipar a sua contribuição e tentamos apresentar esse número antes de 1º  
877de outubro. O que eu destacaria aqui na construção da posição brasileira é que  
878houve um processo de consulta conduzido pelo Ministério das Relações  
879Exteriores, e isso foi um papel fundamental do Brasil na COP de Varsóvia, foi o  
880Governo Brasileiro que fez a proposta que a sociedade se envolvesse na  
881discussão da construção da contribuição nacional, e que não ficasse uma coisa só  
882de governo, e isso entrou na decisão de Varsóvia, e o Itamaraty no ano passado  
883conduziu essas consultas, eu espero que muitos de vocês tenham participado,  
884houve metro processo de consulta eletrônica, houve um processo de consulta  
885presencial. O relatório foi tornado público agora no final abril e nós  
886consideraremos esse relatório para a construção da posição brasileira. Mas nós  
887precisávamos dar um passo além, e foi o que a Ministra Izabella fez a pedido da  
888Presidente da República, a Ministra vem fazendo consultas complementares a  
889essa parte formal conduzida pelo Itamaraty, com atores relevantes do Governo,  
890então, o a Ministra está conversando diretamente com o Ministro da Fazenda, com  
891o Ministro do planejamento, com os três Ministérios setoriais e eu vou mostrar aqui  
892como está o perfil das emissões no Brasil, Ministro Braga de Minas e Energia, a  
893Ministra Kátia e é óbvio, o Ministério do Meio Ambiente tem um papel importante  
894na parte florestal. E além disso, tem havido diálogos com Academia, com  
895sociedade civil, com o setor privado no sentido de obter subsídios, além daqueles  
896que já foram apresentados no processo formal conduzido pelo Itamaraty, para a  
897construção da nossa proposta. Aqui, como eu mencionei são as 10 Contribuições  
898Nacionalmente Determinadas, as INDCs que já foram entregues até o dia 19 de  
899maio, até semana passada. Aqui veio mais uns truques que a Ministra Izabella  
900pediu para que eu destacasse aqui. Vocês reparem que todos os países, aqui tem  
901em termos de emissões históricas no ano de 90, 2005, 2012 quais seriam as  
902metas para 2030 e vamos pegar aqui um exemplo, por exemplo, dos Estados  
903Unidos. Os Estados Unidos fizeram uma proposta de fazer uma redução entre 26  
904e 28% em relação ao ano de 2005, até 2025. Só que se nós compararmos com o  
905ano de 1990 que é o ano base do Protocolo de Kyoto, essa redução cai para 14 e  
90617%. E a título só de... Considerando o número que foi apresentado pelos Estados  
907Unidos, eu não estou dizendo se é ambicioso ou não, mas a título de comparação,  
908o Brasil em 2012, com o resultado de redução de emissões que nós alcançamos,  
909nós fomos capazes de atingir uma redução de 41% em relação a 2005. E os  
910Estados Unidos estão propondo para 2025, ou seja, daqui há 10 anos, entre 26 e  
91128%. Só para dar ordem do esforço e do volume de resultados que o Brasil já  
912alcançou. México e Rússia apresentaram suas propostas e o México fez o que o  
913Brasil fez no ano de 2009 na Conferência de Copenhague, traçou uma tendência

914de emissões para 2030 e está se comprometendo com uma redução de emissões  
915para essa tendência. Só que o último dado que o México tinha em 2012, vocês  
916reparem que há um crescimento de emissões de 2012 para 2030, há uma redução  
917em relação ao projetado, mas não em relação ao passado. E aí aqui temos outros  
918detalhes, depois com mais tempo, se vocês precisarem, nós podemos considerar  
919um pouco mais dos truques e do que têm sido apresentado pelos outros países  
920até o momento, não vou me deter aqui no detalhe de todos não. Aqui também a  
921pedido da Ministra, que esse é o que o Brasil tem apresentado de mais avançado  
922de proposta na negociação, que é uma forma do considerar o princípio de  
923responsabilidades comuns, porém diferenciadas, de uma maneira que tente  
924eliminar a polarização que vem existindo na negociação. O que é a diferenciação?  
925Os senhores conhecem e têm conhecimento de que na Convenção de Mudanças  
926do Clima nós temos os países no anexo, o anexo I são aqueles países  
927desenvolvidos, e mais no leste europeu, que têm compromissos quantificados de  
928redução no Protocolo do Kyoto. E os chamados países não anexo I são os países  
929em desenvolvimento que não têm compromissos quantitativos. Essa é a  
930diferenciação que nós temos hoje em função de responsabilidade histórica pelo  
931fenômeno. Então, nós temos essa divisão. O mundo hoje está polarizado, países  
932que querem que isso se mantenha, o mundo atual de anexos se mantenha, e  
933países que querem uma flexibilização desse conceito de diferenciação, e alegando  
934que países emergentes, as grandes economias como Brasil, Índia, China, África  
935do Sul, México assumam compromissos mais fortes. O Brasil fez essa proposta que  
936é a coluna do meio, é uma tentativa e aqui eu destacaria na Convenção de Clima  
937não existe uma consideração específica de propostas, depois da Conferência de  
938Lima nós ouvimos muito equivocadamente, e aí foi um trabalho ruim de que uma  
939parte da sociedade, da representação da sociedade civil fez, e nós temos muito  
940mais o aspecto positivo da sociedade nos subsidiando, nos ajudando, mas  
941infelizmente também tem o lado que joga contra, e houve o entendimento de que a  
942proposta brasileira não tinha aparecido na COP de Lima a questão da  
943diferenciação. O que não é verdade, porque na linguagem da negociação não vai  
944sair o que o Brasil está propondo especificamente, é um conjunto de todas as  
945propostas, e ainda está lá a possibilidade, a proposta brasileira está na mesa. O  
946que nós estamos propondo é que os países tenham um tempo no seu processo de  
947desenvolvimento de fazerem suas propostas cada vez mais ambiciosas. Então,  
948nós estamos falando do pós 2020, uma questão de 15, 30, 40 anos para frente.  
949Então, a ideia é que no centro desses círculos, e aí por isso nós estamos  
950chamando de diferenciação concêntrica, esteja os países do chamado Anexo I,  
951com reduções absolutas de emissão, que é o compromisso que eles têm hoje, não  
952tem possibilidade de voltar para trás, eles estariam no centro. No círculo do meio  
953nós teríamos os países fazendo suas propostas de acordo com suas  
954circunstâncias nacionais, em termos de metas de intensidade de emissão por  
955energia, intensidade energética, que foi o que a China e a Índia fizeram pré 2020,  
956há possibilidades de países apresentarem o que o Brasil fez para o pré 2020, um  
957cenário tendencial e fazer uma redução de emissão em cima desse cenário  
958tendencial. Então, teríamos várias modalidades no meio, e no círculo de fora, para  
959países de menos desenvolvidos, os chamados LDCs, de ter uma maior

960flexibilidade para assumirem metas quantitativas. O fato aqui e a beleza da  
961proposta é que ao longo do tempo os países devem migrar para o centro, então,  
962em um movimento centrípeto, e nunca centrífugo, quem vai para o centro não  
963volta mais, de acordo com a escala de desenvolvimento que ele alcança e dentro  
964das possibilidades que ele pode apresentar em termos de evolução de uma  
965proposta. Essa seria uma maneira inteligente, na visão do Governo Brasileiro de  
966se tratar o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Aqui  
967também é uma proposta parecida para a questão de financiamento, não vou entrar  
968em detalhe, mas em termos de financiamento os países desenvolvidos têm o  
969compromisso de promover a transferência tecnológica e a capacitação e a  
970transferência de recursos financeiros em função de responsabilidades históricas  
971passadas por emissões. E aqui o que eu destacaria é que na proposta do Brasil  
972para os países que tiverem condições de promoverem o aspecto de cooperação  
973Sul/Sul, que eles fizessem, e o Brasil nesse sentido vem fazendo muita coisa no  
974setor florestal, com países africanos, países da América Latina. Então, então  
975aqueles que tiverem condições de fazê-lo poderiam também propor alguma coisa  
976na área de transferência financiamento e tecnologia também. Essa proposta é a  
977Brasil para o ciclo das consideração das contribuições nacionalmente  
978determinadas, eu peço desculpas, esse três slides foram feitos com base na  
979proposta original em inglês, que o Brasil fez para a Convenção, mas a Secretaria  
980da Presidência da República no ano passado fez uma versão resumida em  
981português, eu posso passar para o D-Conama para distribuição aos senhores,  
982mas aqui a ideia é o seguinte, como nós estamos falando de contribuições que  
983são pretendidas, essas contribuições ainda estão no campo de intenção, o Brasil  
984está propondo um ciclo de avaliação de 10 anos dessas contribuições, em que  
985nos primeiros 5 anos os países teriam condições de confirmar o que foi  
986apresentado como pretendido, então, passados os 5 anos, o que era pretendido  
987vira contribuição, sem mais o I do inglês, o *intended*, sem o pretendido. E no novo  
988ciclo quando você firma as novas contribuições, você apresenta novas pretendidas  
989para um período de 5 anos, isso vai sucessivamente acontecendo, respeitando os  
990ciclos de liberação dos relatórios de avaliação científica do IPCC, nós achamos  
991importante que no processo agregado de avaliação da contribuição dos países  
992isso dialogue com os resultados do IPCC e respeitando as regras de mensuração,  
993relato e verificação, chamado MRV da Conferência das Partes já estabelecidas. O  
994importante aqui é que seria maior deficiente de considerar a circunstância nacional  
995porque o País teria tempo de discutir nacionalmente o que vai apresentar como  
996pretendido, e de firmar o que realmente é possível considerando que nós estamos  
997falando de ciclos aí de 5, 10 anos, e que é preciso avaliar como que está indo o  
998desenvolvimento do País em termos de emissões e promoção do desenvolvimento  
999sustentável. Isso foi o que o Brasil apresentou depois da Conferência de  
1000Copenhague, acho que é do conhecimento dos senhores, a nossa proposta, e nós  
1001vimos alcançando esses resultados com bastante sucesso, a proposta que nós  
1002reduziríamos em relação à projeção para 2020, entre 36, arredondando e 39% das  
1003nossas emissões. E seguindo o que IPCC, na época, o 4º Relatório de Avaliação  
10042007 recomendavam para países em desenvolvimento. Os senhores percebam  
1005que é o que o México está propondo para agora, e o que eu queria frisar aqui é no

1006que caso brasileiro dificilmente nós faremos novamente uma proposta de desvio  
1007tendencial de curva, o relatório que eu mencionei conduzido pelo Itamaraty e  
1008apoiado pelos outros Ministérios, trouxe proposta de um lado, principalmente do  
1009setor privado, de que a meta brasileira, a contribuição brasileira seja em termos de  
1010intensidade de emissão, ou seja, a emissão de CO<sub>2</sub> por PIB, e o outro lado nós  
1011temos a sociedade civil propondo algo em termos de redução absoluta de  
1012emissões, parecido com o que o anexo I assumiu até hoje. Aqui é só rapidamente,  
1013esse material fica com os senhores, são os planos setoriais que o Brasil  
1014apresentou depois de Copenhague. Então, nós temos planos na área de combate  
1015ao desmatamento na Amazônia, no Cerrado, o plano da baixa emissão de  
1016carbono, o Plano ABC, o plano de energia, e mais um, plano de carvão vegetal.  
1017Esses 5 planos foram as ações de mitigação nacionalmente apropriadas que o  
1018Brasil apresentou para o período pré 2020, isso apoio apresentado  
1019internacionalmente, e aqui é importante frisar que mostra a coordenação que o  
1020Governo vem tendo em termos de diversos Ministérios estarem envolvidos na  
1021questão de mudança do clima. Eu posso dizer que nesses últimos 4 anos o ganho  
1022do tema de mudança do clima na esplanada foi essencial, porque os Ministérios  
1023passaram a integrar mais fortemente a coordenação de Governo e entrar mais  
1024fortemente na questão de mudança do clima, e a variedade de planos setoriais  
1025que nós temos hoje demonstram isso. Esses foram os 5 planos comunicados  
1026internacionalmente. Nós temos, além disso, um esforço adicional nacional que o  
1027País fez e a Presidente Dilma Roussef apresentou em 2013 planos adicionais  
1028àqueles que nós comunicamos internacionalmente. Então, então nós temos  
1029planos na área de indústria, que é o plano indústria, na área de mineração, no  
1030setor de saúde, que lida muito mais com a questão e adaptação aos impactos de  
1031mudança do clima, do que mitigação, no setor de transporte tanto de carga como  
1032de mobilidade urbana, mostrando que nós estamos atacando o problema na sua  
1033gama de diversos setores. Aqui veio do grande resultado do Brasil, nos últimos 10  
1034anos tem havido uma queda consistente e constante das nossas taxas de  
1035desmatamento. Os senhores reparem que se nós pegarmos o segundo pico de  
1036desmatamento que foi em 2004 e é a partir daí que o Governo estabelece o  
1037PPCDAm, o Plano de Controle e Combate ao Desmatamento na Amazônia, de lá  
1038para cá nos últimos 10 anos nós alcançamos uma redução da taxa de  
1039desmatamento da ordem do 82,5%. E reparem que nos últimos 4 anos nós temos  
1040as menores taxas de desmatamento da história. O que nós fizemos de proposta  
1041para a Copenhague foi uma redução de 80% na taxa de desmatamento da  
1042Amazônia em relação à projeção para 2020. Hoje com o resultado de 2014 que  
1043fica aí pouco abaixo de 5000 KM<sup>2</sup>, nós já fomos capazes de alcançar 75,2% do  
1044objetivo, ou seja, não atingimos 80 ainda, e ao contrário do que muitos imaginam e  
1045lá fora nós ouvimos muito isso, de que o trabalho brasileiro já estaria feito. Então,  
1046a nossa contribuição já está dada em desmatamento, nós poderíamos deitar em  
1047berço esplêndido? Não senhor. Aqui nós temos um esforço, e a Ministra mostrou  
1048as imagens do Ibama, é um trabalho contínuo de manter essas taxas baixas, nos  
1049níveis que estão, custa muito recurso financeiro de pessoas, nós vimos nossos  
1050fiscais do Ibama, e é um trabalho que não deixa de ser feito, e pelo contrário, ele  
1051fica mais custoso para manter essas taxas nos níveis mais baixos que estão. Isso

1052faz com que... O que aconteceu? É que com esse esforço de queda de  
1053desmatamento, os senhores reparam que a partir de 2008 o verdinho do gráfico  
1054que é a contribuição de mudanças do uso da terra e florestas em termos de  
1055emissão de CO<sub>2</sub> equivalente, ele passa a diminuir drasticamente, o que acontece  
1056com os outros setores? Em termos absolutos o setor energético, o setor de  
1057agropecuária, o setor de indústria, vem aumentando emissões, porém vem  
1058aumentando emissões num ritmo muito menor do que a queda de desmatamento.  
1059O que acontece é isso. Com a queda no desmatamento, nós temos uma maior  
1060participação em termos percentuais do setor de energia e do setor de  
1061agropecuária. Em 2005 o setor de mudança do uso da terra e florestas  
1062contribuíram com 58% das emissões, agricultura 20%, energia 16. Com a queda  
1063no desmatamento, e são dados de 2012, o setor de mudanças de uso da terra e  
1064florestas cai para 15% na participação das emissões e o setor de energia e  
1065agropecuária passa a ter 37%. E aqui, na verdade, a segunda pizza deveria até ter  
1066um pouco um tamanho menor do que está representado aqui, porque os senhores  
1067reparam que em 2015 as nossas emissões eram da ordem de dois bilhões de  
1068toneladas de CO<sub>2</sub>, em 2012 nós caímos para 1, 2 que são aqueles 41% de  
1069redução que eu mencionei aqui na minha fala inicial. O que isso traz de desafio  
1070para a nossa contribuição hoje? Os três principais setores emissores no Brasil  
1071hoje são agricultura, energia e mudança no uso da terra e florestas, e nós já  
1072fizemos muito em mudança no uso da terra e florestas, teremos que fazer em  
1073energia e agricultura. O debate que tem que ser feito é o que dá para fazer de  
1074redução no setor energético, o que dá para fazer de redução no setor de  
1075agricultura. O Plano ABC, está aí, ele vem ganhando corpo, vem ganhando  
1076escala, mas o que vamos querer para o pós 2020? Robustecer o Plano ABC, isso  
1077é uma intenção da Ministra Kátia Abreu. No plano de energia, o que o Plano  
1078Nacional de Energia de 2030 que é o documento oficial que temos de longo prazo,  
1079o PNE do Ministério de Minas Energia aponta é um nível de emissões para 2030  
1080de ordem de setecentos milhões e hoje nós estamos com quatrocentos. Então,  
1081está apontando um aumento de emissões. O que podemos fazer na discussão da  
1082contribuição nacional brasileira se for uma escolha do desenvolvimento do País  
1083chegar nesse nível de emissões mesmo do energético em 2030 para compensar  
1084essas emissões? Será que a economia florestal, a importante ação de  
1085reflorestamento no País pode ajudar a criar um colchão para um possível aumento  
1086de emissões? E mais se optarmos por uma nova rota tecnológica para energia, o  
1087Tadeu mencionou aqui a questão do carvão, nós podemos trabalhar com plantas  
1088melhores, mais eficientes, nós podemos trazer a questão do Cofaire, de misturar a  
1089biomassa na queima do carvão mineral, e aí têm entraves tecnológicos ainda para  
1090serem resolvidos, mas seria uma opção, daí nós temos discussão, tem biomassa  
1091perto das plantas térmicas para poder promover esse avanço tecnológico? Enfim,  
1092essa discussão foi colocada nas consultas lideradas pelo Itamaraty e pelos demais  
1093Ministérios, essas questões vêm sendo apresentadas pela Ministra Izabella na  
1094discussão com atores relevantes, que vem sendo feito desde do mês de março, e  
1095é necessário esse diálogo para pensarmos o desenvolvimento que nós queremos,  
1096e aproveitar a Conferência de Paris como uma oportunidade de requalificar o  
1097desenvolvimento brasileiro. Nós estamos falando de uma requalificação do

1098desenvolvimento. O que nós podemos fazer visando 2040, 2050? Vocês viram  
1099que a maioria das contribuições apresentadas até agora pelos países tem como  
1100ano-base o ano de 2030, o Brasil vai ter que discutir o ano-base que nós  
1101queremos também, vai ser 2025, vai ser 2030, vai ser 2040, o que nós podemos  
1102antever no futuro, como a Ministra Izabella mencionou, o desmatamento líquido  
1103zero na Amazônia nós conseguimos atingir 2025? Nós conseguimos atingir 2030?  
11042040? O que é esse desmatamento líquido zero? Nós temos que considerar a  
1105supressão de vegetação prevista em lei, por exemplo. Nós podemos compensar  
1106com floresta nativa, com floresta comercial, nós temos que estimular também a  
1107questão do agronegócio. Como que o agronegócio entra na promoção de  
1108reflorestamento comercial? Enfim, são questões colocadas para discussão da  
1109nossa contribuição. E por fim, o Secretário-Executivo já pediu para acelerar, eu só  
1110deixo, como nós chegamos em Paris mostrando para o mundo, como a Ministra  
1111Izabella mencionou na sua intervenção inicial de que não há país fazendo a  
1112redução de emissões que o Brasil vem fazendo ao longo do tempo. Essa aqui foi a  
1113nossa promessa para Copenhague, lá no lado direito no slide tem o nosso  
1114compromisso para 2020, independente da métrica que usamos para fazer a  
1115avaliação agregada dos gases, ou GWP ou GTP, o fato é o que País vem, embora  
1116tendo aumento absoluto de emissões nos setores agropecuário, energia e  
1117indústria, nós estamos abaixo do que foi prometido para a Copenhague. Então,  
1118em todos os setores nós estamos no caminho de cumprir o pré 2020. E para isso,  
1119como mensagem final, Secretário, na negociação para o acordo de 2015, para o  
1120acordo de Paris, o Brasil gostaria de ter um reconhecimento, se possível, o melhor  
1121dos mundos seria um o reconhecimento financeiro, mas o fato é que nós teríamos  
1122condições de mostrar para o mundo que esse esforço feito no pré 2020 deveria  
1123servir de ambição para outros países para 2020, e nós temos que discutir como é  
1124que esses resultados alcançados pelo país, antes de 2020, podem ser  
1125incorporados nos nossos resultados pós 2020 e vinte. Para evitarmos que  
1126aconteça o que aconteceu com o Japão, por exemplo, no Protocolo de Kyoto que  
1127fez um investimento tecnológico forte nos anos 80 em termos de eficiência  
1128energética e teve dificuldades de cumprir com seu compromisso no Protocolo de  
1129Kyoto. Nós gostaríamos que nós aproveitássemos esse *Green Air*, que a Ministra  
1130gosta de chamar, o ar verde que nós construímos com a questão da redução do  
1131desmatamento para estar na discussão da nossa contribuição futura. Esse tema é  
1132apaixonante, nós poderíamos discutir aqui a semana inteira, e ainda teria dado  
1133importante para mostrar para vocês, eu acho até que eu extrapolei bastante tempo  
1134dos 15 minutos, mas seria o recado inicial que eu gostaria de dar aqui para termos  
1135a nossa discussão, e seguindo orientação da última reunião, de termos feito um  
1136*follow-up* mais detalhado sobre a questão. Obrigado, Secretário.

1137

1138

1139(*Palmas!*).

1140

1141

1142**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.

1143Nós vamos abrir um tempo rapidíssimo só para perguntas, o Adriano depois vai

1144encaminhar as respostas, só as perguntas. Agora, por favor, perguntas, repito,  
1145perguntas.

1146

1147

1148**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Gostaria de fazer uma pergunta mais  
1149relacionada com a equipe técnica, nós tínhamos notícia que os coordenadores  
1150desse grande estudo que foi feito no país sobre adaptação em mudanças  
1151climáticas, os coordenadores teriam sido demitidos, e que a análise que seria  
1152apresentada ela trazia uma notícia sobre o impacto de mudança clima na  
1153expansão dos parques grandes brasileiros, eu gostaria de saber como que ficou  
1154essa questão.

1155

1156

1157**A SR<sup>a</sup>. ELAINE CORSINI (Secretária Adjunta de Mudanças Climáticas do**  
1158**Mato Grosso)** – Só queria dizer, Adriano, que aquela curva, a contribuição maior  
1159é de Mato Grosso, apesar de ermos visto aí desmatamento em Mato Grosso,  
1160quem contribuiu mais com aquela redução foi Mato Grosso. E eu não vi na sua  
1161fala nenhuma menção sobre REDD, sobre as discussões do Fundo Verde, sobre a  
1162estratégia nacional que não fez parte ainda da submissão que foi encaminhada  
1163para a Convenção, em que pé que isso está porque isso é bastante importante  
1164para a Amazônia, porque a contribuição ali veio dos Estados Amazônicos.

1165

1166

1167**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (ONG Ponto Terra)** – Pergunta  
1168rápida e uma sugestão para o uso mais intensivo e campanhas efetivas, vou  
1169repetir efetivas de proteção, patrocínio, incentivo ao uso do Etanol, já que falou da  
1170energia e está ampliando ali. E eu estive em Estocolmo para visitar para visitar as  
1171fábricas da Scania e da Volvo e transitam por Estocolmo por, diverso ônibus  
1172usando Etanol, eu perguntei de onde era o Etanol, o Etanol é brasileiros. Eu fui  
1173vice prefeito de Belo Horizonte, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo  
1174Horizonte e não tem um ônibus dos 3500 de Belo Horizonte que circulam com  
1175Etanol. Além do meu culpa, eu queria pedir ao Governo para incentivar cada vez  
1176mais o uso Etanol no transporte coletivo, principalmente urbano.

1177

1178

1179**O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Eu gostaria de saber se  
1180esse trabalho que você bem apresentou aqui vai ser bem divulgado e de que  
1181forma para que outras entidades, como o Ministério Público Federal possam tomar  
1182assento, ou melhor dizendo, possam tomar conhecimento dele e quem sabe dirigir  
1183ou fazer sugestões, se ainda possível, ou por outras formas a vocês.

1184

1185

1186**O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Adriano, a minha pergunta  
1187vai se basear nos princípios de um Plano Diretor, quando que antes do Estatuto  
1188das Cidades não haviam as leituras comunitárias que seriam os técnicos elaboram  
1189um Plano Diretor, as diretrizes, a parte técnica, e a sociedade civil discute nas

1190leituras comunitárias. Vocês estão muito bem na apresentação técnica, mas nós,  
1191por exemplo, lá do Sul Santa Catarina onde correu um único furacão do Atlântico  
1192Sul, até hoje não fomos consultados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças  
1193Climáticas. Então, eu acho que é preciso, toda essa parte técnica, que vocês  
1194muito bem elaboraram, fazer consultas à sociedade civil atingida, não só de Santa  
1195Catarina, mas do Paraná, Rio Grande do Sul e assim por diante. Se é possível,  
1196claro que até Paris é possível sim.

1197

1198

1199**O SR. JOAQUIM BELO (Populações Tradicionais)** – Vendo a apresentação aqui  
1200sobre a questão do clima, me parece que ela faz uma relação muito forte com a  
1201questão econômica desse País. Eu pergunto se tem alguma relação com a  
1202discussão do PPA que está sendo discutido nesse momento, porque parece que  
1203tem uma relação muito forte e eu não sei se isso faz alguma integração, como o  
1204PPA poderia está sendo organizado nesse sentido também.

1205

1206

1207**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Adriano,  
1208você quer dar uma varrida nas respostas? Só vou me atrever a responder a da  
1209Lisiane. A notícia a qual você refere não diz respeito ao trabalho do Ministério do  
1210Meio Ambiente, nem tampouco do grupo relacionado a clima, havia na Secretaria  
1211de Assuntos Estratégicos uma equipe trabalhando nessa agenda também. Com a  
1212mudança de Governo o novo Ministro que assumiu produziu uma troca da equipe,  
1213mas coisa natural de mudança de Governo ligada à Secretaria de Assuntos  
1214Estratégicos, mas que não comprometeu em nada o esforço do País em relação a  
1215isso, eram estudos complementares, embora tenha sido anunciada dessa forma o  
1216objetivo da mudança lá, salvo engano foi apenas uma mudança de equipe do novo  
1217Ministro, e a equipe que assumiu também tem uma agenda ligada ao assunto.

1218

1219

1220**O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA (SMCQ/MMA)** – Então a primeira  
1221pergunta já foi respondida pelo Secretário, vou varrer rapidamente, o que não  
1222impede de eu estar à disposição para futuro contato. Sobre a contribuição do Mato  
1223Grosso, e a questão da RED Mais, o Fundo Verde para o Clima. O RED Mais  
1224continua sendo uma estratégia importante do Governo Brasileiro na construção  
1225não só do pré 2020, mas do pós 2020 também, o que eu gostaria de dizer, e eu  
1226agradeço pela oportunidade na apresentação não mencionei esse detalhe, o Brasil  
1227foi a primeiro País a apresentar o seu nível de referência de emissões para RED,  
1228nós fomos o primeiro País também a ser já escrutinado em termos técnicos pela  
1229Convenção em relação ao nível de referência. Então, o nível de referência para a  
1230Amazônia já está dado, o esforço agora é fazer o nível de referência para o  
1231Cerrado, e já iniciar pensando aí no futuro a questão de nível de referência para  
1232degradação florestal, e não só do desmatamento. Fundo Verde para o Clima, nós  
1233estamos esperando uma sinalização forte de Países desenvolvidos em relação ao  
1234compromisso que eles assumiram, mas no ano passado o fundo começou a ter o  
1235seu desenvolvimento prático mais forte. Então, nós esperamos que nos próximos

1236meses nós tenhamos maiores resultados da Convenção, temos instituições  
1237financeiras do Brasil interessadas no em participar do Fundo, BNDES, Caixa  
1238Econômica Federal, enfim, estamos alinhados nosso. O incentivo ao Etanol, claro  
1239está dentro da discussão energética, Ronaldo, é um ativo brasileiro importante, e  
1240nós temos que incentivar isso, sem dúvida nenhuma, está na consideração do que  
1241devemos fazer não só para o pré 2020, e aqui eu destacaria também o biodiesel,  
1242nós temos um aumento de 5 para 7% de participação do biodiesel no diesel, mas  
1243também de Etanol e obviamente e os biocombustíveis fazem parte de maneira  
1244importante da estratégia brasileira para a construção da INDC, a divulgação do  
1245trabalho, esse material fica disponível para os senhores, e nós temos isso também  
1246no nosso site no MMA, eu estimo uma visita ao site da Convenção, [ufcc.int](http://ufcc.int) e  
1247também ao site do IPCC, [ippcc.ch](http://ippcc.ch), depois eu posso passar aqui para os colegas  
1248do Conama para mostrarem para vocês de uma maneira mais detalhada. A parte  
1249específica de cidades, Tadeu, é uma parte importante do trilha 2 da negociação,  
1250porque em Lima ficou determinado que nós vamos ter alguns workshops técnicos  
1251ao longo desses anos em que vai haver a participação de comunidades indígenas,  
1252Municípios, setor de saúde, tem uma gleba grande de setores a serem  
1253representados e apresentados, sempre por intermédio do Governo Federal, mas  
1254vai ser algo importante de discussão aqui nos próximos anos de negociação. E  
1255finalmente em relação com a questão econômica, o PPA, como você bem  
1256lembrou, nós estamos discutindo o PPA, 2016/2019 agora e ele é estratégico  
1257porque é exatamente o período do pré 2020. Nós estamos numa semana de  
1258discussão com o Ministério do Planejamento e nós temos um Programa de  
1259Mudanças Climáticas, que está sendo renovado para se adequar à nova realidade  
1260do que vai vir aí do Pré Paris e do pós Paris, mas estamos tendo uma discussão  
1261importante sim do PPA e da questão de mudança do clima, não só de mitigação,  
1262mas aí eu agradeço também a primeira pergunta, em relação à adaptação, nós  
1263estamos finalizando o plano de adaptação e entrará em consulta pública no  
1264segundo semestre e também será parte importante da nossa INDC, porque a  
1265nossa INDC não vai ser só de mitigação, ao contrário de alguns Países  
1266desenvolvidos, nós trataremos também da parte de adaptação.

1267

1268

1269**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado  
1270Adriano. Esse é um assunto vasto, por favor, sintam-se à vontade para contatar o  
1271Adriano ao longo do tempo aqui e no decorrer das nossas reuniões. Esse assunto  
1272vai ganhar mídia e quanto mais nós todos tivermos informados e a par, melhor  
1273para nós e para o País. Henry, por favor, patrimônio genético e repartição de  
1274benefício.

1275

1276

1277**O SR. HENRY PHILIPPE IBÁÑEZ DE NOVION (DPG/MMA)** – Obrigado,  
1278Secretário. Bom dia a todos, senhoras e senhores, membros do Conama. Bom,  
1279tem uma apresentação, em linhas gerais essa apresentação vai fazer um pequeno  
1280nívelamento dos conceitos relacionados ao Projeto de Lei, agora lei 13.123 e  
1281também em linhas gerais um comparativo entre o que havia no marco legal

1282anterior, que era uma Medida Provisória de número 2186/2001, e o que se avança  
1283nesse novo marco legal, e também em linhas gerais apontar um pouco das  
1284vantagens e do que foi proposto para cada um dos setores relacionados ao tema  
1285do patrimônio genético. E bom, o que é então o patrimônio genético? O patrimônio  
1286genético é uma informação que se obtém de uma amostra de um patrimônio  
1287genético, de uma planta, de um micro-organismo, de um animal, do qual se possa  
1288fazer algum tipo de atividade inventiva, uma pesquisa ou um desenvolvimento  
1289tecnológico. Então, no conceito de informação se englobam as enzimas, as  
1290proteínas, as moléculas, os princípios ativos que depois vão ser transformados  
1291depois em fármacos e cosméticos. Essa lei também trata do conhecimento  
1292tradicional associado, que é o conhecimento de povos indígenas, povos e  
1293comunidades tradicionais, e agricultores familiares, que indicam um uso potencial  
1294para uma planta, ou micro-organismo, ou determinado ativo da biodiversidade, por  
1295exemplo, um conhecimento amplamente disseminado aqui na região do Centro-  
1296Oeste que o barbatimão tem uma ação cicatrizante ou o caso da Copaíba que  
1297teria uma ação anti-inflamatória, então, esse é um conhecimento que povos e  
1298comunidades tradicionais detém e que atuam como grandes atalhos nos  
1299processos de desenvolvimento tecnológico de fármacos e cosméticos. Essa lei  
1300também trata da repartição de benefícios que está alinhado ao terceiro objetivos  
1301da Convenção da Biodiversidade, que é dividir os ganhos que se obtém com a  
1302exploração da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. O  
1303consentimento prévio informado, que é um instrumento reconhecido também da  
1304CDB como na própria Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho  
1305que é a permissão dada por detentor de u conhecimento tradicional, autorizando o  
1306uso para aquele conhecimento, seja para uma pesquisa, seja para uso comercial.  
1307E aqui nós frisamos a questão do prévio porque em determinados momentos as  
1308discussões elas chegam a essa Lei, se ventilou que o Projeto de Lei estava  
1309anulando essa obrigação de que o consentimento seja dado antes do início dos  
1310processos de pesquisa e desenvolvimento. Então, é um consentimento prévio,  
1311informado, o consentimento na Lei é formalizado, tem que ser feito seguindo os  
1312costumes e tradições dos povos que estão concedendo esse conhecimento. E por  
1313fim, o conceito do que seja acesso, acesso a rigor seria qualquer pesquisa ou  
1314desenvolvimento tecnológico feito a partir de uma informação de origem genética,  
1315ou de um conhecimento tradicional associado, visando o desenvolvimento de um  
1316produto, ou no caso do setor agrícola, uma variedade, ou uma raça nova com  
1317potencial econômico. Então, no caso do acesso é o acesso visando o  
1318desenvolvimento de um produto, o fármaco, um fitoterápico, um cosmético ou uma  
1319variedade. Como eu falei o Brasil já tinha uma lei desde 2001, na verdade uma  
1320Medida Provisória que foi transformada em lei com aquela emenda Constitucional  
1321que reviu o processo de edição de Medidas Provisórias, ela foi criada no final dos  
1322anos 90 início dos anos 2000, a partir de uma denúncia de biopirataria, que gerou  
1323uma comoção nacional e exigiu da parte do poder público a criação de regras  
1324robustas que coibissem o uso indevido da biodiversidade, ela cumpriu um papel  
1325importante na sua concepção, mas ao fim e ao cabo essa preocupação excessiva  
1326em evitar o uso indevido acabou inviabilizando pesquisas científicas e todo um  
1327processo nacional de desenvolvimento tecnológico a partir da biodiversidade

1328brasileira. Então, nesse slide nós fazemos uma comparação resumida dos  
1329avanços que foram alcançados com essa nova lei, a primeira diz respeito à  
1330participo dá povos e comunidades tradicionais, mas aqui também adiciona a  
1331participação da sociedade civil como um todo, setores acadêmicos, e setor privado  
1332na discussão, e na tomada de decisão sobre o uso da biodiversidade. O Conselho  
1333de Gestão do Patrimônio Genético que é muito Conselho que sobre as regras e  
1334sobre os pedidos de autorização para o desenvolvimento de produtos e  
1335processos, a rigor, nunca contou com uma participação efetiva, com direito a voto  
1336por parte da sociedade. Então, esse foi um pleito que vinha de todos os setores da  
1337sociedade, da academia, do setor privado e dos povos e comunidades  
1338tradicionais, para que no novo Conselho que fosse criado pela lei essa  
1339participação fosse garantida com direito a voto. Então, esse pleito foi atendido, e  
1340no caso de povos e comunidades tradicionais se incorporou também a  
1341participação deles na decisão sobre o que vai ser feito com os recursos originários  
1342do acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Uma  
1343comparação importante a ser feita em relação ao marco antigo e o novo marco, é  
1344que no caso do marco anterior o patrimônio genético era uma propriedade privada.  
1345Em que sentido? Se eu tenho um pé de maracujá na minha casa, e uma empresa  
1346quisesse fazer um calmante a partir desse maracujá, eu seria o único beneficiário  
1347dessa repartição de benefício. Então, a lei agora corrige essa distorção,  
1348considerando o patrimônio genético como bem comum de uso do povo, e que  
1349cabe à União sua gestão, e essa gestão para ser feita a lei cria um Fundo  
1350Nacional de Repartição de Benefícios, que é o fundo que vai receber os benefícios  
1351gerados com a venda desses produtos, esses fármacos e cosméticos a partir da  
1352biodiversidade brasileira, e esse fundo previsto na lei, tem uma série de linhas e  
1353ação voltadas para conservação da biodiversidade, para o fomento à pesquisa em  
1354desenvolvimento, para fortalecimento do conhecimento tradicional entre outras  
1355várias ações que ao fim e ao cabo têm por objetivo a proteção, a conservação da  
1356biodiversidade. Uma segunda característica marcante legislação anterior era o  
1357excesso de burocracia, a lei justamente por conta do contexto, do caso da  
1358biopirataria que havia suscitado a criação dessa lei se optou à época por se fazer  
1359um rito extenso para evitar justamente a biopirataria, só que isso acabou  
1360inviabilizando justamente as atividades de acesso daqueles que queriam com a  
1361lei. Então, um exemplo desse excesso de burocracia é que como se obrigava a  
1362comprovação da origem do patrimônio genético a um provedor, se exigia a  
1363comprovação da titularidade da terra daquele provedor, e levando a consideração  
1364a situação fundiária brasileira, muitas vezes não se conseguia comprovar essa  
1365titularidade e aí uma série de iniciativas envolvendo o setor privado e  
1366comunidades tradicionais, eram frustradas por conta de não ser possível cumprir  
1367com certas exigências burocráticas que a lei trazia. Uma outra evidência desse  
1368excesso de burocracia é que um pesquisador que quisesse desenvolver um  
1369produto que eventualmente fosse gerar um produto comercial tinha que antes  
1370mesmo de fazer a sua pesquisa e desenvolvimento já ter um contrato dizendo  
1371quanto ele iria pagar sobre o uso desse patrimônio genético, o que acabava  
1372gerando uma série de expectativas, às vezes, em comunidades tradicionais, e que  
1373tinha o contrato firmado com uma empresa, por exemplo, só que aquele produto

1374 não viabilizava, o produto não ia ao mercado, não existia o benefício, então não  
1375 havia repartição de benefícios, mas a expectativa já estava gerada e muitas vezes,  
1376 então, isso também serviu como um grande desincentivo para pesquisa e  
1377 desenvolvimento tecnológico brasileiro por conta dessa excessiva burocracia. A lei  
1378 nesse sentido ela moderniza e atualiza o sistema, ele passa a ser, não exigir mais  
1379 uma autorização prévia para uma pesquisa, um desenvolvimento tecnológico, mas  
1380 um cadastro, em que as informações todas vão ser monitoradas, rastreadas e  
1381 fiscalizadas, no caso do conhecimento tradicional associado ainda se exige um  
1382 consentimento prévio informado e esse consentimento vai ter que atender ao que  
1383 a regulamentação prevê como exigências para o atendimento desse  
1384 consentimento, a antiga legislação criminalizava e desestimulava a pesquisa,  
1385 então, nós tínhamos situações em que uma dissertação de Mestrado, um aluno de  
1386 Mestrado pedia a autorização do CGEN e a autorização saiu após o prazo dele de  
1387 conclusão do Mestrado. Então, muitas vezes havia uma orientação para que não  
1388 se procurasse pesquisar a biodiversidade brasileira por conta das dificuldades de  
1389 se obter autorização. A nova legislação ela cria um rito de regularização para a  
1390 pesquisa científica simplificado, e um outro rito de regularização para aqueles que  
1391 fizeram desenvolvimento, exploração econômica a partir da biodiversidade em que  
1392 se estimula essa regularização, só que sem renúncia aos benefícios que deveriam  
1393 ter sido repartidos e não foram. Um outro problema dessa legislação era a  
1394 dificuldade de se transformar essas pesquisas muitas vezes em patentes, porque  
1395 para o interessado em uma patente apresentar uma patente ao CGEN, antes  
1396 mesmo de depositar a patente ele teria que ter cumprido com todo esse rito  
1397 burocrático. A lei agora nesse sentido inova ao exigir a comprovação dessa  
1398 legislação no ato da concessão da patente, ou seja, no final do processo que lhe  
1399 garante aí a pessoa que tiver fazendo a inovação, tempo sempre fazer todo o  
1400 processo de atendimento à legislação. Um exemplo da dificuldade que foi  
1401 implementar esse marco legal anterior, tendo em vista 15 anos de conselho  
1402 existindo, apenas 136 contratos foram autorizados em 15 anos, sendo que esses  
1403 136 contratos, 70% deles foram autorizados nos últimos 3 anos. Então, a rigor nós  
1404 temos aí um potencial extraordinário da biodiversidade brasileira, o Brasil, como o  
1405 Gaetani sempre fala, é o G1 da biodiversidade, mas esse potencial nunca foi de  
1406 fato traduzido em artigos para o Brasil, em produtos e em benefícios a serem  
1407 repartidos com povos e comunidades tradicionais. E nesse sentido é pífio, pode se  
1408 dizer que foi pífio a repartição de benefícios ao longo desses 14 anos, por conta  
1409 do rito burocrático extensivo que inviabilizava esses processos. Então, em que  
1410 sentido a lei inova para repartição de benefícios, além da criação de um fundo que  
1411 fará a gestão dos recursos, ele prevê regras claras à incidência objetiva sobre  
1412 quem virá de fato repartir benefícios, a incidência da repartição de benefícios é  
1413 sobre o produto acabado, que é um produto que reúne o maior valor agregado em  
1414 toda a cadeia, na Medida Provisória não estava claro quem iria repartir benefícios,  
1415 poderia ser de repente, não era inicial da cadeia, às vezes um litro de óleo  
1416 repartiria benefícios, e o produto final não repartiria. Então, o valor agregado maior  
1417 que está no produto final deixava de ser repartido, enquanto que o menor valor  
1418 agregado ali no litro de óleo era o que era pago efetivamente. Então, existia uma  
1419 previsão clara sobre quem irá repartir o benefício, e existe também a previsão de

1420quanto será repartido de benefícios, no caso do patrimônio genético 1% da receita  
1421líquida anual obtida com essa repartição de benefícios, e aí comparando ao  
1422modelo anterior a média dos contratos repartia benefícios, algo em torno de 0,2%,  
1423e por 3 anos. Agora, nós passamos a cobrar um índice um pouco maior, como  
1424contraprestação pelo uso da biodiversidade, e essa repartição de benefícios vai se  
1425dar enquanto houver a exploração econômica. Então, não existe um prazo final  
1426para a repartição de benefícios. Bom, então, em linhas gerais quais são as  
1427novidades para cada um dos setores? Em que relaciona à pesquisa e inovação,  
1428como eu falei, ela descriminaliza pesquisadores, estudantes e instituições de  
1429pesquisa, ela substitui a necessidade de uma autorização prévia por um cadastro  
1430de pesquisa, ela facilita o depósito de patente no Escritório Nacional de  
1431Propriedade Industrial, e dessa forma ela garante a segurança jurídica para que se  
1432estímule e que se invista também não só o investimento público, mas privado em  
1433pesquisa desenvolvimento e inovação. Uma lei que trata aqueles que querem a lei  
1434com... Você dar um tratamento adequado àqueles que querem cumprir a lei, mas  
1435não deixa também de fiscalizar aqueles que não a cumprem, o objetivo da lei  
1436agora é menos comando e controle e mais rastreabilidade e fiscalização no ponto  
1437correto, vamos dizer assim, uma fiscalização objetiva sobre os produtos que são  
1438gerados. Então, se reduziu a burocracia e o tempo para desenvolvimento de  
1439novos produtos, o fato gerador da repartição de benefício é claro, é a exploração  
1440econômica do produto, e só ocorre se houver exploração econômica, como eu  
1441falei, anteriormente poderia ser que um produto não iria ao mercado, mas um  
1442contrato de repartição de benefícios já teria obrigado uma empresa a repartir  
1443benefícios sobre algo que ela mesmo não teve benefícios aferidos com esse  
1444produto em particular. Cria então um sistema que estimula a regularização e  
1445inclusão no sistema sem renúncia à repartição de benefícios devida por parte  
1446daqueles que se regularizam e também prevê um mecanismo que resguarda a  
1447competitividade dos setores. Aquele setor em que 1% for alto demais e que possa  
1448gerar até a saída do mercado de um determinado setor, existe o mecanismo do  
1449acordo setorial onde essa repartição de benefícios pode ser ajustada a contemplar  
1450e garantir a competitividade dos setores. Em relação ao setor agrícola, como a  
1451própria CDB reconhece o acesso para entidades agrícolas tem demandas  
1452particulares e necessita de um tratamento diferenciado, e essa lei resguardou  
1453esse entendimento internacional de que não poderia se tratar um cosmético ou  
1454fármaco da mesma forma que se trata os alimentos, por conta a questão da  
1455soberania alimentar e nutricional. Então, repartição de benefícios no caso de  
1456entidades agrícolas ocorre sobre o material reprodutivo, ou seja, uma semente,  
1457um exemplo você incorpora num processo de melhoramento de uma determinada  
1458variedade um gene de resistência a uma doença, aquele que vai explorar aquele  
1459gene, que é quem? A indústria que desenvolve a semente, esse é o elo que  
1460reparte benefício. O agricultor que obtém essa semente, planta e produz não  
1461reparte benefício porque a repartição já se deu na semente. Da mesma forma,  
1462óleos, farelo, outros produtos derivados a partir, produtos de atividades agrícolas,  
1463derivados a partir de um acesso também estariam isentos da repartição de  
1464benefícios, uma vez que o elo sobre a cadeia produtiva da agricultura vai se dar  
1465sobre o material, sobre a semente e não sobre os grãos dos produtos. Essa

1466repartição de benefícios ocorrerá apenas sobre o uso econômico de espécies  
1467brasileiras, isso também em atendimento ao que a CDB pressupõe que os países  
1468têm direito a regulamentar o uso dos recursos genéticos que estão sobre sua  
1469soberania. Então, recursos genéticos exóticos ao Brasil, soja, algodão, cana-de-  
1470açúcar não seriam regulados sobre essa lei, ela prevê a isenção da repartição de  
1471benefícios para agricultores tradicionais e cooperativas que façam o  
1472desenvolvimento de novas variedades a partir do patrimônio genético brasileiro. O  
1473conceito de atividade agrícola ele inclui produção, processamento e  
1474comercialização de alimentos, bebidas, fibras, energia e florestas plantadas, ou  
1475seja, o escopo do que se entende como atividade agrícola vai além do que só  
1476produção de alimentos. Então esses setores aí também têm a incidência da  
1477repartição de benefícios sobre as variedades, e sobre as raças que venham a ser  
1478empregadas nesses processos produtivos. Além disso o próprio Projeto de Lei, a  
1479lei agora em particular o Programa Nacional de Repartição de Benefícios prevê  
1480aplicação de recursos da repartição de benefícios para estimular e valorizar  
1481sistemas de cultivos sustentáveis, isso se coaduna com uma série de outras  
1482políticas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica, Política  
1483Nacional de Povos e Comunidades tradicionais e a própria Política Nacional de  
1484Gestão Ambiental de Territórios Indígenas, são políticas que tratam de estímulo a  
1485sistemas de cultivos sustentáveis para os quais o Fundo poderá aportar recursos e  
1486estimular. Bom, agora um paralelo importante em relação à legislação anterior,  
1487aquele que era o proprietário da terra onde estava aquele maracujá que se fez um  
1488calmante e recebeu o benefício, não tinha obrigação nenhuma de utilizar esse  
1489benefício que ele recebeu para conservação da biodiversidade. Agora a lei  
1490estabelece que todo benefício gerado a partir da exploração de um produto  
1491derivado da biodiversidade ou de um conhecimento tradicional associado,  
1492necessariamente tenha que ser investido em conservação para biodiversidade.  
1493Essa é uma correção importante, dessa forma se cria um instrumento poderoso de  
1494incentivo ao uso e ao mesmo tempo de retribuição de para a conservação da  
1495biodiversidade. Bom, promove implementação dos planos, já falei dos planos de  
1496desenvolvimento. E aí também, como eu falei, simplifica e fortalece a fiscalização,  
1497porque dá um foco nítido, o ponto concreto para o qual a fiscalização poderá mirar  
1498suas ações. Por fim e ao cabo, vou falar um pouco também das novidades que  
1499esse Projeto de Lei traz para povos e comunidades tradicionais, como eu falei, o  
1500consentimento prévio e informado é obrigatório e é formalizado, isso, foi ventilado,  
1501como eu falei, que havia uma flexibilização do consentimento, não é, o art. 9º está  
1502explícito que qualquer acesso ao, conhecimento tradicional associado de povo ou  
1503comunidade depende da autorização prévia e da forma como eles entendem que  
1504deve ser dada essa autorização. O Projeto de Lei ele incorpora uma demanda dos  
1505povos e comunidades tradicionais que se reconheçam os protocolos comunitários  
1506que eles desenvolvem, onde se trata do uso do conhecimento, quem pode usar,  
1507para que tipo de finalidade, como instrumento de manifestação da vontade de  
1508povos e comunidades tradicionais. O que significa dizer que se um povo ou uma  
1509comunidade tem o protocolo comunitário, esse protocolo comunitário, a adesão a  
1510esse comunitário, pode ser apresentada com um consentimento prévio informado.  
1511Como eu comentei, existe a previsão expressa da participação com direito a voto

1512no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, nas Câmaras Setoriais, e  
1513particularmente, talvez o Brasil seja um dos poucos países que tem essa previsão  
1514expressa em lei a gestão dos recursos monetários gerados a partir da  
1515biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, será gerido com a  
1516participação efetiva de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores  
1517tradicionais. Por fim, como um instrumento para viabilizar toda essa lógica que  
1518está sendo criada pela nova legislação, existe a criação de um Programa de  
1519Repartição de Benefícios que tem dentre as linhas de ação uma série de  
1520atividades voltadas a apoiar esforços e demandas de povos e comunidades  
1521tradicionais, bem como apoiar políticas que tenham como objetivo atender as  
1522demandas desse segmento. Aí eu concluo, por fim eu diria só uma coisa  
1523importante, que esse novo sistema que está sendo gerado de acesso e repartição  
1524de benefícios, ele na verdade, gera um ciclo virtuoso em que nós temos a  
1525biodiversidade brasileira conservada, possibilitado que ativos dessa biodiversidade  
1526sejam transformados em produtos e processos, esses produtos e processos  
1527gerando benefícios e os benefícios novamente canalizados para conservação da  
1528biodiversidade, ou seja, a biodiversidade, no fim das contas o seu uso vão  
1529propiciar a própria conservação dela ao fim e ao cabo. E em linhas gerais seria  
1530essa a fala.

1531

1532

1533**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.  
1534Perguntas, por favor. Ou o pessoal está impactado, ou é a fome. Está cedo. O  
1535objetivo nosso era socializar a informação em relação à legislação nova aprovada,  
1536uma legislação complexa, o assunto é novo. Deve ser objeto de regulamentação  
1537agora, onde vai se iniciar um processo de convocação, estudos interessados para  
1538a participação na confecção do Decreto a ser produzido no prazo de 180 dias, que  
1539nessa altura deve ser uns 160. Então, os que tiverem mais interesse e mais afetos  
1540ao tema, por favor, mantenham contato permanente com o pessoal do CGEN,  
1541Rafael, Henry e Ana Cristina. Bom, vamos em frente, nossa próxima apresentação  
1542relacionada à atuação do Serviço Florestal, Deusdará. Deus sumiu, Deus  
1543desapareceu, mas Deus é onipresente, Deus... Deus é pai também. *(Risos!)*.  
1544Vamos lá, Deus.

1545

1546

1547**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (SFB)** – Bom dia a todos. Raimundo  
1548Deusdará, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Eu vou pedir permissão à  
1549mesa para aproveitar a oportunidade e fazer um rápido relato do boletim  
1550informativo sobre Cadastro Ambiental Rural também.

1551

1552

1553**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Só uma  
1554informação, antes, a oportunidade de mencionar, Deusdará assumiu a Presidência  
1555do Serviço Florestal Brasileiro entre nossa última reunião e reunião atual. Então,  
1556ele hoje, além de estar tocando o Cadastro Ambiental Rural, ele é responsável  
1557pela condução do Serviço Florestal Brasileiro.

1558

1559

**1560O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (SFB)** – Então, eu vou fazer um relato  
1561rápido, que é um dever de ofício, sobre a gestão de florestas públicas, e vou me  
1562permitir 5 minutos e fazer um boletim rápido da situação do Cadastro Ambiental  
1563Rural, que eu acho que esse fórum é um fórum privilegiado e tem a oportunidade  
1564de apresentar alguns resultados. Então, sobre gestão de florestas públicas, o  
1565relatório de 2014 é síntese, esse relatório está na página florestal.gov.br, do  
1566Serviço Florestal Brasileiro, todo seu conteúdo, eu vou fazer uma breve  
1567apresentação sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, sobre o Plano  
1568Anual de Outorga Florestal, o PAOF 2014, um pouquinho, bem rápido sobre os  
1569contratos de concessão florestal que já estão em curso, os processos licitatórios  
1570que foram feitos em 2014, as ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento  
1571Florestal, que é o fundo vinculado ao Serviço Florestal Brasileiro, e um pouco da  
1572CGFLOP que amanhã nós vamos ter a primeira reunião do ano que vai definir as  
1573diretrizes básicas que vão fundamentar as ações de concessão do Serviço  
1574Florestal Brasileiro. Bom, no Cadastro Nacional de Florestas Pública hoje nós nos  
1575temos trezentos e quatorze milhões de hectares cadastrados, sendo que isso  
1576corresponde a 37% do território brasileiro e 63% da cobertura florestal. Desses  
1577trezentos e quatorze milhões de hectares, duzentos e trinta e seis hectares estão  
1578destinados para União, Estados e Municípios, e temos aí uma área  
1579correspondente a setenta e três milhões, que são áreas não destinadas, que  
1580estamos trabalhando essas áreas junto com o MDA para eventual interesse, seja  
1581do ICMBio, o Serviço Florestal Brasileiro ou para o MDA para fins de projeto de  
1582assentamento fundiário. Esse é o mapa, esse mapa está disponível na internet  
1583onde ele demonstra as áreas que estão destinadas para uso, sustentável,  
1584proteção integral e também as áreas que hoje estão em discussão a respeito da  
1585sua destinação. No Plano Anual de Outorga Florestal, que nós já divulgamos e  
1586também continua na nossa página, nós temos aí a avaliação que nós temos cerca  
1587de 2,2 milhões de hectares disponíveis de florestas públicas para concessão  
1588florestal, sendo que 8 são florestas nacionais, e uma área destacada que é uma  
1589gleba no Amazonas, que nós vamos tentar exercitar pela primeira vez uma  
1590experiência de concessão florestal, que não é em área pública e que não é em  
1591Floresta Nacional. Os contratos de concessão florestal de 2014 somaram cerca de  
1592480000 hectares, assinamos ainda esse ano, em abril uma concessão com a  
1593Floresta Nacional de Altamira no Pará com mais 360.000 hectares. Então, nós  
1594temos aí em torno do 700 a 800,000, 750.000 hectares em concessão já  
1595exercitando esse processo de licitação junto aos empresários florestais. Os preços  
1596pagos, tem uma variação de preço, nós conseguimos nessa última estação na  
1597Floresta Nacional de Altamira o preço bem próximo do que queríamos, do ponto  
1598de vista de valoração da madeira em pé. O pagamento da produção, são cerca de  
15997,3 milhões de hectares já arrecadados com as concessões em curso na Floresta  
1600de Jamari, Saracá-Taquera, Jacundá em Rondônia, e Jamari também em  
1601Rondônia, Saracá-Taquera no Pará. Desse valor, dois milhões foram distribuídos  
1602conforme a Lei de Florestas Públicas, dois milhões foram destinados ao Serviço  
1603Florestal Brasileiro, e a repartição feita segundo a lei, de um milhão e oitocentos

1604para o ICMBio, novecentos e quarenta e seis para o Fundo Nacional de  
1605Desenvolvimento Florestal, que é reaplicado em projetos que eu vou mostrar no  
1606próximo slide. Para os Estados e Municípios, R\$ 946.000 para os Estados e R\$  
1607946.000,00 para os Municípios onde acontece a concessão florestal. Nós estamos  
1608agora desenvolvendo o primeiro arranjo de como repassar isso para o Município,  
1609para que de fato esse dinheiro ser reinvestido em benefício nos Municípios onde  
1610está acontecendo a concessão no Serviço Florestal Brasileiro. Foram realizadas  
1611várias vistorias, mas essas vistorias são vistorias dentro do processo de auditoria,  
1612e a conclusão é que os contratados estão seguindo as regras do edital, não  
1613havendo nenhum desvio daquilo que foi acordado junto aos concessionários.  
1614Temos aí em licitação, e infelizmente a licitação deu deserto, Altamira nós já  
1615assinamos como falei anteriormente, em abril, Caxuana nós estamos em processo  
1616de consulta e audiências, e Itaipuba, que é no Pará, nós estamos também no  
1617processo de Consulta Pública. Então, tem a possibilidade de nós termos ainda  
1618esse ano mais um milhão setenta e três e seis hectares em regime de concessão.  
1619O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, parte daquele recurso vai para  
1620esse fundo, nós apoiamos cerca de 150 projetos, 5 novos projetos foram  
1621contratados agora, e o plano de utilização desse fundo determinou que as regiões  
1622prioritárias são para esse ano Amazônia e Caatinga e as áreas são de extensão  
1623florestal, manejo florestal sustentável com o envolvimento especificamente do  
1624manejo florestal comunitário. Essa Comissão de Gestão de Florestas Públicas,  
1625que amanhã nós teremos a primeira reunião do ano, vai definir as diretrizes que  
1626nós devemos adotar para o ano de 2015. As reuniões anteriores trataram das  
1627parcerias que têm que ser realizadas, do sistema de cadastro ambiental rural, que  
1628por determinação do Doutor Gaetani e da Ministra passa a ser gestão do Serviço  
1629Florestal Brasileiro. Eu agora vou aproveitar, por isso que fui rápido, mais 5  
1630minutos, me permita, Senhor Secretário, de um boletim muito rápido sobre o CAR  
1631que eu acho que é uma oportunidade razoável, esse boletim está disponível na  
1632página também do Serviço Florestal Brasileiro, esses dados são dados de 30 de  
1633abril, ou seja, as informações atuais são maiores do que estão aí, mas eu vou  
1634tentar fazer um breve relato, e estamos atualizando essas informações e  
1635colocando disponíveis na primeira quinzena de junho, então, é uma atualização  
1636desse boletim para a primeira quinzena de junho. Os dados em abril davam conta  
1637de cento e noventa e um milhões de hectares já cadastrados, esse número hoje  
1638está em torno de duzentos e dez milhões de hectares cadastrados. É um dado  
1639extremamente consistente, relevante, isso significa uma Alemanha, uma França,  
1640uma Itália, um Reino Unido, um Portugal juntos, quer dizer, nós conseguimos aí  
1641cerca de 51% da área passível de ser cadastrada, já cadastradas, são dados que  
1642estão na base do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, são  
1643cerca de um milhão e trezentos mil imóveis em 30 de abril, esse número hoje está  
1644em torno de um milhão e seiscentos mil imóveis. Ocorreu, Secretário, a síndrome  
1645do Imposto de Renda, no dia 4 e cinco de maio que venciam o prazo, subiram cerca  
1646de 10 cadastros por minuto. Então, em 2 dias subiram dezoito milhões de  
1647hectares, cento e sessenta e cinco mil cadastros. Então, esses dados estão bem  
1648mais consistentes, considerando o período de 30 de abril a 05 de maio. Essa  
1649informação é relevante, aquela informação à direita que está sombreada, de toda

1650a base declarada, 45% dos imóveis na base, dos proprietários ou possuidores,  
1651declararam ter passivo de reserva legal, e querem aderir ao PRA, ou seja, devo e  
1652não nego e quero pagar. Isso é muito importante porque já é uma demonstração  
1653do proprietário ou possuidor que ele reconhece que tem o déficit e ele quer corrigir  
1654o déficit, que essa é a grande finalidade do Cadastro Ambiental. Não é só um  
1655cadastro do ponto de vista de recolher informações, é um cadastro que sinaliza a  
1656possibilidade de regularização para o proprietário, e 45% dos imóveis declarados  
1657reconhecem, eu tenho um passivo, mas eu quero me regularizar, eu quero aderir a  
1658um Programa de Regularização Ambiental, ou seja, está em curso aí um grande  
1659processo de restauração, recomposição, regeneração de áreas que os próprios  
1660proprietários reconhecem ser importante e já declaram voluntariamente que  
1661querem aderir ao programa de Regularização Ambiental, que acontece nos  
1662Estados. Das informações declaradas, aquele quadro embaixo, talvez não seja  
1663bem visível, há uma informação extremamente interessante que das reservas  
1664legais propostas ou averbadas, cerca de 65% tem vegetação, é um outro  
1665indicativo importante, quer dizer, os proprietários e possuidores estão colocando  
1666reserva legal onde deveriam colocar, aonde há remanescente de vegetação  
1667nativa. Então, isso é muito importante porque para o pessoal aí do ICMBio, da Ana  
1668Cristina, da Secretaria da Biodiversidade, sinaliza uma incorporação de  
1669remanescente de vegetação nativa de florestas privadas, ou seja, o cadastro está  
1670trazendo para a gestão do Ministério do Meio Ambiente um olhar sobre florestas  
1671privadas, que nós não tínhamos anteriormente, nós tínhamos o olha, o  
1672monitoramento sobre florestas públicas e o cadastro está sinalizando cerca de  
1673dezesesseis milhões de hectares de APP e reserva legal, sendo monitorados pelo  
1674cadastro, incorporando ao processo de áreas protegidas em regime privado.  
1675Alguns mapas para mostrar um pouco da distribuição, esse mapa à esquerda o  
1676que está em lilás são os cadastros já povoados. Observem o Estado do Mato  
1677Grosso, o mapa à direita está comparando o que está cadastrado com as florestas  
1678públicas, se você observar o Mato Grosso aqueles vazios ali é Xingu, ao Norte  
1679Piacais, então, demonstra que realmente no Estado do Mato Grosso, por exemplo,  
1680tem uma coerência muito grande entre propriedades privadas, cadastradas e o  
1681respeito às áreas protegidas. O que está em cinza, aí eu faço um apelo ao pessoal  
1682do Pará, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Espírito Santo, são os Estados que  
1683faltam integrar, acabei de conversar com o Estado de Rondônia, e Mato Grosso do  
1684Sul está aqui, Rondônia está subindo os dados na próxima semana, então, nós  
1685vamos ter o mapa já com os dados de Rondônia, Mato Grosso do Sul que é o  
1686nosso grande problema, acabei de conversar com o companheiro do Estado, e aí  
1687vamos ter uma ação mais intensa, de ver se conseguimos fazer a integração com  
1688o Mato Grosso do Sul. Então, Rondônia está em integração, Pará está em  
1689integração, Espírito Santo também. O nosso gargalo é realmente Mato Grosso do  
1690Sul, que eu espero que hoje à tarde nós consigamos aprofundar as negociações.  
1691Essas áreas verdes são uma representação gráfica, na verdade não é que Mato  
1692Grosso está todo verdinho assim, quando você ver esse zoom à direita, os  
1693cadastros funcionam daquela forma, cada quadradinho daquele é um imóvel rural,  
1694onde tem um verdinho são reservas legais já averbadas ou propostas, e se vocês  
1695à direita fizeram um esforço, tem um rio ali à direita que ele demonstra claramente

1696que está todo com APP, com remanescente de vegetação nativa. Então, aquele  
1697zoom demonstra como está acontecendo o cadastro no Estado do Mato Grosso  
1698do Sul, você observa que têm reservas legais nas propriedades, algumas  
1699propriedades não têm nenhuma reserva legal, e são aquelas que estão indicando  
1700que querem ir para o PRA, mas esse é um zoom extremamente importante,  
1701porque estamos agora tentando desenvolver uma possibilidade de fazermos  
1702corredores ecológicos dessas reservas já averbadas e existentes no Cadastro  
1703Ambiental Rural. Do lado direito nós fazemos uma comparação para demonstrar,  
1704Maretti, e Ana Cristina, a importância do remanescente de vegetação nativa já no  
1705cadastro, em relação às unidades de conservação existentes, quer dizer o  
1706Cadastro Ambiental já está contribuindo para um olhar diferenciado a respeito de  
1707como se comporta as florestas, os remanescentes de vegetação nativa em relação  
1708às unidades de conservação. Esse é um dever de casa importante ao pessoal do  
1709MDA e do Incra, aí nós temos na base em vermelho e em azul todos os  
1710assentamentos fundiários que já estão no Sicar. E o que está em vermelho já  
1711adastrado estão em processos de integração e subindo para o Sicar; então, são  
1712cerca de 720.000 pessoas beneficiadas de assentamento fundiário que já têm  
1713cadastro, e já têm seu recibo, ou seja, estão aptas a não ter nenhum impedimento  
1714ou ter acesso a crédito agrícola. Então, o Governo Federal, o Incra, num esforço  
1715fantástico conseguiu colocar na base 100% dos assentamentos fundiários,  
1716considerando a sua base cartográfica. Extrato por região, não vou entrar, mas  
1717esses dados estão todos disponíveis, é como se comporta Estado a Estado,  
1718região a região em relação ao cadastro. Pode passar por favor. E eu finalizo,  
1719Extrato Brasil, aquela informação que eu dei anterior, 51% do território, da área  
1720passiva de cadastro já cadastrada, os recursos investidos, isso é muito importante,  
1721são os recursos investidos pelo Fundo Amazônia destinados aos Estados  
1722especialmente da Região Norte e alguns Estados da região do Ceará e Bahia, fora  
1723do Bioma Amazônia. Tivemos recursos investidos na TNC e no Amazon, o total de  
1724recursos investidos foram cerca de quinhentos e vinte e seis milhões de reais,  
1725além dos recursos distribuídos para os Estados, nós temos aí um custo de cem  
1726milhões de reais com compra de imagens de satélite, anos 2011, 2012 e 2013, e  
1727LandSat 2008 porque é uma imposição do código fazer a comparação temporal de  
1728como estava a propriedade em 2008 e como ela será monitorada em 2011, 2012,  
1729e 2013. Capacitação, nós capacitamos cerca de 40.000 pessoas, essa imagem  
1730que está aí é uma imagem 3D, é um ambiente virtual de análise que o CapCAR  
1731desenvolvido pela Universidade Federal de Lacerda permite que o capacitando  
1732possa viajar em simulações de propriedade. Então, ele tem a possibilidade de  
1733viagem numa propriedade no mangue, na Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga, e  
1734com isso testar o seu conhecimento e como que se comporta o código florestal em  
1735relação aos diferentes biomas. Então, foram 31.000 pessoas capacitados à  
1736distância, e 9.000 pessoas capacitadas presencialmente. Hoje nós estamos no  
1737Estado de Rondônia fazendo uma capacitação, na próxima semana nós estamos  
1738fazendo uma capacitação na Contag em Manaus e Belém. Os próximos passos é  
1739basicamente a consolidação do Sicar, colocamos em implantação na semana  
1740passada, Secretário, o modo de validação de análise. Então, Mato Grosso hoje já  
1741está rodando a análise de seus cadastros, são cerca de 60.000 cadastros. A

1742 questão da formulação e execução de políticas públicas, o cadastro já está  
1743 servindo por uma iniciativa extremamente pioneira que é o envolvimento do Fundo  
1744 Nacional de Desenvolvimento Florestal, que é do Serviço Florestal Brasileiro, o  
1745 Fundo Nacional do Meio Ambiente que é do Ministério do Meio Ambiente, o Fundo  
1746 Nacional de Direitos Difusos que é do Ministério da Justiça, o Fundo  
1747 Socioambiental da Caixa Econômica, e o Fundo de Mudanças Climáticas,  
1748 estamos lançando edital de quarenta e quatro milhões de reais destinados à  
1749 recuperação de nascentes, fundamentado na base do Cadastro Ambiental Rural,  
1750 que está sinalizando bacias críticas, nós vamos fazer o primeiro exercício com 5  
1751 fundos de apoiar a recuperação de nascentes em áreas críticas já apontadas pelo  
1752 Cadastro Ambiental Rural. Era isso. Muito obrigado. Eu estou à disposição de  
1753 vocês. Desculpem, mas eu fui rápido para não tomar o tempo dos senhores, mas  
1754 todas as informações tanto quando da gestão de florestas públicas, quanto o  
1755 Cadastro Ambiental Rural estão disponíveis na página do Serviço Florestal  
1756 Brasileiro. Muito obrigado.

1757

1758

1759 (*Palmas!*).

1760

1761

1762 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.

1763 Deus dará. Quem tiver pergunta, por favor. Lisiane.

1764

1765

1766 **A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Estou com uma dúvida em relação a  
1767 procedimento, porque segundo o próprio art. 53 da Lei 11.284 sobre o assunto em  
1768 tela, o § 3º diz que nós temos que ter esse relatório enviado ao Conama, aí ao  
1769 Congresso Nacional até 31 de março de cada ano, e no quarto ainda fala que  
1770 caberá ao Conama considerando as informações contidas no relatório referido no  
1771 § 3º desse artigo, manifestar-se sobre a adequação do sistemas de concessões  
1772 florestais de um monitoramento, em seu monitoramento e seguir os  
1773 aperfeiçoamentos necessários. Para mim, eu fui procurar porque estou achando  
1774 estranho também que no próximo item nós também não tivemos acesso ao  
1775 relatório disponibilizado na pauta. Então, eu acho bastante complicado nós  
1776 cumprirmos a lei se nós não temos com antecedência e poder discutir  
1777 aperfeiçoamentos, porque já que é em março, nós estamos em maio, nós já  
1778 deveríamos ter discutido isso, ter sido apresentado. Então, novamente estamos  
1779 tendo problemas de cumprir a nossa tramitação habitual. Nunca vi, não temos  
1780 questões aqui de ser encaminhado num tempo hábil para discutirmos, e  
1781 encaminharmos sugestões de aperfeiçoamentos nesse tema.

1782

1783

1784 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Só para  
1785 esclarecer, Lisiane, está à disposição, nós vamos nas próximas reuniões do  
1786 Conama mandar o conteúdo da apresentação antes, eu acho que é um  
1787 aprimoramento desejável, mas o material está à disposição, assim como os

1788expositores para maiores esclarecimentos, antes mesmo deles virem. Então, nós  
1789vamos nas próximas sessões enviar para vocês antes o texto das programações  
1790para vocês terem mãos antes das exposições.

1791

1792

1793**O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (ONG Ponto Terra)** – Primeiro  
1794parabéns, boa apresentação, bons números. E por falar em números eu queria  
1795perguntar sobre o colocado de quinhentos e tantos bilhões de reais, é isso  
1796mesmo? MI, de Minas Gerais? Então, precisa consertar a fala e o próprio número  
1797que está colocado ali porque dá para assustar. E a outra pergunta é se tem jeito  
1798de dar os números de unidades, porque você falou muito em hectares, milhões de  
1799hectares, por exemplo, quantas unidades agrárias, quantas propriedades rurais no  
1800Brasil e em Minas Gerais nós temos, e quantas já estão cadastradas?

1801

1802

1803**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (SFB)** – Eu fui rápido porque eu não quis  
1804entrar em cada estado, mas o boletim disponível na página do Serviço Florestal  
1805está desagregado Estado a Estado, com o comparativo entre os imóveis rurais  
1806passíveis de cadastro e a quantidade de cadastros existentes. Então, está  
1807disponível na internet, florestal.gov.br, o relatório é denso, tem muito mapa, mas  
1808está disponível, o senhor vai poder ver em Minas Gerais a distribuição, onde está  
1809acontecendo o cadastramento ambiental e a comparação entre a quantidade de  
1810imóveis existentes e o que já foi absorvido pelo cadastro.

1811

1812

1813**O SR. PAULO MARTINI (COMUNIDADE CIENTÍFICA)** – Eu queria que você  
1814comentasse ou respondesse a foram como vocês estão pensando em facilitar o  
1815acesso à comunidade das imagens que estão sendo adquiridas. Eu sei que o  
1816pessoal está trabalhando para colocar no catálogo, mas ainda é um procedimento  
1817que está muito, como que eu vou quiser, não é um acesso assim tão livre como  
1818nós imaginaríamos para as imagens. Há um cadastro, e esse cadastro parece que  
1819atende melhor a, digamos, os funcionários públicos federais e municipais e de  
1820repente não está totalmente disponibilizado para a comunidade toda.

1821

1822

1823**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Por razões  
1824contratuais nós não poderemos disponibilizar para as comunidades e para as  
1825empresas, podemos disponibilizar para todos os órgãos públicos estaduais,  
1826federais, estaduais, estatais, autarquias ou fundações, mas para as comunidades  
1827terem acesso elas precisam estar articuladas com alguns dos órgãos públicos que  
1828têm acesso às imagens. No contrato da previsão da licitação permite o acesso a  
1829toda a instituição governamental, mas não às comunidades. Então, pode ser que o  
1830destaque seja de natureza contratual, a minha sugestão é que você se associe a  
1831alguma instituição governamental para poder usufruir do tratamento das imagens.  
1832Obrigado.

1833

1834

1835 **O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Eu venho à tribuna para  
1836 reforçar a preocupação que a colega externou em face da não publicação,  
1837 previamente, dos relatórios, como dispõe lá o nosso Regimento Interno, entendo  
1838 que isso é importante para que os Conselheiros previamente possam ter o  
1839 assunto, participar melhor da discussão, e, inclusive fazer sugestões ou até  
1840 cobranças. Como ele colocou, vai ser consertado, mas eu quis, na verdade  
1841 reforçar.

1842

1843

1844 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Está  
1845 reforçado. É absolutamente pertinente a sugestão da Lisiane.

1846

1847

1848 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Também reforço essa  
1849 questão, porque são temas multidisciplinares, então, há necessária preparação  
1850 para que possamos ter uma participação de qualidade. E a minha pergunta para o  
1851 Deusdará é com relação à questão dos prazos do programa como um todo de  
1852 regularização dos imóveis rurais, regularização ambiental, a questão da  
1853 regulamentação do Plano de Recuperação Ambiental, do PRA, porque alguns  
1854 Estados já estão discutindo, e a questão enseja uma preocupação maior,  
1855 principalmente naquelas propriedades em que as bacias, elas dividem Estados.  
1856 Então, nós estamos discutindo isso, como que o Programa de Regularização pode  
1857 ter um comportamento de um lado do rio, da barranca do rio, e o outro da  
1858 barranca de cá. Então, eu gostaria de saber sobre a regulamentação do PRA.

1859

1860

1861 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (SFB)** – Tem que deixar claro duas coisas  
1862 que às vezes nós não conseguimos ter um pouco de visibilidade a respeito. O  
1863 Cadastro Ambiental Rural tanto quanto o Programa de Regularização Ambiental,  
1864 eles acontecem no Estado. Então, nós fizemos, a União fez logo após que saiu o  
1865 Novo Código Florestal, nós fizemos o Decreto 7830, que deu as normas gerais a  
1866 respeito do Cadastro Ambiental Rural, e um padrão de campos mínimos  
1867 obrigatórios para o PRA. Logo após nós fizemos ... A União fez um outro Decreto,  
1868 disciplinou com um outro Decreto, normas complementares do PRA. Então, os  
1869 Programas de Regularização Ambiental acontecem no Estado. O que estamos  
1870 tentando fazer para ajudar os Estados? Nós estamos criando agora um extrato,  
1871 uma moldura do que julgamos importante que esses programas contenham, junto  
1872 com a Embrapa. Então, nós estamos agora disponibilizando brevemente um  
1873 cardápio para aqueles Estados que eventualmente não tenham condição de ter  
1874 um Programa de Regularização Ambiental, formular um novo programa, e dizer:  
1875 olha gente, se vocês não têm, por favor, acompanhem esse cardápio, que é um  
1876 cardápio mínimo, que nós julgamos importante ter de campos obrigatórios para  
1877 um programa de regularização, óbvio que o Estado pode customizar, pode  
1878 adicionar, pode tratar com o vizinho, mas nós estamos tentando aí mais uma vez,  
1879 não é papel nosso, mas tentar contribuir, prover ferramentas para que o Estado

1880 possa ter esse programa de regularização ambiental, e essa é uma questão  
1881 extremamente importante porque ela pode acontecer não só em divisas de  
1882 Estados, mas em divisa de Município. Então, nós estamos tentando sempre  
1883 conversar com os Estados para ter essa atenção para o grande mote do Cadastro  
1884 Ambiental Rural que é a regularização ambiental via regeneração, recomposição,  
1885 e compensação.

1886

1887

1888 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.

1889 Vamos então agora ver agora a exposição da Zilda. Antes eu queria só dar um  
1890 informe, nós vamos votar as Resoluções na parte da tarde, foi solicitada votação  
1891 nominal. Então, a questão de quórum, nós tivemos hoje de manhã um quórum  
1892 flutuante da ordem de sessenta e poucas pessoas, é crítica para que se processe  
1893 a votação. Então, eu peço para que todos estejam aqui de voltar a partir das  
1894 14h00, todos que pelo menos têm direito a voto, a partir das 14h30 para podermos  
1895 processar o voto das Resoluções nossas. Obrigado. Zilda.

1896

1897

1898 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos e a todas. Eu

1899 sou Zilda Veloso, Diretora de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e  
1900 venho aqui como fiz nos últimos anos, apresentar o relatório de monitoramento da  
1901 Resolução 362/2005, conforme a Resolução assim o requer. Esse grupo de  
1902 monitoramento permanente dessa Resolução, que trata de óleos lubrificantes  
1903 usados ou contaminados é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, pela  
1904 Doutora Sabrina Andrade que é a minha gerente de resíduos perigosos dentro do  
1905 Departamento de Ambiente Urbano. Aí nós temos a definição dos óleos, os óleos  
1906 lubrificantes usados são classificados como resíduo perigoso na legislação  
1907 ambiental e na lei de resíduos sólidos, todo o óleo lubrificante usado e  
1908 contaminado deverá ser recolhido, é o que diz a Resolução, coletado, e ter  
1909 destinação final ambientalmente adequada, preferencialmente pelo re-refino. Por  
1910 parte do produtor e do importador. Notem bem os senhores, essa Resolução é  
1911 uma revisão da Resolução 020/93, que em termos de Resolução do Conama foi a  
1912 primeira a tratar do tema que hoje nós chamamos de responsabilidade  
1913 compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A lei 12305/2010 que instituiu a  
1914 Política Nacional de Resíduos Sólidos já incluiu os óleos lubrificantes e seus  
1915 resíduos e embalagens, o primeiro acordo setorial assinado é o acordo de  
1916 embalagens plásticas de óleo. As metas de recolhimento, conforme a própria  
1917 Resolução assim o estabelece, elas são firmadas por meio de uma Portaria  
1918 Interministerial entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e  
1919 Energia. Participam dessa discussão, mas não assinam a Portaria, o Ibama e a  
1920 ANP, a construção é feita coletivamente entre esses 4 órgãos e é publicada a  
1921 Portaria. Os senhores vão ter acesso a elas no slide próximo. A nossa obrigação  
1922 antigamente era na primeira reunião anual, ordinária do Conama, nós tínhamos  
1923 uma dificuldade de concluir os dados; os dados são uma junção de dados  
1924 fornecidos pela ANP e pelo Ibama dentro do Cadastro Técnico Federal, e só é  
1925 possível a consolidação desses dados por parte do Ibama até o final de março,

1926por parte da ANP um pouquinho antes disso. A Resolução foi revista em 2012,  
1927complementada pela 450 que modificou alguns artigos em relação às informações  
1928a serem apresentadas pela cadeia. O Brasil é o quinto maior mercado de óleos  
1929lubrificantes, e o maior gerador de óleo usado, o quinto maior gerador de óleo  
1930usado, é na mesma proporção. A Resolução antecipa aí algumas metas que hoje  
1931incidimos nos acordos setoriais e na discussão. E a reciclagem do óleo lubrificante  
1932pelo re-refino, ela é de extrema importância porque o re-refino ele retira os  
1933contaminantes do óleo, naturalmente com essa obrigação o óleo deixa de ser um  
1934resíduo perigoso disposto inadequadamente no meio ambiente, é o que se espera  
1935pela implantação plena dela, e evita a geração de resíduos perigosos. O re-refino,  
1936o óleo contaminado passa por um processo do refino novamente, são retirados os  
1937contaminantes, ele volta a ser o óleo base, e pode ser vendido como óleo base.  
1938Com isso se reduz inclusive a importação de óleos novos. Essa é a tabela  
1939constante da Portaria Interministerial 59/ 2012, ela vence ao final desse ano, ao  
1940vencer nós devemos até o final desse ano publicar uma nova Portaria, atualizando  
1941as metas a serem cumpridas. Os senhores podem notar que as metas do Brasil  
1942para esse ano é em torno do 38,5% em cima do que é comercializado no País.  
1943Cálculo similar nós fazemos nos acordos setoriais para cumprimento das metas.  
1944Alguns dados aí, já começo com alguns números importantes, em 2014 foram  
1945recolhidos quatro milhões, em torno de seiscentos e setenta mil litros do óleo, um  
1946pouco abaixo da meta nacional. 4 regiões geográficas conseguiram cumprir a  
1947meta regional, menos a região Nordeste. Houve uma queda no volume  
1948comercializado somente em 4% em relação a 2013. É que eu gosto de fazer um  
1949parêntese toda vez que eu apresento esse relatório, que nós temos participação  
1950no Grupo de Monitoramento Permanente de representantes da indústria, da  
1951sociedade civil, a Anamma, Abema, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de  
1952Minas e Energia, além do Ibama e ANP, mas a tarefa de controle e fiscalização  
1953dessa Resolução ela pertence a Estados e Municípios, a órgãos estaduais e  
1954municipais de meio ambiente. Eu gosto de deixar isso claro porque o  
1955monitoramento disso tem a ver com monitoramento nos pontos de coleta, que  
1956normalmente, não são todos, mas uma boa parte são postos de combustíveis,  
1957concessionárias e oficinas mecânicas. Além disso têm outros, super trocas, outros  
1958pontos de comercialização. Aí estão os dados de recolhimento, me e permite aqui,  
1959vou tentar acessar aqui. Deu uma mensagem aqui de erro, não consigo enxergar  
1960a tabela daqui. Deu uma mensagem de erro. Vamos lá. Está marcado em  
1961vermelho exatamente os dois pontos não atendidos, o Brasil pelo não atendimento  
1962da meta nos Estados do Nordeste, na Região Nordeste, perdão, a meta era de  
196330%, foram recolhidos 28,27, na região Centro-Oeste tivemos a meta atendida um  
1964pouco além daquilo que estava esperado, o mesmo acontecendo na Região Norte,  
196530,66. Esse documento eu acredito que vai haver um mesmo crítica, nós  
1966encaminhamos dentro do prazo para o Conama, mas houve uma dificuldade de  
1967colocar no site, eu também não estava aqui. Então, os senhores não tiveram  
1968acesso a isso antes de muito recentemente, não dentro do prazo oficial de pauta  
1969do Conama, mas nós apresentamos no prazo, concluímos eles no prazo, mas  
1970houve um problema técnico do Conama para colocar isso no site. Isso vai ser  
1971solucionado nos próximos anos. A Região Sudeste também passou um pouquinho

1972da meta, a meta prevista era de 42%, é a região onde tem maior geração, foi  
197342.30. E a Região Sul teve um recolhimento, em comparação com os outros, bem  
1974acima da meta. A meta era de 37%, e tivemos 39,5%, quase 40% de  
1975recolhimento. Então no Brasil nós tivemos aí uma quantidade que corresponde, a  
1976meta seria recolhermos quatrocentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e  
1977trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e nove litros de óleo lubrificante usado,  
1978tendo sido recolhidos quatrocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e  
1979sessenta e dois mil e trinta e cinco litros de óleo lubrificante usado. Alguns usos,  
1980vale aqui a pena lembrar, no art. 10 da Resolução, alguns usos que não são  
1981permitidos para fins de cumprimento da Resolução, nós temos esse critério,  
1982inclusive para pneus, algumas destinações não são admitidas. Então, isso não  
1983entra na base de cálculo do cumprimento da meta por meio de fabricantes,  
1984importadores, comerciantes, re-refinadores. Eu tenho aí alguns gráficos que  
1985mostram a comparação entre 2013 e 2014, em termos do que é comercializado, e  
1986do que é coletado no País, por regiões, sempre por regiões, nós até temos o dado  
1987por Estado, mas a nossa política não é de dispor o Estado propriamente dito,  
1988algumas dificuldades que nós temos de cumprimento da meta, esses são os  
1989dados, o que está em verde é o comercializado, o que está em sinas é o coletado.  
1990Então, tivemos aí alguns números bastante substantivos em relação ao que é  
1991coletado do óleo lubrificante usado. A Resolução ela vem aumentando  
1992gradativamente o sistema de coleta, é expressivo o avanço da coleta, nós  
1993tínhamos até uns 3, 4 anos atrás, números muito abaixo da meta e principalmente  
1994de dificuldades em Região Norte, Nordeste, e Centro-Oeste. Tivemos no relatório  
1995passado até a Região Sudeste, São Paulo teve dificuldades de recolher e atingir a  
1996meta. Mas isso tem sido trabalhado, até 2010 o Ministério do Meio Ambiente  
1997realizou uma série, promoveu a realização de uma série de oficinas de  
1998capacitação de óleos estaduais e municipais, do comércio, para aumentar esses  
1999níveis de recolhimento. Essas capacitações por razões diversas, inclusive de  
2000ordem financeira, elas pararam, e principalmente com a edição da Política de  
2001Resíduos Sólidos que nos trouxe outras novas cadeias para serem trabalhadas,  
2002não poderíamos continuar nos dedicando exclusivamente a uma cadeia, que é  
2003uma cadeia importante, mas que é uma cadeia, nós temos outras cadeias para  
2004construir no cumprimento da própria lei. Então, têm que ser trabalhadas outras  
2005estratégias para o cumprimento da Resolução, e essas estratégias dependem  
2006principalmente de ações de controle e fiscalização. Um dos pontos importantes é o  
2007que está funcionando, mas ainda de maneira muito primária, que é a inserção dos  
2008Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, ao Cadastro Técnico Federal, que é  
2009coordenado pelo Ibama. O acesso ao cadastro dá a esses órgãos, e depois  
2010também aos Municipais, isso é uma reação em cadeia, a possibilidade de terem  
2011acesso a dados que são essenciais para as operações de controle e fiscalização.  
2012É preciso que se mantenha o recolhimento, nesse sentido eu queria aqui dar uma  
2013informação, nós fomos procurados pelo, Sindicom, que está disposto a elaborar  
2014um acordo setorial, conforme está sendo feito nas outras cadeias, isso está  
2015previsto, a revisão de cadeia preexistentes à publicação da lei 12305, isso vai  
2016implicar também que essa Resolução seja revista, ela não vai deixar de existir, ela  
2017vai ser revista em função de um acordo setorial assinado com o setor que é

2018responsável pela destinação. Aí tem mais um gráfico de comparação, entre o que  
2019havia em 2008 e 2014, com o crescimento, o decréscimo em alguns lugares, e  
2020crescimento de outras regiões em termos de óleo lubrificante, a Região Sudeste  
2021liderava o recolhimento em termos de valores totais, em compensação, conforme  
2022eu disse na apresentação, Região Centro-Oeste e Norte e Nordeste tinham  
2023dificuldades, foram sendo superadas. Mais um outro gráfico de crescimento da  
2024comercialização e coleta, quer dizer, a coleta tem acompanhado, tem até se  
2025sobrepulado à comercialização, em algumas regiões brasileiras. E aí eu tenho um  
2026link sobre os participantes do grupo, um link sobre os documentos relativos ao  
2027grupo de monitoramento, e também uma informação, eu falei mais cedo que o  
2028Ministério do Meio Ambiente até 2010 promoveu algumas oficinas de capacitação,  
2029essas oficinas deixaram de ser promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente, e  
2030por uma ação do setor que tem até interesse ambiental e econômico no assunto,  
2031que é o setor de re-refino, ele continua fazendo oficinas de monitoramento e  
2032sempre que possível chama os participantes, as entidades que estão presentes no  
2033grupo de monitoramento, e eventualmente o Ministério do Meio Ambiente também  
2034tem participado. Mas hoje essas ações não são mais promovidas pelo Ministério  
2035do Meio Ambiente. São essas informações, Secretário. Eu acho esse é o último  
2036slide.

2037

2038

2039**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – obrigado,  
2040Zilda. Perguntas e acho que há um pedido de uma breve intervenção da Lisiane.

2041

2042

2043**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Como a Zilda falou, tem esse Grupo de  
2044Monitoramento Permanente da Resolução, e queríamos fazer uma  
2045complementação, nós temos uma entidade da sociedade civil ambientalista que  
2046participa, e gostaríamos de fazer alguma complementação rápida. Vou aproveitar  
2047para deixar na mesa também a via impressa, depois mando por via eletrônica para  
2048fazer parte do relatório.

2049

2050

2051**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (Apramac)** – Bom dia. Eu sou membro do Grupo de  
2052Monitoramento da Resolução 362/2005, sou a única representante da sociedade  
2053civil nesse grupo, eu gostaria de lembrar que estamos bem justamente em 2015  
2054fazendo 10 anos, essa Resolução hoje está fazendo 10 anos de existência, e nós  
2055da sociedade civil consideramos uma Resolução uma vanguarda, ela é  
2056considerada por muitos especialistas na matéria como uma Resolução  
2057revolucionária, que se antecipou em 5 anos os princípios orientadores da Política  
2058Nacional da Resíduos Sólidos, e ela até hoje, mesmo depois da política, ela não  
2059perdeu seu caráter inovador e desbravador permanecendo à frente de seu tempo  
2060em muitos aspectos. O primeiro aspecto nesse sentido que gostaríamos de  
2061lembrar é que apesar das dificuldades decorrentes de diversos fatores para  
2062implementar é inegável que o sistema de logística reversa estabelecido para essa  
2063Resolução, apresenta crescimento contínuo e expressivo de sua eficiência e de

2064seu êxito. Como mostrou a Zilda agora há pouco, realmente tem havido avanço e  
2065o relatório oficial do Ibama reconhece isso. A razão desse aumento da eficiência,  
2066mesmo diante de importantes entraves somente pode ser atribuído à existência da  
2067própria Resolução. Exercendo o seu papel de estabelecer uma obrigação clara e  
2068determinada para os diversos atores da cadeia de logística reversa, exigindo que  
2069cada um cumpra o seu papel e permitindo que as instâncias do poder público  
2070tenham uma base para exercer seu poder coercitivo. Nesse aspecto a Resolução  
2071Conama 362/2005, ela por ser a mais completa e abrangente normal reguladora  
2072de uma logística reversa existente no País, comparando-se, talvez apenas a de  
2073embalagens de agrotóxicos, é o referencial a ser seguido e demonstra  
2074integralmente a sua condição de vanguarda, mais ainda, o sistema regulado pela  
2075Resolução para a logística dos órgãos lubrificantes usados e contaminados,  
2076apresentam algumas características peculiares e muito relevantes. É um dos dois  
2077sistemas brasileiros de logística que serve de referência mundial e é estudado por  
2078diversos Países, a outra é de embalagens de agrotóxicos. É o único sistema  
2079brasileiro de logística reversa, de resíduos de pós consumo, perigosos, que  
2080realmente atendem os objetivos do parágrafo Único do art. 30 da lei da Política  
2081Nacional, compatibiliza interesse de vários setores econômicos, inclusive dos  
2082geradores e que é sustentado por atividades econômicas próprias que são os  
2083coletores e re-refinadores. As cadeias da agrotóxicos e pneus são mantidas  
2084integralmente pelos próprios fabricantes e importadores e, portanto, não agregam  
2085agentes econômicos independentes. Eu vou pular aqui para simplificar para os  
2086senhores porque nós estamos pedindo a publicação desse relatório da Apromac  
2087junto com o relatório do Ibama, na página do Conama. Mas eu queria lembrar que  
2088esse sistema de logística reversa gera empregos e rendas mesmo sendo resíduo  
2089perigoso, o nosso cálculo é de cerca de 5.000 empregos diretos. Então, não há  
2090porque dizer que um resíduo perigoso não possa ser reciclado, não possa receber  
2091uma logística e não seja viável economicamente. Essa Resolução é a prova disso.  
2092É o único sistema que está presente em todos os Municípios Brasileiros, a coleta é  
2093feita em todos os Municípios, pelo menos essa é a intenção, e a possibilidade  
2094existe, e possui sistema de prestação de informações que permite a fiscalização  
2095cruzada, porque essa Resolução ela trata de um resíduo que é de interesse da  
2096Agência Nacional do Petróleo, e então, é por isso que o Grupo de Monitoramento  
2097existe, por isso que foi criado um Grupo de Monitoramento Permanente dessa  
2098Resolução, é justamente porque é muito complexa a implementação dela, porque  
2099ela envolve Ministério de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente. Então, o  
2100grupo faz uma ponte, e esse se torna um fórum adequado para discutir os  
2101problemas que vão surgindo no desafio, ao atendermos o desafio de implementar  
2102essa Resolução. E apesar do sucesso evidente dessa cadeia de logística reversa,  
2103o problema são os entraves, nós sofremos, nós que eu digo aqueles cidadãos  
2104brasileiros, e empresários se que tentam implementar essa Resolução  
2105corretamente, sofrem a concorrência das destinações ilegais do resíduo que é  
2106captado de forma ilícita por verdadeiras organizações criminosas e assim fica  
2107indisponível para ter o seu destino legal. Então, para terminar, concluindo, nós  
2108pedimos aqui, aproveitamos que todos os Estados estão aqui, os representantes  
2109dos Estados e Municípios para que nos ajudem a implementar essa Resolução,

2110melhorando, aperfeiçoando o sistema de licenciamento, que nós vimos  
2111encontrando muitas licenças erradas para esses agentes da cadeia e ampliando  
2112os mecanismos de fiscalização. Ok? Muito obrigada pela oportunidade.

2113

2114

2115**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom,  
2116perguntas para a Zilda? Então, nós vamos fazer uma interrupção agora para o  
2117almoço, às 14h30 retornarmos. Reforço o recado anterior, é muito importante o  
2118quórum para que possamos processar a votação das Resoluções. Obrigado.

2119

2120

2121(*Intervalo para o almoço*)

2122

2123

2124**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal, eu  
2125queria, por favor, todos os conselheiros que têm direito a voto, por favor, ergam  
2126seus crachás. Nós ainda não temos quórum para votar. Chamamento lá fora,  
2127vamos lá. Tem muita gente lá fora? Dante, está? Você não é o Dante, é Maria  
2128Lúcia, está bom. Pelas Centrais Sindicais e Confederações de Trabalhadores;  
2129Valmir Vicente ou Dorival, estão aí? Comunidade Científica, Paulo Roberto estava  
2130de manhã, está aí de tarde? É o Paulo Roberto Martins, isso aí. Comunidades  
2131Indígenas, Antônio Fernandes, o Cleber, ou Márcio André, estão por aí? Contag,  
2132Antoninho, Elizário, Alessandra? Pelo Conselho Nacional de Comandantes da  
2133Polícia Militar, Coronel Renato Cerqueira, Major Marcelo ou Major João Soares,  
2134alguns dos três? Joao Soares. Beleza. O Monsã está aqui, representante do Paulo  
2135Nogueira. Planeta Verde, Direito por um Planeta Verde. Você é a Letícia?  
2136Catadores, Maurício é catador? Não. Roberto, perdão, não tinha te visto.  
2137Entidades Ambientistas Região Centro-Oeste, Ecotrópica? Entidades  
2138Ambientistas Centro-Oeste, Ibrace? O Senhor Nazareno. Entidades  
2139Ambientistas da Região Nordeste, Furpa, está aqui o Francisco Soares.  
2140Entidades Ambientistas Região Nordeste, Boisbaudran, Vanice ou Elizabeth?  
2141Nenhum dos três? Argonautas da Região Norte. Você é o... Canindé, Região  
2142Norte? Sérgio. Ronaldo está aqui, Sudeste. Sodemap? Região Sul, Tadeu.  
2143Lisiane. Âmbito nacional. Instituto Guaicuy, SOS Rio das Velhas. Não está. FBCN,  
2144Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. Joaquim. Povos tradicionais.  
2145Entidades empresariais. CNA, o João estava por aí. Justus? CNI? Wanderley.  
2146Elisa, desculpe, não tinha te visto. Elisa Wanderley, Mário. CNA. CNC. CNC não  
2147está. Turismo, Evandro, Rubens ou Juarez. Não. CNT, Patrícia está aí? Está, mas  
2148não está, mas está. Marcílio, do Setor Florestal. Governos Municipais, Cláudia  
2149Lins? Dione, Osni. Frente Nacional da Prefeitos? Pedro Wilson estava de manhã.  
2150Eduardo Lima estaria por aí? Centro-Oeste. Fábio, Cristina ou Selma. Fábio.  
2151Nordeste, João gentil, Rodrigo Maia ou Fernanda de Cássia? Norte Edialis, Silvia  
2152ou Itamar. Sudeste: João Ricardo, Vanessa ou Renan. Anamma: Fernanda Araújo,  
2153Renato. Governos Estaduais, GDF? Acre? Alagoas? Você é o...? Matheus.  
2154Amapá? Amazonas? Bahia? Ceará? Você é o Artur? Espírito Santo? Você é a  
2155Sueli? Goiás, Jaqueline está aí. Maranhão? Você é a Márcia? Bahia apareceu,

2156Maranhão apareceu, Mato Grosso? Você é Ana Luiza? Eliane? Perdão. Mato  
2157Grosso do Sul? Ricardo. Minas Gerais? Paraná? Paraíba? Pará? Pernambuco?  
2158Piauí? Você é o Luiz? Samuel. Rio? Rio Grande do Norte? Rondinele. Rio Grande  
2159do Sul, Maria Patrícia. Rondônia? Roraima? Santa Catarina? Sergipe? São Paulo?  
2160Você é a...? Caroline. Tocantins? Ricardo. Agência Nacional de Águas? Maurício.  
2161Presidência, Johanes, acabou de aparecer lá. Aeronáutica? Marinha? Eugênio.  
2162Exército? Geci. Você é a Maria Regina? Ibama? ICMBio? MAPA? Mazzaro estava  
2163aí de manhã, agora a tarde não. Cidades? MCTI? Roque? Comunicações?  
2164Cultura? Defesa? MDA? MDS? MDIC? MEC? Saúde? Esporte? Fazenda?  
2165Integração Nacional? Mônica ou Elaineva? Elaineva. Justiça? Meio Ambiente, está  
2166aqui a Zilda. Minas e Energia, Ceicilene está aí. Pesca? Planejamento?  
2167Fernanda? Verônica. Previdência? Itamaraty? Saúde, não tem ninguém.  
2168Trabalho? Grazielle? Transportes? Turismo? Viviane? Luciana. Ok. Seppir?  
2169Secretaria das Mulheres? Direitos Humanos? Portos? Marcelo. Micro e Pequena  
2170Empresa? Roseli. Aviação Civil? Comunicação Social? Secretaria Geral? SRI?  
2171Bom, nós temos um quórum verificado de 57. Então, nós temos quórum e vamos  
2172votar. Bom, nós temos duas Resoluções, a primeira... Pois não, desculpe, há um  
2173pedido de inversão de pauta. Esse pedido de que se trata? Pois não. Leônidas?  
2174Por favor.

2175

2176

2177**O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Boa tarde a todos. O  
2178Ministério Público Federal que tem uma condição muito sui generis aqui nesse  
2179Conselho, no qual é um Conselheiro, mas sem direito a voto. Então, como  
2180costumo dizer, é um pouco que não queima, mas o que o Ministério Público pode  
2181fazer? O Ministério Público pode dar a sua opinião sobre uma determinada causa,  
2182até mesmo levar essa causa à discussão do judiciário. Daí porque, em face do  
2183horário que eu tenho apertado porque também sou servidor, então tenho outras  
2184além dessas além dessa, não trabalho exclusivamente, eu estou pedindo, na  
2185verdade aqui, e gostaria de contar com o apoio dos colegas, a inversão de pauta  
2186para que a questão das tintas que está aí na Resolução 307, que é o processo 6.2  
2187da pauta, fosse apreciado previamente, ou melhor, fosse trocado, apreciado,  
2188portanto, primeiro, do que o processo 6.1, que também está na pauta de final  
21892011/68. Pelo Regimento eu entendi que não teria que sequer explicar, mas eu  
2190pediria a atenção e a aprovação dos senhores, e acho que é um devo fazê-lo  
2191porque eu acho que todo ato tem que ter a publicidade e tem que ter a justificativa,  
2192é porque amanhã eu tenho um compromisso de trabalho em São Paulo, atuo no  
2193Tribunal Regional Federal, e não poderei estar aqui amanhã ou adentrar até muito  
2194tarde. Eu pediria aí aos senhores num ato de coleguismo, e mais, de  
2195demonstração de maturidade, de interesse para que as coisas aqui do Conama  
2196sejam realmente discutidas e que os senhores apoiassem esse meu pedido.

2197

2198

2199**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos  
2200colocar em votação, os que concordam com o pedido de inversão de pauta, por  
2201favor, ergam seus crachás. Os que forem contrários, por favor, ergam seus

2202crachás. 3. Então vamos começar pelo 6.2. Eu pediria para o que proponente, a  
2203CNI, faça um breve relato do... vai ser Wanderley? Um relato do assunto e que  
2204depois nós vamos acatar uma manifestação favorável e uma contrária antes da  
2205votarmos.

2206

2207

2208**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA BATISTA (CNI)** – Boa tarde a todos.  
2209Senhor Secretário. Colegas do Conama, nós vamos fazer uma breve  
2210apresentação de todo o estudo que foi elaborado pela Abrafati, para contextualizar  
2211a importância da alteração que a CNI está propondo à Resolução 307 para que os  
2212senhores entendam exatamente o pleito que é um pleito eminentemente técnico.  
2213Eu vou passar a palavra aqui ao Presidente da Abrafati que é a Associação  
2214Brasileira de Fabricantes de Tintas, senhor Dilson e a técnica que vai  
2215complementar uma pequena apresentação, sabe Secretário, porque nós  
2216precisamos contextualizar o pleito. Por favor.

2217

2218

2219**O SR. DILSON FERRIERA (Abrafati)** – Senhor Presidente da mesa, senhora  
2220Secretária, senhores e senhoras, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui e  
2221de apresentar, discutir um assunto de extrema importância ao setor de tintas. Meu  
2222nome é Dilson Ferreira, eu sou presidente executivo da Abrafati, Abrafati é a  
2223Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas. Nós temos uma atuação  
2224nacional, cuidamos da cadeia produtiva das tintas como todos, temos entre os  
2225nossos associados fabricantes de grande, médio e pequeno porte, empresas  
2226nacionais e multinacionais, e também temos entre os nossos associados os  
2227fornecedores, uma significativa parcela dos fornecedores da indústria de tintas. O  
2228objetivo da Abrafati, uma associação que tem 30 anos de idade, é promover o  
2229desenvolvimento setorial sustentável, o desenvolvimento não é apenas do  
2230crescimento, mas é o crescimento com qualidade, crescimento atendendo às  
2231necessidades da cadeia produtiva, um crescimento pensando na satisfação,  
2232mantendo a satisfação do consumidor final sempre presente. Nós defendemos a  
2233leal concorrência, e adotamos no setor de tintas, entre os nossos associados as  
2234melhores práticas de sustentabilidade e de qualidade. Para compartilhar com os  
2235senhores um pouquinho a dimensão do que nós estamos falando o setor de tintas  
2236é o quinto maior mercado de tintas do mundo, as tintas imobiliárias representam  
223775% do volume das tintas todas produzidas e vendidas, e as tintas imobiliárias têm  
2238um mercado de um bilhão e cem milhões de litros de tintas. O gráfico de pizza nos  
2239mostra das tintas de imobiliárias, no azul as que são as tintas à base d'água e no  
2240laranja as tintas base solvente. E são uma dinâmica que tem mudado, o mercado  
2241tem absorvido muito rapidamente a mudança de tintas base solvente para tintas à  
2242base d'água. Os estudos que nós vamos mostrar aqui com relação às embalagens  
2243de tintas foram feitas com pesquisas tanto para tintas imobiliárias base d'água,  
2244como para as tintas imobiliárias base solvente. Portanto, o mesmo resultado de  
2245serem resíduos não inertes e não perigosos classe B, como minha colega vai  
2246mostrar com mais detalhe em seguida. Queria também compartilhar que a Abrafati  
2247administra um dos programas setoriais da qualidade, do BBQPH, do Ministério das

2248Cidades. O Ministério das Cidades tem 26 programas setoriais de qualidade, tintas  
2249imobiliárias é um deles, e há 12 anos que nós promovemos a qualidade das tintas  
2250imobiliárias através da observação e normas da ABNT, e monitoramos isso no  
2251mercado ao longo desse tempo todo. E isso nos dá um embasamento muito forte  
2252para falarmos da abrangência dos estudos, abrangência das pesquisas que  
2253fizemos para propormos essa classificação das embalagens de tintas. Para  
2254compartilhar também com os senhores, essas são 29 empresas fabricantes de  
2255tintas que participam e que ao participar do programa do BBQPH estão  
2256comprometidas, e estão sendo verificadas como tintas que estão dentro das  
2257normas, são conformes com as normas existentes, essas 29 empresas  
2258representam em torno de 87,5% do mercado. Mas além de fazermos as  
2259pesquisas, além de termos ido buscar as amostras para os estudos que nos  
2260levaram às conclusões a respeito das embalagens de tinta, nós também  
2261monitoramos um número adicional de empresas que não participam do programa,  
2262mas que nós monitoramos para saber como anda a qualidade do mercado como  
2263um todo. São 37 empresas adicionais, num total de 66 empresas e 493 marcas  
2264diferentes de tinta, ou seja, nós monitoramos 95% do mercado de tintas  
2265imobiliárias do Brasil, isso nos propiciou essa oportunidade de termos uma  
2266pesquisa, um estudo e uma conclusão tão firme a respeito das embalagens de  
2267tintas. Eu vou pedir para a Gisele continuar, entrar um pouco no detalhe nos  
2268estudos que foram feitos.

2269

2270

2271**A SR<sup>a</sup>. GISELE BONFIM (Abrafati)** – Boa tarde a todos. Gisele Bonfim, Gerente  
2272Técnica da Abrafati. Estou aqui então para apresentar os estudos tecnicamente  
2273sobre a reclassificação das embalagens de tintas. A Abrafati tem se preocupado  
2274há bastante tempo com as embalagens, em 1999 nós fizemos um trabalho de  
2275diagnóstico dessas embalagens pós-consumo na região do grande ABC e Baixada  
2276Santista. Em 2004 nós fizemos esse ensaio de classificação das embalagens de  
2277acordo com a 10.004, e o escopo pequeno, só na cidade de São Paulo tivemos o  
2278resultado de não perigoso e não inerte. Em 2007 refizemos esse trabalho com a  
2279assessoria da Cetesb, o escopo foi muito maior, tivemos mais de 30 obras  
2280envolvidas, indicadas pelo Sinduscom e novamente nós fizemos os ensaios para  
2281tintas, embalagens de tintas pós-consumo base água, embalagens de tintas pós-  
2282consumo, base solvente, as duas misturadas e tivemos os resultados de não  
2283perigoso e não inerte. 2010, já às portas da Política Nacional de Resíduos Sólidos,  
2284nós fizemos um projeto em Ribeirão Preto, chamado Prolata onde nós simulamos  
2285uma entrega de embalagens voluntárias dentro de uma revenda. Em 2011 junto  
2286com a Secretaria do Paraná, Secretaria de Meio Ambiente do Paraná, no grupo 22  
2287+ 1, fizemos o diagnóstico novamente em três cidades, e diagnosticamos que as  
2288embalagens de tintas não estão nas ruas, não estão nos aterros sanitários, elas  
2289chegam às siderurgias. Em 2012 e 2013, já no processo aqui no Conama  
2290realizamos o terceiro estudo de classificação das embalagens que eu vou detalhar  
2291mais à frente. 2014, complementamos esse estudo de acordo com a solicitação do  
2292Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. E, além disso, em 2014 nós também  
2293acrescentamos, incluímos no PSQ alguns ensaios de verificação de

2294sustentabilidade, inclusive, o controle da lei 11.752. O estudo técnico que eu vou  
2295apresentar aqui para vocês, que foi realizado, ele tem o objetivo de classificar as  
2296embalagens de tintas imobiliárias pós-consumo como resíduo não perigoso, e não  
2297inerte. Por que eu vou detalhar esse estudo? Nós gostaríamos que houvesse uma  
2298uniformidade de informações e conhecimento entre os senhores. Levando em  
2299consideração um termo de referência com os técnicos do Ministério do Meio  
2300Ambiente e do Ibama, foi desenvolvido por uma empresa especialista em soluções  
2301ambientais e resíduos, os laboratórios utilizados são acreditados pelo Inmetro, os  
2302ensaios desses laboratórios são acreditados pelo Inmetro também. Todos  
2303seguindo as normas NBR, ABNT/NBR. Então, a metodologia bem rapidamente,  
2304usando não ABNT/NBR da série 10.000, 10.004, 5, 6, e 7, o plano de amostragem  
2305para classificação de acordo com a 2004 foi feito um escopo metodológico de  
2306acordo com a NBR 10.007. Como foi realizada essa amostragem? Os senhores  
2307viram o Doutor Dilson apresentando o mapa do Brasil e todas as empresas que  
2308são verificadas pelo PSQ, essas 66 empresas que estão distribuídas nos Estados,  
2309como foi apresentado com quase 500 marcas, essas embalagens dessas  
2310empresas que foram avaliadas pelo Programa Setorial é que serviram de amostra  
2311para o nosso estudo. Nessas amostras estavam tintas base água, tintas base  
2312solvente, dentro dessas tintas base água são os látex, massas niveladoras. Então,  
2313tem o segundo grupo ali, tinta látex base água e massas niveladoras, que vieram  
2314do programa setorial da qualidade. Nós temos no terceiro grupo as tintas  
2315imobiliárias base solvente e vernizes que também vieram do setorial da qualidade.  
2316E por último, nós fomos, essas amostras foram retiradas dos pontos onde essas  
2317embalagens são deixadas, que seriam as áreas de transbordo e triagem, os  
2318pontos de entrega voluntária, cooperativas e algumas foram adquiridas em  
2319revendas. Temos o primeiro grupo ainda que nós tivemos embalagens sem  
2320utilização. Então, as maiores empresas de embalagens a Prada e a Brasilatas  
2321forneceram as embalagens sem uso. Então, nós tínhamos as embalagens sem  
2322uso, com litografia e sem litografia, com verniz interno e sem verniz interno.  
2323Reforçando, o ensaio, o estudo, a pesquisa foi feita com as tintas base e água,  
2324separado base solvente, e uma mistura das duas. Seguindo aqui agora as normas  
2325da série 10.000, foram preparadas, tiveram segregação e separação das  
2326embalagens para formar as amostras que chamaram de compostas, essas  
2327amostras foram separadas em grupos que nós vimos lá atrás, o azul então ali são  
2328as embalagens sem utilização. E as outras embalagens de acordo com base  
2329água, base solvente e a mistura das duas. Então, foram agrupadas dessa  
2330maneira. Também seguindo a norma houve uma raspagem do filme seco dessas  
2331embalagens de tintas, esses filmes foram separados para depois voltarem à  
2332terceira etapa, por que esses filmes foram separados? Porque a próxima etapa  
2333que é a granulométrica nós podíamos ter perda de massa, podíamos ter perdas  
2334desse filme e para que isso não acontecesse foram separadas e depois que houve  
2335a trituração, a redução granulométrica elas foram adicionadas a essa parte  
2336granulométrica das latas já cortadas. Bom, com isso fizemos a junção de todos os  
2337fragmentos e do filme seco para que nós tivéssemos amostras homogêneas. E de  
2338acordo com a Norma 10.007, então, foi feito a amostragem que chamamos de  
2339monte de pilhas, retiradas as amostras do topo, do meio e da base, para que

2340tivéssemos uma representatividade dessas amostragens. Reforçando, usamos as  
2341normas ABNT/NBR da série 10.000. O laboratório que foi realizado os ensaios é  
2342acreditado pelo site do Inmetro. Todos os ensaios realizados são acreditados pelo  
2343Inmetro nesse laboratório, e nós queremos reforçar aqui que desde lá 2004, 2007,  
2344agora 2015, 2014, fazendo os ensaios de classificação do resíduo, dos resíduos,  
2345nós temos que as embalagens de tintas pós-consumo base água, base solvente e  
2346todas juntas é um resíduo não perigoso e não inerte. Bom, vou falar um pouco da  
2347Política Nacional de Resíduos Sólidos, essa classificação tem tudo a ver para nós  
2348com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é essencial para que nós possamos  
2349atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Primeiro porque o aço tem  
2350grande importância, a sucata de aço tem grande importância na reciclagem do  
2351aço. Hoje para ter uma tonelada de aço, se eu partir do minério eu tenho que  
2352utilizar 1,5 tonelada de minério de ferro, calcário, cal e ainda tenho que levar em  
2353consideração as emissões atmosféricas e a poluição da água. Se eu tiver uma  
2354tonelada de aço sucata, eu tenho, eu produzo uma tonelada de aço novo, sem  
2355contar o estímulo ao trabalho e a geração de renda que nós temos. É um processo  
2356muito sustentável, o processo ele é ambientalmente, economicamente viável. Aço  
2357vira aço infinitamente. Continuando então com a Política Nacional de Resíduos  
2358Sólidos o setor de tintas está em duas propostas de acordo setorial, o grupo da  
2359coalizão empresarial e também do Prolata que é o setor só de aço junto com a  
2360AB-Aço. A Abrafati ela vai potencializar, tem uma campanha, a cadeia educativa  
2361de sustentabilidade, consumidor e pintor se solidarizando com o catador. Hoje nós  
2362temos o consumidor, nós temos o Programa Setorial da Qualidade, como o Doutor  
2363Dilson disse, que tem ligação direta com o consumidor, temos também o  
2364Programa Pintor Profissional da Abrafati que tem essa ligação direta também com  
2365o pintor. Então, a Abrafati vai potencializar essa cadeia de informações para que  
2366esses usuários das tintas preparem essas embalagens da melhor maneira  
2367possível, para que oficialmente, formalmente os catadores possam ser  
2368protagonistas nesse processo de reciclagem das embalagens de tintas. A  
2369proposta de redação que foi aprovada na Conjur, que é o próximo, na classe B  
2370são os resíduos recicláveis para outras destinações tais como plásticos, papelão,  
2371metais, madeiras, e embalagens de tintas imobiliárias e gesso. Nós sabemos que  
2372existem outras propostas de redação que serão... Algumas emendas que serão  
2373apresentadas aqui. E o recado final então é o quanto é importante para o setor de  
2374tintas, para a cadeia produtiva como um todo e para a reciclagem essa  
2375identificação, essa especificação das embalagens como não perigoso e não inerte.  
2376Obrigada.

2377

2378

2379**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.  
2380Nós vamos acolher uma manifestação a favor da proposta e uma contrária.

2381

2382

2383**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Secretário, só um minutinho,  
2384só para fechar a apresentação, fizemos uma apresentação técnica demonstrando  
2385o pleito técnico e queremos enfatizar um aspecto muito importante que está por

2386trás do pleito técnico que é um pleito social. Na verdade o que nós temos hoje é  
2387uma coleta informal nas embalagens de tintas que vai para o mercado da  
2388reciclagem, que é feito pelos catadores. Hoje pela Resolução como está, sendo a  
2389embalagem um resíduo perigoso, eu teria que ao formalizar instituir um sistema de  
2390logística reversa semelhante ao que temos hoje para as embalagens de  
2391agrotóxicos. Eu poderia nesse momento estar alijando os catadores que hoje  
2392fazem esse trabalho do processo, porque seria necessário a contratação de  
2393empresa especializada para fazer isso. Esse é um ponto muito importante que  
2394queríamos enfatizar porque sem essa alteração, e sabemos todos que a logística  
2395reversa é irreversível, a indústria vai ter que em determinado momento  
2396implementar um sistema de logística reversa organizado. Isso está em discussão  
2397aqui no Ministério através das propostas de acordo setorial, de embalagem geral e  
2398chamando a atenção também que 85% das embalagens geradas de tintas  
2399imobiliárias são descartadas no lixo doméstico. Então, somente 15% que vai para  
2400as empresas especializadas da construção civil. Então, essa é a motivação  
2401principal. Nós temos também que enfatizar isso, eu queria deixar claro aos  
2402senhores conselheiros a importância social dessa modificação. Obrigado.

2403

2404

2405**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Quem vai  
2406falar contrário? Pois não, Leônidas.

2407

2408

2409**O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Já informo à mesa também  
2410que depois nas explicações técnicas, quanto à metodologia utilizada na pesquisa,  
2411o Ministério Público vai indicar nesse momento, nesse ato a senhora Zuleica, que,  
2412inclusive é bom participar porque é quem fez a representação ao Ministério  
2413Público. Muito bem. O Ministério Público Federal e ofício encaminhado à senhora  
2414Ministra do Meio Ambiente, presidente desse Conselho, em face da apresentação,  
2415de representação por uma ONG Ambiental apontou a necessidade de suspensão  
2416do trâmite do processo que nós estamos analisando agora, em razão de  
2417irregularidades formais e materiais que poderão conduzir a nulidade do processo  
2418caso a proposta de revisão da Resolução 307 seja aprovada. Muito bem. Sob o  
2419ponto de vista formal foi registrado que a proponente da revisão foi dispensada de  
2420apresentar estudos sobre impactos e consequências esperadas em setores que  
2421serão afetados. Pela aprovação dessa revisão. Isso está previsto, esse  
2422regramento está previsto no art. 12 e lá nos seus incisos desse Regimento atual.  
2423Pois bem, consignou-se outrossim, as ONGs de defesa do meio ambiente,  
2424representadas na Câmara de Gestão de Resíduos, considerando a complexidade  
2425do assunto, e os senhores já puderam ver por essa apresentação que o assunto é  
2426extremamente complexo, disso não podemos fugir. Então, entendeu-se que era  
2427necessário um aprofundamento técnico-científico dos debates, e apresentaram um  
2428requerimento para criação de um grupo de trabalho. Como é autorizado no art. 30,  
2429do nosso Regimento. O Regimento Interno do Conama. No entanto, o requerido  
2430não foi devidamente apreciado ou levado à discussão no âmbito da Câmara  
2431Técnica. Pois bem, sobre a dispensa depois disso analisei a representação e

2432enviei dizendo: “tome-se cuidado com isso”. É mais ou menos que o Ministério  
2433Público faz, a 4ª Câmara Federal do Ministério Público, e cria do Meio Ambiente,  
2434fez a mesma recomendação de possíveis falhas nesse processo que tem que ser  
2435corrigido, para quê? Para que depois não se vá buscar no Judiciário a anulação.  
2436Para o quê o também eu fiz essa minha apresentação? Para preservar sempre  
2437esse Conama, porque é muito importante um órgão que tenha participação  
2438popular. É muito importante um órgão que ouça a sociedade. Então, o Conama  
2439tem muita importância nisso, mas tem que ser preservado ou até corrigido, e é  
2440melhor que se corrija internamente do que externamente. Ao meu ver. Sobre a  
2441dispensa da apresentação, então, estou votando, uma das possíveis  
2442irregularidades é uma irregularidade meramente processual, aplicou-se, eu recebi  
2443e está nos autos uma análise da Advocacia da União, essa análise é correta sobre  
2444o visto meramente processual, não está incorreto não, quando se entregou na  
2445verdade o requerimento, estava sob a égide do anterior Regimento que não exigia  
2446alguns documentos, como eu vou dizer. Muito bem, Na visão da requerente, o que  
2447ocorre? Não era um ato único o recebimento, esse ato se estendeu, com o qual eu  
2448não concordei nessa visão. Muito bem. Então realmente não se exigia a  
2449apresentação do estudo inicial. Resolvida essa parte e nada obstante, mesmo que  
2450não se tenha ocorrido ou apontado vício formal, porque isso é um vício formal, um  
2451vício processual, o que se reconhece é imperioso considerar que a exigência  
2452incluída no atual Regimento, que por evidente só podemos entender que o  
2453Regimento veio para aprimorar o anterior, encerra em si um conteúdo material  
2454relevante, qual seja com efeito o debate e aprovação de qualquer proposta de  
2455Resolução deve ser considerado os impactos a serem causados pela nova  
2456regulamentação, e quais os setores da sociedade serão afetados. Estou dizendo o  
2457seguinte, o novo Regimento veio da regra, veio para dizer: isso aqui é importante.  
2458Se não foi importante no recebimento, e essa é uma questão meramente formal,  
2459era importante sim na condução dos trabalhos, era importante sim para  
2460adentrarmos a necessidade ou não, para sabermos se esses resíduos que aqui  
2461nós já consideramos perigosos, deixaram de ser. Então, isso é extremamente  
2462perigoso, há na verdade um vício nessa questão. É necessário lembrar nesse  
2463ponto e aí eu faço um paralelo para os senhores talvez melhor compreenderem,  
2464me perdoem, aqueles que são da área jurídica sabem disso, mas assim como eu  
2465aprendo aqui, talvez eu possa humildemente lhes ensinar alguma coisa. É  
2466necessário lembrar nesse ponto que no processo legislativo que é a natureza do  
2467processo administrativos em questão, como esse que nós estamos fazendo aqui,  
2468não tem lide, lide é uma pretensão resistida, lá não tem lide, aqui não poderia ter  
2469lide, todos nós, os senhores representantes de empresa, os senhores  
2470representantes da sociedade civil, os senhores representantes da saúde,  
2471trabalhadores, deveríamos caminhar para um mesmo sentido. Qual seja  
2472extrairmos das propostas as decisões mais equilibradas que nos tragam um meio  
2473ambiente equilibrado, meio ambiente equilibrado não quer dizer sem avanço, não,  
2474quer dizer que essas questões têm que ser bastante bem analisadas para que nós  
2475consigamos, é da nossa discussão que nós vamos conseguir tirar essa questão  
2476que a lei nos manda, um meio ambiente equilibrado. Muito bem. Então, nesse  
2477processo que do legislativo, ou mesmo judiciário, nós temos aí uma questão que

2478 nós chamamos de uma proteção, na verdade, objetiva, de um estudo objetivo.  
2479 Esse estudo objetivo significa o quê? Na feitura da lei, nós sabemos que o  
2480 Congresso tem que ouvir as partes, tem que apresentar laudos, pode ter a  
2481 audiência pública, em síntese, tem que ouvir experts, tem que se aprofundar para  
2482 tirar melhor decisão, e é isso que estamos também dizendo que houve falhas e  
2483 que isso deve ser feito nesse processo. Pois é, eu vou adiantar, mas o senhor deu  
2484 mais do que... Deus vinte e poucos minutos lá. Eu peço, um minutinho.

2485

2486

2487 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu entendi  
2488 que o senhor vinha fazer um esclarecimento, que a Zuleica ia falar.

2489

2490

2491 **O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Não. Ela vai falar na parte  
2492 técnica. Tal qual foi feito aqui. Um aparte técnico especial que ela conhece, que  
2493 ela é expert e que os conselheiros precisam saber para poderem votar.

2494

2495

2496 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Leônidas,  
2497 eu te peço para objetivar, por favor.

2498

2499

2500 **O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Mas eu peço ao senhor a  
2501 mesma benevolência que o senhor deu...

2502

2503

2504 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu não  
2505 tenho benevolência, eu tenho a minha condução dos trabalhos aqui. Acho muito  
2506 estranho o senhor falar de benevolência, nós acabamos de inverter a pauta para  
2507 atender uma necessidade profissional do senhor, nós estamos sendo  
2508 benevolentes com o senhor, com o qual compartilho a todo Plenário. Por favor...

2509

2510

2511 (*Palmas!*)

2512

2513

2514 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós  
2515 estamos buscando trabalhar objetivamente aqui. Nós temos um requerimento e  
2516 nós temos uma votação por indivíduo, por favor.

2517

2518

2519 **O SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Então, que o senhor se  
2520 paute na mesma benevolência...

2521

2522

2523 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Doutor  
2524 Leônidas, respeite a condução dos trabalhos, nós temos a votação individualizada  
2525 pela frente. Então peço para objetivar.

2526

2527

2528 **SR. JOSÉ LEÔNIDAS BELLÉM DE LIMA (MPF)** – Nesse passo e retomando  
2529 ao ponto de partida, essas informações acerca dos impactos e consequências  
2530 esperadas com a aprovação da proposta forem consideradas tão relevantes no  
2531 Regimento, deveria ter sido aplicado. Do ponto de vista material, como se  
2532 destacou o ofício encaminhado à Ministra, o que revela notar é que o nosso  
2533 sistema jurídico, constitucional, isso é importante que os conselheiros tenham  
2534 mente, quem vem na verdade manifestar isso em matéria ambiental não admite  
2535 retrocesso. Pois bem, nesse contexto a Resolução 307 ao classificar os resíduos  
2536 de tintas imobiliárias e outros materiais como perigosos é uma norma de proteção  
2537 ao meio ambiente e à saúde pública, assim a reclassificação, a sua reclassificação  
2538 ao meio da revisão, significaria retrocesso. Desde que se não houver, então nós  
2539 estamos entendendo, que se for bem provado efetivamente, bem discutido,  
2540 permitido contra laudo, não é verdade? E provado que o bem, que o resíduo não é  
2541 nocivo, não haveria problema nenhum. Então nós dizemos aqui, significa  
2542 retrocesso se não houver cabal e científica prova de que as tintas e outros  
2543 produtos do gênero, hoje classificados como perigosos, deixaram de oferecer esse  
2544 perigo. Os laudos foram apresentados e não foi possível encontrar laudos, muito  
2545 bem, não foi dado esse tempo. O que acontece? Partiu-se de uma análise  
2546 laboratorial, e aí nesse ponto eu paro, porque a senhora Zuleica vai explicar o que  
2547 realmente ocorreu. Tenho que lembrar ainda que o Tratado e Convenção da  
2548 Basiléia, sobre controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e  
2549 de seus depósitos, que foi adotada no nosso ordenamento através de um Decreto,  
2550 classifica como perigosos os resíduos oriundos da produção, formulação e  
2551 utilização de tintas, e lá estão ainda dizendo que é perigoso. Aqui nós já  
2552 descobrimos uma forma de que não é mais. Precisamos aferir isso, senhores, é  
2553 isso que estou dizendo aos senhores, não precisamos na verdade rejeitar, tanto  
2554 que o Ministério Público colocou para a Ministra que deveria voltar para corrigir  
2555 esses erros, e não disse em nenhum momento, não reclassifique, a  
2556 recomendação da 4ª Câmara que foi para a Ministra foi nesse sentido. Pois bem.  
2557 Interessante notar aqui o aspecto, nós não estamos mais ou diminuimos ou não  
2558 estamos mais produzindo tinta com chumbo, mas há outros elementos químicos  
2559 perigosos compostos nas tintas. O acrilato de butila que inclusive são tóxicos, e  
2560 está na ficha. Que ficha é essa? Na ficha de informação de segurança dos  
2561 produtos químicos, se os senhores acessarem na verdade a página, verificarão lá  
2562 que cada uma delas dá a esses produtos, assim como suas embalagens, como  
2563 produtos perigosos. Então, essa própria informação, não é verdade? desconstitui  
2564 o que aqui foi dito, que não é perigoso, não sabemos, temos que aprofundar  
2565 porque é uma dúvida até entre eles. Assim, admitir a proposta fundada em um  
2566 estudo produzido exclusivamente pelo interessado, e aí esse ponto que eu queria  
2567 chamar a atenção, produzido exclusivamente pelo interessado, sem um amplo  
2568 debate técnico-científico cria um perigoso precedente para esse órgão,

2569perigosíssimo que é a desregulamentação e o retrocesso em matéria de direitos  
2570fundamentais a um meio ambiente equilibrado. Muito bem. Se assim não fosse, eu  
2571digo aqui como exemplo e vou encerrar, até porque a questão é complexa, a  
2572questão tem que ser resolvida efetivamente em termos técnicos que até agora não  
2573foi. Pois bem, digo assim, qual é o precedente perigoso? Pois bastará que  
2574qualquer setor interessado e eu chamo a atenção dos senhores, representantes  
2575de governo, ONG, quaisquer setores interessados, sem a metodologia adequada,  
2576porque essa metodologia foi aqui questionada atestando a ausência de  
2577periculosidade de seus produtos para que reclassifique o resíduo permitindo a sua  
2578livre disposição. Tem mais senhores que nós poderíamos falar, mas eu vou  
2579atender e agradecer a sua benevolência tal qual foi dada, que eu acho que é  
2580princípio da equidade, e vou passar então, a palavra à Zuleica que discutirá ou  
2581apontará quais foram os erros técnicos. Para terminar só estou senhores alertando  
2582e conclamando os ilustres representantes a não acolherem a revisão da  
2583Resolução 307. Apresentada pela Abrafati, sem que antes seja realmente  
2584discutida a questão. Pensem os senhores, essa lata de tinta na verdade, muitos  
2585de nós ao pintarmos nossas residências ela ficará, não tiverem essa preocupação,  
2586não fico com a tinta, pensem, na verdade, que outro ser humano tem, pensem na  
2587verdade que os senhores estão aqui para tirar a melhor decisão equilibrada para o  
2588meio ambiente, meio ambiente ecologicamente equilibrado. É que nos manda lei.  
2589Essa é a fala.

2590

2591

2592**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (Apromac)** – Boa tarde. O que eu quero esclarecer aos  
2593senhores é o seguinte, para reclassificação de resíduo perigoso, segundo a NBR,  
2594com base na OIT 170, que cria as fichas de informação de segurança química dos  
2595produtos, que é um direito do trabalhador de saber quais os produtos químicos  
2596que ele está manuseando na fábrica, e a NBR diz o seguinte, quando o resíduo  
2597tem origem conhecida aplica-se o seguinte método, eu vou procurar no produto  
2598que deu origem àquele resíduo se existem substâncias químicas perigosas nele,  
2599se existe substâncias químicas perigosas, automaticamente o resíduo será  
2600classificado como perigoso. Quando o resíduo é desconhecido, vou dar um  
2601exemplo, eu encontrei tambores sem identificação na beira da estrada, contendo  
2602uma substância lá que eu não sei nem se é tóxica, se não é, borras oleosas  
2603misturadas com... Eu não sei o que é aquilo, aquilo é um resíduo desconhecido, aí  
2604eu vou aplicar essa metodologia que a Abrafati aplicou, aí eu vou para o  
2605laboratório, vou procurar um laboratório que tenha escopo acreditado para aquela,  
2606porque não basta ele ser acreditado no Inmetro, ele tem que ser acreditado no  
2607escopo daquele estudo. Aí eu vou saber se aquele resíduo é perigoso porque  
2608aqueles parâmetros da NBR são muito limitados, os que conhecem a NBR sabem  
2609que os parâmetros da NBR são muito limitados, por quê? Porque eles visam  
2610apenas caracterizar aquele resíduo desconhecido, nas suas características de  
2611informabilidade, reatividade, corrosividade, toxicidade. Eu só preciso saber disso  
2612para poder classificar aquele resíduo desconhecido, de origem desconhecida e  
2613enviar para um aterro, ou enviar para uma incineração, ou para um tratamento se  
2614possível. No caso das tintas produzidas por todas aquelas marcas que os

2615senhores viram ali na frente, multinacionais e nacionais, essas tintas têm origem  
2616conhecida, eu não preciso aplicar parâmetros tão limitados da NBR para descobrir  
2617se aquilo é inflamável, se é reativo, porque eu vou lá na origem, eu vejo a ficha de  
2618informação de segurança, ou se eu sou uma autoridade, se eu sou do Ibama, eu  
2619requisito que os fabricantes me informem o que eles estão utilizando desde que  
2620não seja sigilo industrial, logicamente. O que a Abrafati fez foi o seguir o caminho  
2621inverso, em vez de seguir o fluxo de buscar, apresentar quais são os produtos  
2622químicos perigosos que ela utiliza na fábrica e que ela é obrigada a informar o por  
2623meio dessa ficha, segundo a OIT, eles foram no caminho diferente, eles trataram o  
2624resíduo conhecido deles como se fosse desconhecido, aplicaram aqueles  
2625parâmetros que não dizem nada para nós, além das características, não diz o que  
2626tem dentro dessas tintas, e disseram que aquilo estava tudo abaixo dos  
2627parâmetros. Então, não era prossigo. E a forma como fizeram é muito estranha  
2628para o Conama aceitar porque numa discussão pública de uma coisa tão séria  
2629como é a flexibilização do resíduo perigoso para não perigoso, o mínimo que se  
2630deve exigir que as autoridades que estavam acompanhando aquele estudo, que  
2631levou 3 anos para ser feito, ele entrou em 2011 na Câmara Técnica, e só voltou  
2632em 2014, quer dizer, ficaram 3 anos fazendo um estudo com a metodologia  
2633completamente errada, e orientados pelos servidores públicos que em nenhum  
2634momento requisitaram um contra laudo do Inmetro, ou de qualquer órgão, da  
2635Fiocruz, as ONGs pediram a criação de um GT, não foi acatado o pedido de um  
2636GT. Eu era representante da Câmara Técnica, era conselheira na época, agora  
2637em 2014, nós solicitamos a criação de um GT, porque nós víamos que iríamos  
2638precisar chamar gente expert, precisaríamos chamar o pessoal da Fundacentro,  
2639do Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Fiocruz, Inmetro, e universidades  
2640para discutir, porque esse estudo que foi feito, infelizmente, foi só gasto de  
2641dinheiro para trazer aqui a falsa impressão de que esses resíduos não são  
2642perigosos, usando parâmetros limitados da NBR que não servem para esse tipo  
2643de estudo, e ainda por cima o Governo, o responsável pela orientação desses  
2644estudos que são Ibama e MMA, não requisitaram contra laudos. Nós estamos lá  
2645na Comissão Nacional de Segurança Química fazendo um acordo com ao Inmetro  
2646para discutir qual vai ser a metodologia para chumbo nas tintas, porque o Brasil  
2647ainda não... Então, se é possível lá na Cnasc, num outro departamento do MMA  
2648fazer um convênio com o Inmetro, por que aqui não seria? Por que o GT não pôde  
2649ser criado? Por que essa matéria teve que ser aprovada numa única reunião sem  
2650nenhum esclarecimento técnico? Perguntamos como que vocês vão tirar as tintas  
2651de dentro das latas para entregarem para os catadores de materiais recicláveis?  
2652Não me responderam. São N perguntas que têm que ser colocadas aqui porque  
2653uma coisa é eu pegar um resíduo que não é perigoso e transformar em perigoso  
2654numa lei, outra coisa é a fazer o fluxo contrário. A responsabilidade é gigantesca.  
2655Então, se eu não tenho contra laudo de um outro laboratório indicado pelo  
2656Inmetro, com uma metodologia inclusive aceita pelo Inmetro, com outros  
2657parâmetros muito maiores do que os parâmetros que estão na NBR, nós estamos  
2658sendo, nós estamos falsificando a informação. Essa informação não está validada.  
2659Então, os senhores vão votar aqui sabem saber exatamente, não sei se é uma  
2660votação política, para mim como ambientalista, eu defendo a saúde dos catadores,

2661eu estou tão preocupada com os catadores quanto eles, eu quero que os  
2662catadores sejam inseridos na cadeia, incluídos como trabalhadores, e não sendo  
2663usados para liberar a indústria da obrigação de custear a logística reversa.  
2664Obrigada.

2665

2666

2667**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom, em  
2668função da solicitação da votação ser nominal, nós temos cinco votações em  
2669relação a esse assunto. Primeiro se aprovamos ou não, no conjunto, o texto base,  
2670depois temos 4 votações, 3 propostas da Mira Serra, e Guaicuy, e uma proposta  
2671do Ministério da Saúde. A primeira votação é se nós aprovamos ou não o texto  
2672base. Eu pediria para aqueles que forem contrários, por favor, levantarem seus  
2673crachás e se identificarem nome nominalmente. Um momentinho só. O que nós  
2674temos agora é a proposta de revisão, então, é o texto que vocês receberam, e nós  
2675depois vamos votar as ementas uma por uma.

2676

2677

2678**A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA)** – Esse,  
2679Zuleica, um esclarecimento, esse é o texto base originado da CTAJ, é essa a  
2680votação no momento, depois existem emendas feitas tanto pela Mira-Serra quanto  
2681pelo MMA e Ministério da Saúde. A primeira votação é texto base versus rejeição  
2682da matéria.

2683

2684

2685**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Os que  
2686votam pela rejeição da matéria, por favor, ergam seus crachás: Lisiane, Marcelo,  
2687espera um pouquinho, gente. Lisiane Marcelo, Francisco, Sérgio, Ailton, Ronaldo,  
2688Karen, Bruno, Letícia, Tadeu, Nazareno, Joaquim, Luciana, Fábio, Fernando,  
2689Mateus. Rondinele, Simone. Faltou alguém? 18. Aqueles que são a favor da  
2690votação do texto base, por favor, ergam seus crachás: Wanderley, Paulo Amaral,  
2691Maria Lúcia, Sueli e Roseli, Jaqueline, Márcia, Ailson, André, Eduardo, Francisco,  
2692Ceicilene, Samuel, Verônica, Elianeiva e Samuel, Maurício, Beatriz, Elisa, Zilda,  
2693Mário, Patrícia, Márcio, Damire, Clarisse Marcelo, Artur, Paulo, Eugênio, Caroline,  
2694Ricardo, João, Maria Regina, Mazzaro, Palmino, Ricardo, Evandro, Ana Paula,  
2695Roberto, João, Alexandre, Maria Patrícia, Roque, Flávia, Johanes e Paulo Martine.  
269644. Abstenções? Marcílio, Eliane. 3 abstenções. Então, está aprovado o texto  
2697base. Vamos para as emendas. Nós vamos votar primeiro a emenda proposta  
2698pelo Ministério da Saúde, que conta com o endosso do Ministério do Meio  
2699Ambiente, tópico 2, classe B: são os resíduos recicláveis para outras destinações  
2700tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, materiais, embalagens vazias  
2701de tintas imobiliárias e gesso. O Ministério da Saúde, o Leopoldo chegou. As  
2702emendas eu vou ler, pode deixar que eu vou ler, vamos objetivar. Primeiro, no  
2703âmbito dessa resolução, consideram-se embalagens vazias de tintas imobiliárias  
2704aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento  
2705interno sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. Segundo: as embalagens de  
2706tintas usadas da construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa,

2707conforme requisitos da lei número 12350/2010, que contempla a destinação  
2708ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens.  
2709Então, essa é a proposta apresentada pelo Ministério da Saúde com o apoio do  
2710Ministério do Meio Ambiente. Aqueles que estiverem de acordo, por favor. Perdão,  
2711aqueles que forem contrários, por favor, em ergam seus crachás? Aqueles que  
2712forem se abster, por favor, ergam seus crachás. Desculpe. Só a Lisiane? Estou  
2713começando pelo contrário porque fica mais fácil. Vou repetir, os que forem  
2714contrários à emenda proposta pelo Ministério da Saúde, por favor, ergam seus  
2715crachás. Linguagem de sinais aqui não, gente, se tiver alguma dúvida, por favor,  
2716levante e fala. Fale Lisiane. Gente, há alguma dúvida em relação à emenda? Qual  
2717é a dúvida?

2718

2719

2720(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

2721

2722

2723**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –**  
2724Perfeitamente, obrigado. Então, feito esse ajuste, aqueles que forem a favor da  
2725emenda proposta pelo Ministério da Saúde e do Ministério do Meio Ambiente, por  
2726favor, ergam seus crachás. Vamos lá. Wanderley, Sérgio, Ailton, Ronaldo, Tadeu,  
2727Bruno, Karen, Leticia, Paulo Amaral, Nazareno, Maria Lúcia, Jaqueline, Márcia,  
2728Ailson, Roseli, e Sueli, Elianeiva, Eduardo, André, Francisco, Antônio Leopoldo,  
2729Samuel, Verônica, Luciana, Marcelo, Francisco Soares, Zilda, Beatriz, Mário,  
2730Elisa, Patrícia, Damine, Márcio, Marcelo, Caroline, Marcelo, Artur, Paulo, Eugênio,  
2731Ricardo, João, Caron, Fábio, Fernando, Maria Regina, Paulino, Ricardo Araújo,  
2732João Vieira, Evandro, Ana Paula, Roberto, João, Alexandre, Maria Patrícia,  
2733Mazzaro, Simone, Flávia, Rondinele, Mateus, Roque, Paulo Roberto e Johanes.  
2734Deu 22. Abstenções? Ivan, Joaquim Elaine, Monsã. 4. Contrários? Então, são 4  
2735contrários e 62 a favor. Nós temos agora 3 emendas, antes Lisiane, sua questão  
2736de ordem.

2737

2738

2739**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra) –** Uma questão de ordem, estou bastante  
2740surpresa que uma proposta do Ministério da Saúde tenha antecedido sem constar  
2741no que foi enviado anteriormente enquanto que da Mira Serra e Guaicuy já tinha  
2742uma proposta para ser enviada, que coloca basicamente a manutenção como  
2743resíduo classe D, porque nada impede que um produto considerado perigoso seja  
2744reciclado, a Resolução atual não diz, pelo contrário, diz que resíduos perigosos  
2745podem ser e aqui a embalagem de tintas não é só tintas, são solventes, como  
2746querosene, tudo está incluído como tinta. Então, na verdade, eu estou dizendo  
2747assim, é a mesma coisa de pegar um elevador e chamar ele de mesa, pode  
2748chamar do que quiser, ele continua mantendo a função de elevador. Então, estou  
2749bastante surpresa que tenha sido colocada em votação uma proposta, fui pega de  
2750surpresa porque eu estou esperando quer seja votado primeiro o que os  
2751pareceristas escreveram, nós tivemos uma reunião que foi paga pelo poder  
2752público para virmos aqui discutirmos, apresentarmos as propostas, foi colocado e

2753disponibilizado em tempo hábil na internet, e agora uma proposta em cima da hora  
2754é colocada antes da nossa.

2755

2756

2757**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Você tem  
2758razão, Lisiane, eu acho que devíamos ter seguido a outra ordem, eu não estava  
2759atento para esse detalhe, eu peço desculpas, mas de qualquer forma teria que ser  
2760votada de qualquer maneira e nós vamos votar as três propostas anteriormente  
2761apresentadas de discutidas.

2762

2763

2764**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Nós a priori podemos simplesmente dizer  
2765que é perigoso e não é perigoso.

2766

2767

2768**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos  
2769definir, vamos votar. Lembrando também aqui eu queria falar em nome da  
2770Secretaria do Conama, o Regimento permite o voto nominal, individualizado por  
2771pessoas, como apresentado e solicitado, mas é um processo que torna a  
2772discussão também bastante mais complicada. Vamos lá. São 3 emendas. A  
2773primeira proposta é a rejeição de alteração no inciso II. O Inciso II classe B são os  
2774resíduos recicláveis para outras destinações, tais como, plástico, papel, papelão,  
2775vidros, madeiras, embalagens, tintas imobiliárias, e gesso. Eu acho melhor votar  
2776de novo, se nós temos dúvida, vamos votar de novo, eu acho que está correta a  
2777preocupação dela, eu não atentei para esse detalhe, vamos votar especificamente  
2778se há rejeição à proposta pela Mira Serra e pela Guaicuy. Ok? Bom, aqueles que  
2779são a favor da rejeição do inciso II classe B, está ali no quadro. Aqueles que forem  
2780a favor da rejeição, por favor, ergam seus crachás. São três propostas, a primeira  
2781pela rejeição, a segunda pela inserção de um novo parágrafo e depois um outro  
2782artigo. Vocês receberam material, estão todos de posse do material aí? Eu estou  
2783desmembrando para facilitar vocês objetivarem cada ponto. A proposta da Mira  
2784Serra e Guaicuy, rejeição de alteração no Inciso. Aqueles que forem a favor da  
2785rejeição, por favor, ergam seus crachás.

2786

2787

2788**A SR<sup>a</sup> ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA)** – Então, nós  
2789estamos falando pela rejeição da alteração proposta nessa minuta do inciso II. É  
2790isso que está sendo colocada em votação agora.

2791

2792

2793**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Lisiane,  
2794Marcelo, Ailton, Karen, Francisco, Letícia, Ronaldo, Bruno, Nazareno, Sérgio,  
2795Fábio, Fernando. 12. Os que vão se abster? Monsã, Ivan, Caron, Maurício. 4. Os  
2796que são pela manutenção do inciso? Perdão. Manutenção da proposta.  
2797Wanderley, Paulo, Jaqueline, Ailson, Roseli, Sueli, Elianeiva, Eduardo, André,  
2798Francisco, Ceicilene, Samuel, Verônica, Roque, Paulo Roberto, Johaness, Manara,

2799Rondinele, Mateus, Maria Patrícia, Alexandre, Flávia, João Soares, Roberto,  
2800Paulino, Ricardo Ébole, João Vieira, Evandro, Ana Paula, Ricardo, João de Carli,  
2801Maria Regina, Marcelo Marcelino, Artur José, Paulo César, Eugênio, Márcio  
2802Freitas, Caroline, Mário, Elisa, Patrícia, Damire, Clarisse. Zilda, Maurício, Beatriz.  
280346 votaram não pela rejeição. 4 se abstiveram. 12 pela rejeição. Está mantido o  
2804inciso. Vamos agora à proposta de inserção feita pela Mira Serra e Guaicuy. Você  
2805quer falar a proposta de inserção Lisiane, por favor?

2806

2807

2808**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Bem na linha do que eu tinha falado  
2809anteriormente, a Resolução atual ela fala de classe B que são os resíduos  
2810perigosos, que podem ser recicláveis, não existe nada contra resíduos perigosos e  
2811com uma inserção de destinação ambiental final adequada, em consonância já  
2812com o que o Ministério da Saúde já teria colocado mais ou menos na primeira  
2813proposta. Nós não vemos por que flexibilizar uma Resolução que não está sendo  
2814aplicada no momento, que é a 307/2002, nós não estamos passando um cheque  
2815em branco porque não temos ainda consolidados nenhum acordo setorial, e vai  
2816acontecer o que nós já vimos hoje mesmo com a bem famosa prática da lavagem  
2817tríplice das embalagens de agrotóxicos e nós consideramos vendo pessoas  
2818lavando a embalagem tríplice no riacho mais próximo. Então, a nossa  
2819preocupação é que se tenha o acordo setorial consolidado, para então vermos se  
2820nós podemos fazer essa alteração. No momento nós não temos nenhum acordo  
2821setorial consolidado, não existe nenhuma garantia ao trabalhados desse resíduo,  
2822que ele vai estar protegido, nós nem o curso de capacitação para eles, e nós  
2823vamos ter aqueles resíduos de latas de tintas, que na minha casa, e na casa de  
2824você sobra um tantão assim na lada, e fica bem endurecida, que ali tem um  
2825resíduo perigoso, temos estudos que comprovam que existe substâncias tóxicas  
2826dentro, vai ser colocado no primeiro lugar que se encontrar, de uma lata de lixo vai  
2827para o aterro, tem fotos que colocamos no nosso parecer, fotos atuais, desse ano,  
2828de embalagens de restos de tintas resto, com resto de solventes colocados  
2829inadequadamente em locais impróprios. Então, a nossa intenção é manter ele  
2830como um alerta para a sociedade em geral, que ele é um produto perigoso, que  
2831ele pode ser reciclado sim, mas que nós precisamos de um acordo setorial forte,  
2832nós precisamos de capacitação, nós não podemos simplesmente dizer que é um  
2833produto não perigoso. Então, qualquer um pode largar onde quiser. Não vai ser o  
2834fato de nós colocarmos um nome bonito que vai deixar de torná-lo um produto  
2835perigoso em potencial.

2836

2837

2838**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado  
2839Lisiane. Pela rejeição da proposta, Leopoldo, do Ministério da Saúde.

2840

2841

2842**O SR. ANTONIO LEOPOLDO NOGUEIRA NETO (MS)** – A é só uma atenção à  
2843classe D, porque se abrimos o precedente nesse item, nós estamos abrindo um  
2844precedente presente para reciclagem de materiais que contenham amianto ou

2845outros produtos nocivos à saúde. E no caso do amianto é um produto estritamente  
2846impraticável de você estar reciclando, uma vez que a postura do Ministério da  
2847Saúde é caminhar para a restrição e banimento dessa substância. Então, a  
2848simples modificação do artigo D, nós vamos está dando um passo atrás, que é em  
2849vez de separar o que é resíduo reciclável e resíduo perigoso, nós vamos estar  
2850abrindo um precedente para reciclar resíduos perigosos que o Ministério da Saúde  
2851tem defendido, inclusive o banimento do uso.

2852

2853

2854**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bem, os  
2855que forem a favor da proposta de inserção apresentada pela Mira Serra e  
2856Guaicuy, por favor, ergam seus crachás. Os que forem a favor da inserção  
2857proposta pela Mira Serra e Guaicuy, por favor, ergam seus crachás. Ronaldo,  
2858Lisiane. Mais alguém é a favor? Vou repetir pela terceira vez, os que forem a favor  
2859da inserção da proposta feita pela Mira Serra e Guaicuy, apresentada e defendida  
2860pela Lisiane, por favor, ergam seus crachás. Lisiane, Karen, Ronaldo, Bruno,  
2861Sérgio, Francisco Soares. Os que se abstêm, por favor, ergam seus crachás.  
2862Monsã, Nazareno, Ailton. Caron, Fábio, Ivan. Os que forem contrários à proposta,  
2863por favor, levantem seus crachás. Wanderley, Paulo, Sueli e Roseli, Márcia  
2864Cristina, Ailson, Roseli, Sueli, Eduardo, Elaineva, Jaqueline, André, Leopoldo,  
2865Francisco, Ceicilene, Samuel, Verônica, Roque, Johanes, Mazzaro, Simone,  
2866Rondinele, Paulo Roberto, Mateus, Alexandre, Maria Patrícia, João Soares,  
2867Paulino, Ricardo Ébole, João Vieira, Evandro, Ana Paula, Ricardo, João,  
2868Fernando, Caroline, Marcelo Marcelino, Artur José, Paulo César, Maria Regina,  
2869Eugênio, Márcio Freitas, Damile, Clarissa, Mário, Elisa, Zilda, Boson, Zilda,  
2870Maurício, Beatriz. 6 votaram pela proposta, 6 se abstiveram, 48 votaram  
2871contrários. Então, foi rejeitada a proposta de inserção. Tem mais uma proposta de  
2872inserção feita pela Mira Serra e Guaicuy, MMA, fica acrescido o Parágrafo Único  
2873no art. 3º da Resolução Conama, 307 de julho de 2002, com a seguinte redação,  
2874Parágrafo Únicos: as embalagens de tintas usadas na construção civil serão  
2875submetidas a sistema de logística reversa, conforme e requisitos da lei 12.305/10,  
2876que contempla a destinação ambientalmente adequada de resíduos presentes nas  
2877embalagens. Encaminhar a favor?

2878

2879

2880**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Na primeira votação que foi feita,  
2881foi feita uma sugestão de dois parágrafos, e ela está equivocadamente colocada  
2882logo após o inciso II. Eu sugiro, que é o que o senhor colocou em votação agora,  
2883que nós já tínhamos votado e aprovado esses dois parágrafos. Na realidade os  
2884parágrafos têm que vim depois dos incisos como está na proposta do MMA.  
2885Então, eu sugiro que essa proposta do MMA é aquela que nós votamos no início,  
2886que está agora, que jogue esses dois parágrafos para aquela proposta. Consegui  
2887me fazer entender? Aquilo que foi aprovado primeiro, foi aprovado no lugar errado.

2888

2889

2890 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Eu peço  
2891 desculpas ao Plenário porque é duto fazer esse papel aqui, eu peço realmente  
2892 desculpas, eu me sinto realmente envergonhado de estar discutindo isso aqui  
2893 agora com vocês todos. Nós vamos votar de qualquer forma, porque o abunda  
2894 não tem problemas, mas é o que nós já votamos antes, não tem problema, eu  
2895 gosto de votar, nós vamos votar de novo, agora eu peço desculpas ao Plenário  
2896 por essa condução infelizmente tecnicamente problemática que nós estamos  
2897 fazendo aqui. Os que forem a favor, desse Parágrafo Único que já teoricamente já  
2898 votamos quando encaminhamos a proposta da saúde, por favor, ergam seus  
2899 crachás. Nós vamos mudar de ideia?

2900

2901

2902 **A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA)** – O Parágrafo  
2903 Único, deixa-me ver se fica mais claro, Secretário, ao invés de ser um parágrafo  
2904 Únicos essa redação está obsoleta diante do primeiro parágrafo e o segundo  
2905 parágrafo votados anteriormente. É que a Zilda é que autora da proposta ela tinha  
2906 que vim ali e retirá-la porque ela tinha sido apresentada.

2907

2908

2909 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Você está  
2910 retirando a proposta? A proposta não é só sua.

2911

2912

2913 **A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA)** – Essa é só  
2914 da Zilda, ela retirou o Parágrafo Único...

2915

2916

2917 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O que eu pedi além dias disso é  
2918 que ela fosse colocada no lugar certo, aquela que foi aprovada, depois corrigimos  
2919 isso.

2920

2921

2922 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Gente, o  
2923 lugar dessas coisas não é no plenário, me desculpem. Você retirou, então, não há  
2924 necessidade de votação. Vamos então em frente, nós temos mais uma Resolução  
2925 para aprovar. Essa está aprovada então de acordo com as votações que  
2926 ocorreram, Lisiane.

2927

2928

2929 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Uma dúvida que eu fiquei é  
2930 porque nós votamos inicialmente a proposta da Abrafati, com a emenda do  
2931 Ministério da Saúde, depois nós voltamos a votar a questão de aprovar ou não, e  
2932 nós mantivemos a proposta, mas eu acho que tem que constar vazia, porque foi  
2933 aprovada. Só esse esclarecimento.

2934

2935

2936 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom, nós  
2937 temos mais uma Resolução, que teoricamente houve já um entendimento... Pois  
2938 não...

2939

2940

2941 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2942

2943

2944 **A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA)** – Se há plural  
2945 errado ou alguma coisa nesse sentido, pode fiar tranquila que há correção depois.

2946

2947

2948 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Doutor  
2949 Mauro, por favor. Bom, a outra Resolução que nós tínhamos para votar é uma  
2950 Resolução que eu peço que o Márcio faça uma exposição sobre a qual  
2951 teoricamente teria havido entendimento.

2952

2953

2954 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só esclarecendo,  
2955 eu acho que todos já conhecem a Resolução, é a terceira vez que ela vem à  
2956 plenário, eu acho que nem preciso apresentá-la novamente. Meu nome é Márcio  
2957 Freitas, sou conselheiro Conama pelo Ibama. O que aconteceu na verdade é que  
2958 ela veio à plenária em novembro, e houve um pedido de vistas de três  
2959 conselheiros, e na reunião de fevereiro, eu como proponente, o Ibama como  
2960 proponente, solicitou a retirada de matérias no sentido tentar a montagem de um  
2961 texto que contemplasse a maior parte possível das emendas trazidas pelos  
2962 pareceristas nos pedidos de vistas, principalmente um entendimento em relação à  
2963 Resolução, os senhores devem estar lembrados que eu coloquei aqui que havia  
2964 uma confusão em relação ao objetivo da Resolução, e o objetivo era reger,  
2965 controlar melhor o que hoje já é permitido, mais com um controle limitado ao  
2966 registro, nós faríamos um segundo crivo de controle com essa Resolução, ela traz  
2967 um segundo crivo de controle, que é a autorização de uso de produtos e  
2968 processos físicos, químicos e biológicos utilizados diretamente no ambientes  
2969 hídricos. Então, o que nós fizemos foi retirar essa proposta e tentar um texto de  
2970 conciliação. Fizemos uma com os pareceristas e não houve oportunidade de se  
2971 discutir a fundo todas as questões, mas houve o entendimento de que nós  
2972 deveríamos encaminhar no sentido de que nós votaríamos hoje primeiro um texto  
2973 base, aquele oriundo da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que veio à  
2974 plenária em novembro, versus esse novo texto que é um texto de conciliação.  
2975 Aprovado esse texto básico, ou um ou outro por essa plenária nós então  
2976 passaríamos a discutir as emendas se houver. Essa é a proposta de  
2977 encaminhamento que nós acordamos, e queríamos, então, propor à mesa, que se  
2978 possível nós fizéssemos a votação nesse sentido. Uma primeira votação por o  
2979 texto base, e o texto base que saiu da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, os  
2980 senhores tiveram acesso desde a plenária de novembro, versus essa proposta de  
2981 conciliação que constou no site a versão mais fácil de ler, é a versão limpa, mas

2982naturalmente tem uma versão em que é justificada a casa inserção. Então, a ideia  
2983seria, essa Resolução, esse texto de conciliação, versus o texto da CTAJ. O texto  
2984que for aprovado, aí seria submetido à discussão aqui de emendas localizadas.  
2985Essa é a proposta.

2986

2987

2988**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Lisiane.**

2989

2990

2991**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra) –** Eu queria colocar uma observação que  
2992nós tínhamos conhecimento ontem até em face da discussão anterior sobre o rito  
2993processual da matéria que precedeu a essa e nós encontramos algumas coisas  
2994que nos deixaram meio aflitos, porque dentro do trâmite, nós temos assim, o que  
2995está disponível no site no Conama, que a proposta foi encaminhada ao Conama  
2996por meio de ofício do Ibama em 4 de novembro de 2010. Aí a essa proposta foi  
2997anexado o parecer 27/2010 datado de 19 de novembro de 2010, então, em 2010  
2998começaram a pensar no assunto. Nessa proposta, nesse parecer foi recomendado  
2999que a proposta não fosse encaminhada ao Conama até que reuniões fossem  
3000realizadas entre os órgãos do Ministério e suas entidades, a fim de obter  
3001consenso, abrangência, escopo e redação da proposta apresentada. Ela só voltou  
3002a ser falada em 10 de maio de 2012. Então, nós temos aqui em 2010 uma  
3003conversa interna e em 2012, quando já estava o Regimento Interno em vigor  
3004houve 6 reuniões. Não no Conama. Foram reuniões prévias para serem  
3005encaminhadas pelo Conama, só nesse fato aqui nós já temos problema porque o  
3006processo data de 13/11/2011. Então, nós temos assim, nós temos conversas  
3007internas em 2010, temos reuniões antes de entrar no Conama em 2012 e o  
3008processo é datado de 2011, quatro dias antes de vigorar o Regimento Interno  
3009novo. Então, primeiro, nós questionamos. Por que essas conversas foram  
3010inseridas como sendo propostas já ativas, por que só recebeu um número de  
3011processo em novembro do ano seguinte? Segundo, se esse processo só vale a  
3012partir da hora que foi protocolado, onde houve admissibilidade desse processo?  
3013Então, diante de um flagrante problema de tramitação, nós vamos pedir pela  
3014chamada do art. 20, do Regimento novo, que o Plenário poderá decisão justificada  
3015de qualquer Conselheiro extinguir o processo em caso justificado. Nós achamos  
3016que nós temos justificadamente um processo que foi atropelado no seu rito  
3017processual, independente de considerarmos que ele foi entregue em 2010, mas só  
3018ganhou um processo em 2011, ou por ele ter sido colocado numa data que  
3019antecedeu a qualquer admissibilidade pelo Conama. Nós vamos deixar isso claro,  
3020nós temos várias propostas, outra coisa que nós também identificamos foi uma  
3021reunião de conciliação, uma reunião de pareceristas um dia antes, o que  
3022tumultuou bastante a agenda com conselheiro do Cadastro Nacional de Entidades  
3023Ambientalistas, nós utilizamos o meio-dia, foi feito às presas, não foi exatamente o  
3024que nós estamos acostumados a ver nesse Colegiado de ter uma reunião  
3025específica para tratar do tema. Então, nós também entendemos que isso não foi o  
3026mais adequado, fizemos propostas na medida do possível, acho até que  
3027melhoramos em muitas coisas, mas não somos contra, mas acho que melhoramos

3028em muitas coisas, no entanto, nos vemos obrigados a mostrar ao Plenário que nós  
3029encontramos ontem, a partir de outros precedentes já elencados aqui, que houve  
3030um problema de procedimento e nós entendemos assim. Obrigada.

3031

3032

3033**O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos Estaduais) –**

3034Boa tarde a todos e a todas. É justamente sobre isso que eu queria falar, sobre o  
3035princípio da publicidade, como nós reabrimos a discussão chamando pessoas  
3036para que viessem aqui conversar e debater o tema de uma reunião que nós  
3037também não tivemos conhecimento, estamos tomando conhecimento aqui, de  
3038ontem para cá, me parece que isso deveria estar devidamente publicado, que nós  
3039tivéssemos aquela antecedência que o Regimento determina, de 15 dias, para que  
3040todos tivessem acesso e pudessem discutir o tema. Se houve uma discussão  
3041técnica que nós não tivemos conhecimento, talvez fosse interessante que todos  
3042tivessem conhecimento, até para que cada um pudesse colocar suas posições,  
3043etc., apresentar pareceres contrários, favoráveis, como seria o caso. Essa é a  
3044minha preocupação, por isso eu acho que é lógico que nós não façamos a  
3045discussão do tema nesse momento.

3046

3047

3048**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Na condição de

3049proponente eu tenho que prestar alguns esclarecimentos aqui, o primeiro deles é  
3050que o Ibama encaminhou oficialmente em 2010 a solicitação de alteração dessa  
3051Resolução. O Conama recebeu essa comunicação em 2010, foi quando deu  
3052entrada no Conama o processo, isso o D-Conama pode explicar melhor. Em  
3053relação à reunião foi colocado, primeiro, quando eu retirei de pauta o tema, na  
3054última reunião plenária, eu coloquei claramente, isso pode ser lido na transcrição,  
3055eu coloquei claramente que eu ia retirar e ia colocar em tempo na página do  
3056Conama para que todos pudessem ter ciência do texto novo que iria ser proposta.  
3057Eu anunciei que seria um texto que buscaria o consenso, e que nós faríamos, na  
3058medida do possível, está escrito assim na transcrição, tantas reuniões quantos  
3059fossem possíveis para esclarecimento antes dessa plenária. Nós tentamos  
3060agendar essa reunião através do D-Conama com maior antecedência, não foi em  
3061possível em função da disponibilidade dos pareceristas, que alegaram que só  
3062poderiam fazer essa reunião no dia 29, é por isso que nós fizemos uma só  
3063reunião. Mas o estava disponível na página do Conama na convocação para essa  
3064reunião, no prazo regimental, portanto não procedem nenhuma dessas questões  
3065colocadas aqui.

3066

3067

3068**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) –** Marcelo,

3069deixa-me te perguntar uma coisa, vai falar sobre conteúdo ou sobre processo?

3070Então, seja rápido porque acho que já deu.

3071

3072

3073 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – UM esclarecimento, como  
3074 um dos pareceristas que é a comunicação do D-Conama, as opções de data  
3075 foram anteontem e ontem. Qual era a opção de realização dessa reunião com os  
3076 pareceristas. Então, não se abriu o mês todo como opções e não se encontrou  
3077 data, é importante que se esclareça isso. A reunião aconteceu ontem e a opção  
3078 que foi colocada anteriormente em contato do D-Conama foi de se realizar antes  
3079 ou ontem. Acabou acontecendo ontem e de qualquer forma, qualquer resultado  
3080 possível ela não atenderia ao prazo mínimo de divulgação de qualquer nota da  
3081 reunião dos pareceristas.

3082

3083

3084 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom  
3085 pessoal, registradas as observações do pessoal nós vamos propor a votação do  
3086 texto base, até agora eu não entendi se há consenso ou não em relação ao  
3087 conteúdo, pelo visto provavelmente não. Então, vamos colocar em votação o texto  
3088 da CTAJ ou o texto que seria da conciliação. Esse é o ponto. Pois não, Lisiane.

3089

3090

3091 **A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Até não tive tempo de falar o resto, nem  
3092 vou falar, porque eu só quero dizer que é uma questão de ordem. Eu evoquei o  
3093 art. 20, eu justifiquei. Proposta é de extinção do processo.

3094

3095

3096 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Então, está  
3097 bom. Perfeitamente. Está bom. Então, por questão de ordem vamos submeter a  
3098 votação que a Lisiane propõe de extinção do processo. Aqueles que forem a favor  
3099 da extinção do processo, por favor, ergam seus crachás. Marcelo Manara, Lisiane,  
3100 Sérgio, Francisco Soares, Nazareno, Bruno, Luiz, Elaine. Os que se abstêm em  
3101 relação à extinção do processo, por favor, ergam seus crachás. Os que forem  
3102 contrários à extinção do processo, por favor, ergam seus crachás. Wanderley,  
3103 Monsã, Letícia, Maria Lúcia, Roseli, Sueli, Ailson, Márcia, Elianeiva, Joaquim,  
3104 André, Samuel, Ceicilene, Verônica, Luciana, Roque, João, Paulo Roberto,  
3105 Johanes, Simone, Flávia, Rondinele, Mateus, Maria Patrícia, Alexandre, João  
3106 Soares, Paulino, Ricardo, João Vieira, Evandro, Ana Paula, Ricardo, Marcílio,  
3107 Fábio, Fernando, Maria Regina, Caroline, Marcelo, Artur, Eugênio, Márcio, Damile,  
3108 Mário, Elisa, Patrícia, Zilda, Maurício, Beatriz. Extinção votaram 7; contrários  
3109 votaram quarenta e 49. Bom, vamos em frente então, nós temos o texto base e  
3110 temos a proposta de conciliação. A proposta, vocês preferem votar a proposta de  
3111 conciliação primeiro ou o texto base? Por isso que eu perguntei, mas infelizmente  
3112 não é a resposta do autor. O autor da proposta de conciliação.

3113

3114

3115 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que seria  
3116 mais produtivo, já que vamos votar um texto e esse texto base é que será objeto  
3117 depois de emendas, eu sugiro que votemos um contra o outro, quem for a favor de  
3118 que o texto base seja o que saiu da CTAJ, levante o crachá, aqueles são

3119favoráveis de que o texto base seja a proposta de conciliação levanta o braço. O  
3120texto base aprovado passará a ser discutido. Eu acho que ganhamos uma votação  
3121com isso.

3122

3123

3124**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Perfeito.

3125Então, nós vamos votar... Realmente eu me sinto falta de não ter estudado direito,  
3126tem horas, mas enfim, vamos votar o texto base como ponto de partida contra o  
3127texto de conciliação como ponto de partida. Aqueles que forem a favor... Pois não,  
3128João.

3129

3130

3131**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Secretário, eu

3132conversei já com o Márcio a respeito dessa solicitação que eu vou fazer em  
3133relação a esse texto do Ibama em vermelho, no art. 2º Inciso I, porque como você  
3134vai colocar um no outro.

3135

3136

3137**A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA)** – Deixa-me

3138esclarecer, a ideia seria usar do texto de conciliação como texto base. Para isso  
3139nós temos que derrubar o texto da CTAJ.

3140

3141

3142**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Eu entendi. O

3143que eu estou dizendo é que eu conversei com o proponente, o Márcio do Ibama e  
3144ele concordou com essa alteração, só para as pessoas entenderem, para já ficar  
3145logo desde o início o texto base, que é o vermelho do Ibama, porque foi colocada  
3146a palavra piscicultura, e sempre foi tratado dentro do texto a palavra apicultura. É  
3147somente tirar a palavra piscicultura e colocar apicultura.

3148

3149

3150**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Você está

3151defendendo o texto de conciliação. Correto. Vamos lá, os que forem a favor do  
3152texto de conciliação, proposto pelo autor do texto base, mas que à luz das  
3153discussões, assumiu o texto de conciliação, por favor, levantem os crachás.  
3154Wanderley, Ronaldo, Karen, Marcelo Manara, Lisiane, Letícia, Francisco, Monsã,  
3155Maria Lúcia, Nazareno, Jaqueline, Sérgio, Sueli, Roseli, Bruno, Márcia, Elianeiva,  
3156Eduardo, Elaine, André, Samuel, Ceicilene, Leopoldo, Verônica, Luciana, Roque,  
3157Paulo Roberto, Johanes, Simone, Flávia, Rondinele, Mateus, Maria Patrícia,  
3158Alexandre, João Soares, Paulo Amaral, Paulino, João Vieira, Evandro, Ana Paula,  
3159Ricardo Ébole, Ricardo, Marcílio, Fábio, Fernando, Maria Regina, Caroline,  
3160Marcelo Marcelino, Artur José, Eugênio, Márcio, Damile, Mário, Elisa, Patrícias,  
3161Zilda, Maurício, e Beatriz. Os que forem contrários ao texto de conciliação, pela  
3162manutenção do texto base, por favor, ergam seus crachás. Os que forem se  
3163abster, por favor, ergam seus crachás. Bom, está aprovado por unanimidade  
3164trabalharmos como ponto de partida o texto de conciliação.

3165

3166

3167**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Eu gostaria de pedir à  
3168mesa que pedisse ao membro, ao Conselheiro que pediu a votação nominal se ele  
3169não retira isso, porque não está rendendo.

3170

3171

3172**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Não foi  
3173conselheiro, foi caminhado pelo Ministério Público que participa como ouvinte,  
3174com assinatura de 8 organizações.

3175

3176

3177**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Então, os 8, se não pode  
3178retirar é porque não está... Qual está sendo o resultado disso a não ser uma  
3179confusão danada para a mesa, eu faço um apelo para nós voltarmos a ser uma  
3180votação comum, o que é essa votação nominal? Não entendi o resultado. É só  
3181para hoje, mas está cheio de emendas, nós não vamos sair daqui tão cedo, está  
3182cheio de emendas.

3183

3184

3185**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – As  
3186organizações que solicitaram...

3187

3188

3189**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – As organizações que  
3190solicitaram se não podem voltar atrás nisso, teve um objetivo, que não se foi  
3191alcançado, ou não foi, não importa, mas agora não tem mais sentido isso, podia  
3192voltar isso atrás, por favor.

3193

3194

3195**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – São oito  
3196organizações, Furpa, Sócios da Natureza, Ministério Público, Mira Serra,  
3197Sodemap, Ecotrópica, CNS. Vocês é que sabem. Acho que não senti firmeza, uma  
3198disposição do pessoal que propôs em recuar não. Porque o Regimento assegura  
3199no caso da solicitação, quando validado por 8 organizações, e eu ia falar um aviso  
3200para o final, vou antecipar esse aviso é o seguinte: art. 81 do Regimento diz o  
3201seguinte: o Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta de um  
3202quinto dos Conselheiros, com apoio de membros de 3 segmentos representados  
3203no Conselho, e aprovado por maioria absoluta. Eu perguntei isso exatamente em  
3204função dessa forma como está redigido, não está sujeita à votação, da forma  
3205como está o Regimento hoje, é um pleito e nós temos que seguir esse  
3206procedimento. Se não há disposição de retirar vamos em frente. Para o futuro nós  
3207vamos modernizar algumas coisas no nosso Regimento que podem ser  
3208aprimoradas. Bom, então vamos começar pelo texto de conciliação, as emendas a  
3209serem apresentadas ao texto de conciliação. Marcelo Marcelino, por favor.

3210

3211

3212 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Trata-se do art. 4º §  
3213 2º, no trecho do dispositivo no que refere-se à quando a existência, parte final do §  
3214 2º art. 4º, quando fala quando há existência da unidade na área de influência da  
3215 intervenção, também o órgão responsável teria que ser consultado. E aí tem no  
3216 final que fala: através do procedimento previsto na Resolução Conama 428/2010,  
3217 e em disposição, é retirada dessa parte final, porque essa Resolução é específica  
3218 para autorização de procedimento e obtenção de licenças ambientais do  
3219 empreendimento. Eu acho que colocar lá que causa ou pode causar, causa uma  
3220 confusão no momento da consulta feita aos órgãos gestores. Por isso a minha  
3221 proposta é pela retirada dessa parte final. Então, ficaria apenas um ponto  
3222 terminando na unidade. É possível entender? Exatamente. Tirar essa proposição.

3223

3224

3225 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Alguém  
3226 quer se manifestar contrariamente? Os que tiverem a favor da proposta  
3227 apresentada pelo Doutor Marcelo Marcelino, do Instituto Chico Mendes, por favor,  
3228 ergam seus crachás. Rodrigo, Wanderley, Monsã, Mazzaro, Jaqueline, Ailson,  
3229 Roseli, Sueli, Joaquim, Eduardo, Elianeiva, Samuel, Ceicilene, Luciana, Johanes,  
3230 Paulo Roberto, Roque, Márcio Antônio, Simone Dantas, Rondinele, Mateus, João  
3231 Soares, Alexandre, Maria Patrícia, Paulino, João Vieira, Evandro, Ana Paula,  
3232 Ricardo, Marcílio, Fábio, Fernando, Maria Regina, Eugênio, Paulo César, Artur,  
3233 Marcelo Marcelino, Caroline, Márcio, Damile, Mário, Elisa, Zilda, Maurício, Beatriz  
3234 e Patrícia Boson. São 45 votos. Os que se abstém? Ailton, Lisiane, Karen,  
3235 Francisco, Ronaldo, Marcelo, Clarisse, Francisco, Letícia, e Bruno Lúcio.  
3236 Contrários? Nenhum. Então, a emenda proposta pelo Doutor Marcelo Marcelino foi  
3237 acatada. Próxima emenda, João.

3238

3239

3240 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – A minha  
3241 proposta em relação ao art. 2º, inciso I, e em cima também do art. 2º inciso II, e  
3242 desde o início quando fizemos essa proposta nós tratávamos de aquicultura, e  
3243 vendo aqui a proposta do Ibama eles estão seguindo a Resolução 413, a  
3244 Resolução 413 trata de piscicultura. Aquicultura você engloba todas as espécies  
3245 que podem ser cultivadas em meio aquático e Piscicultura você fecha. Então, a  
3246 minha sugestão é que se tire a palavra piscicultura e se coloque aquicultura nos  
3247 dois pontos.

3248

3249

3250 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Márcio, isso  
3251 é um problema de redação, de extração ou é uma questão de conteúdo?

3252

3253

3254 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só para esclarecer.  
3255 Na verdade nós buscamos uma definição que já existia numa definição do  
3256 Conama para que não ficássemos repetindo definições distintas, mas de fato a

3257intenção era nos tanques artificiais utilizados para a aquicultura. Então, não vejo  
3258problema nessa proposta de alteração. É que quando nós buscamos a outra  
3259Resolução, era exclusivo de piscicultura, houve essa confusão.

3260

3261

3262**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Então, nós  
3263vamos incorporar a sugestão do João com o aval do proponente do substitutivo.  
3264Próxima emenda.

3265

3266

3267(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

3268

3269

3270**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Se vocês  
3271fazem questão vamos lá. Acho que houve o entendimento tácito no conjunto das  
3272pessoas aqui presentes. Pessoal há mais alguma proposta de emenda?

3273

3274

3275**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS (MME)** – Na verdade é a  
3276supressão do termo excepcionais no art. 5º Parágrafo Único. O texto fala que nos  
3277casos excepcionais não previstos no licenciamento a proposta é a exclusão do  
3278termo excepcionais, porque fica muito aleatório o que seria excepcional. Então,  
3279ficaria o texto direto, nos casos não previstos no processo de licenciamento.

3280

3281

3282**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – O  
3283proponente aquiesce? O Plenário concorda ou vamos à votação? Se alguém  
3284desejar vamos submeter à votação. Então, concordamos. Acatado. Mais alguma  
3285proposta de emenda? Bom nós consideramos então aprovada essa Resolução  
3286com as modificações votadas aqui. Vamos agora dar sequência à parte final da  
3287reunião. Já é o encerramento. Pessoal, antes do encerramento eu queria fazer um  
3288comentário, essas duas Resoluções estão rodando no Conama há 5 anos. Tem  
3289alguma coisa errada aí, acho também que essa questão do Regimento em relação  
3290às imperfeições que surgiram nas votações, tem alguma coisa que podemos  
3291melhorar. Então, eu gostaria de sugerir o seguinte, independentemente do que  
3292está tramitando nas Câmaras, que todos deem uma olhada no Regimento e vejam  
3293o que pode ser feito para melhorar o processo decisório. Me preocupa muito  
3294também no que diz respeito ao nosso processo, as objeções relacionadas à  
3295liturgia do processo em detrimento da questão, conteúdo. Resoluções que chegam  
3296com 5 anos, numa deliberação após 5 anos, elas muitas vezes devem estar  
3297chegando com a porteira já arrombada, perde-se o momento, perde-se a  
3298aderência à problemática temporal. Então, minha sugestão é que todos os  
3299conselheiros deem uma olhada, deem uma pensada no que está acontecendo,  
3300deem uma olhada no Regimento e avaliem a possibilidade de nós propormos  
3301modificações no Regimento. Eu pretendo fazer isso. Eu acho que essa situação  
3302de hoje, por exemplo, da votação nominal, que é um direito, mas ela também

3303precisa ser submetida eventualmente à votação porque o tempo de todos aqui é  
3304um tempo caro, um tempo precioso e nós não precisamos criar artifícios para  
3305coisas que eventualmente não precisa ser, não tem essa dimensão. Então, eu  
3306peço que todos conselheiros façam esse exercício, e tragam, não precisa esperar  
3307a próxima reunião, os que tiverem sugestão, os que tiverem as sugestões  
3308compartilhadas, por favor, encaminhem diretamente a mim, com cópia para a  
3309Adriana, as sugestões que tenham à luz do Regimento atual.

3310

3311

3312**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – É um tema, Secretário,  
3313que eu queria chamar a atenção, é da tribuna livre, porque a tribuna livre no  
3314Regimento nós admitimos 15 minutos. Não é 15 minutos para cada não, 15  
3315minutos tribuna livre. Então, eu acho aqui ou nós realmente mudamos isso, ou nós  
3316seguimos essa liturgia. Eu não acho que tem um artigo, uma lei um conjunto de  
3317normas de um artigo que me cabe e o outro não me cabe. Se eu estou ferindo  
3318esse especificamente eu tenho o direito de ferir todos os outros, nada impede que  
3319eu não cumpra todos os outros, mas não, eu sistematicamente em todas as  
3320reuniões, estou ferindo esse artigo do Regimento Interno que determina que são  
332115 minutos total, ou são três pessoas inscritas, ou se dão 12 pessoas, cada um  
3322pouco mais de um minuto. Então, isso que nós temos que rever isso, não estou  
3323aqui defendendo que tem que ser 15 minutos, mas eu estou pedindo que já que  
3324vamos refletir sobre isso, vamos refletir sobre essa questão da tribuna livre, ou ela  
3325é livre mesmo e fica para o final da pauta ou então vamos respeitar os 15 minutos  
3326que estão inscritos. Não dá para acharmos bom cumprir um artigo e não achar  
3327bom cumprir o outro. Isso que não pode acontecer. Obrigada.

3328

3329

3330**SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Com  
3331certeza vão surgir sugestões em relação a esse tópico. Pessoal obrigado a todos,  
3332peço desculpas pelas nossas patetadas aqui, nossas atabalhoadas aqui e, por  
3333favor, se tiverem sugestões nos encaminhem em tempo hábil, independentemente  
3334dos processos em curso. Muito obrigada.

3335